

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM FILOSOFIA

MARCELO BARBOSA

**MARCUSE: O PRINCÍPIO DE DESEMPENHO CAPITALISTA E
OS NOVOS LUGARES SOCIAIS DE NEGAÇÃO**

TOLEDO
2018

MARCELO BARBOSA

MARCUSE: O PRINCÍPIO DE DESEMPENHO CAPITALISTA E OS
NOVOS LUGARES SOCIAIS DE NEGAÇÃO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação *Stricto
Sensu* em Filosofia do Centro de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná para a Obtenção do Título de
Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia
Moderna e Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Schütz

TOLEDO
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Barbosa, Marcelo

MARCUSE: O PRINCÍPIO DE DESEMPENHO CAPITALISTA E OS NOVOS LUGARES SOCIAIS DE NEGAÇÃO / Marcelo Barbosa; orientador(a), Rosalvo Schütz, 2018.
121 f.

Dissertação (mestrado profissional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Graduação em Filosofia Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2018.

1. Teoria Crítica.. 2. Princípio de Desempenho. 3. Princípio de Realidade. I. Schütz, Rosalvo. II. Título.

MARCELO BARBOSA

MARCUSE: O PRINCÍPIO DE DESEMPENHO CAPITALISTA E OS
NOVOS LUGARES SOCIAIS DE NEGAÇÃO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Filosofia do Centro de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná para a obtenção do título de
Mestre em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rosalvo Schütz – (Orientador)

Prof. Dr. Tiago Brutti
UNICRUZ

Prof. Dra. Ester M. D. Heuser
Unioeste

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, MARCELO BARBOSA, pós-graduando do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto final de dissertação é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 25 de junho de 2018

Assinatura

Leci Picinini Barbosa, pai, amigo e professor.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Rosalvo pela compreensão, dedicação e orientação.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

À CAPES.

Aos amigos pela (insana) inspiração de cada dia.

À Pamela Ellen de Oliveira Pecegueiro por frutificar o amor em mim, por seu companheirismo e sua confiança pela companheira que é, e pela confiança que tem em mim.

Família Oliveira Pecegueiro, por me acolher nesses últimos tempos.

À minha família por ainda aceitar dividir comigo a imaginação de um mundo melhor.

O ser humano vive da natureza. Isto significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza. (*Karl Marx - Manuscritos econômicos filosóficos de 1844*)

RESUMO

BARBOSA, Marcelo, *Marcuse: O Princípio de Desempenho Capitalista e os Novos Lugares Sociais de Negação*. 2018. 118 páginas – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

Esta dissertação busca apresentar o pensamento de Herbert Marcuse e como este desenvolve o conceito de Princípio de Desempenho, para mostrar a existência de um Princípio de Realidade dominador. A partir deste conceito, buscamos entender quais são, para o filósofo, os novos lugares sociais que negam o Princípio de Desempenho a fim de buscar uma nova realidade. Já que para o autor o proletariado continua sendo a classe revolucionária em si, mas, já não é para si. Para entender esse processo buscamos, no primeiro capítulo, entender os fundamentos do debate da Teoria Crítica em contraposição ao pensamento racional e instrumental predominante da Teoria Tradicional. Desta forma, a Teoria Crítica pode nos servir de referência para pensarmos os novos lugares sociais e quais são os elementos qualitativos que apontam os potenciais utópicos para uma nova realidade. No segundo capítulo abordamos de que forma Marcuse usa a Teoria Crítica e se apropria da psicanálise de Freud, historicizando-a e dando a ela uma concepção política. E assim, buscamos denotar sua contribuição crítica e dialética, revelando as novas formas de dominação do sistema capitalista. Pelo Princípio de Desempenho Marcuse mostra que o controle da libido desenvolve no homem uma segunda natureza gerenciadora e artificial que nega e reprime o Princípio de Prazer, resultando num Princípio de Realidade opressor. Por fim, no terceiro capítulo, desenvolvemos a superação da concepção do Princípio de Desempenho, a partir da ampliação dos horizontes emancipatórios, criando um novo princípio de realidade. Percebemos que é a partir da natureza e de elementos estéticos que ocorre a superação de uma razão instrumental e emerge uma razão sensível.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Crítica; Princípio de Desempenho; Princípio de Realidade.

RÉSUMÉ

BARBOSA, Marcelo, Marcuse : Le principe de rendement capitalisme et les nouveaux lieux sociales de négation. 2018. 118 páginas – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

Cette dissertation recherche présenter le pensée de Herbert Marcuse et comme celui développe le concept de Principe de rendement pour montrer la existence d' un principe de réalité dominateur. Partir de ce concept, recherchons comprendre desquels sont, pour le philosophe, les nouveaux lieux sociales que nient le principe de rendement pour chercher une nouvelle réalité, puisqu'il, le prolétariat reste la classe révolutionnaire em soi, mais, n'est pas pour lui-même. Afin de comprendre ce processus, nous cherchons, dans le premier chapitre, comprendre les fondements du débat de la Théorie Critique par opposition à la pensée rationnel et instrumentale de la Théorie Traditionnel. De cette manière, la Théorie Critique peut servir de référence pour nous pensons les nouveaux lieux sociales et lesquels sont les éléments qualitatifs que pointent les pontentiels utopiques pour une nouvelle réalité. Dans le deuxième chapitre, nous abordons comme Marcuse utilise la Théorie Critique et s'approprie de la psychalyse de Freud, pour l'historiciser et la politiser. Ainsi, nous cherchons dénoter la contribution de sa critique et dialectique, qui montre les nouvelles formes de domination du système capitaliste. Par le principe de rendement Marcuse montre que le contrôle du plaisir développe sur l'homme une seconde nature gestionnaire et artificiel que refuse et réprime le principe du plaisir, qui résulte sur um principe de réalité oppressif. Enfin, dans le troisième chapitre, nous développons la dépassement de la notion du Principe de Rendement, à partir de l'élargissement des horizons émancipateur, en créant un nouveau principe de réalité. Nous comprenons qu'à partir de la nature et des les éléments esthétiques survient la dépassement d'une raison instrumentale et émerge une raison sensible.

PALAVRAS-CHAVE: Théorie critique; principe de rendement; principe de réalité.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| 1 O POTENCIAL CRÍTICO DA FILOSOFIA | 28 |
| 1.1 A escola de Frankfurt e sua contribuição para a Teoria Crítica | 33 |
| 1.2 Teoria Crítica em oposição à Teoria Tradicional: na busca de novas possibilidades de mundo | 34 |
| 1.3 Marcuse e a perspectiva revolucionária da Teoria Crítica | 41 |
| 1.4 Indústria cultural: cultura como dominação | 45 |
| 2 O PRINCÍPIO DE DESEMPENHO COMO REALIDADE DOMINANTE | 49 |
| 2.1 A descoberta do Princípio de Desempenho enquanto Princípio de Realidade da sociedade capitalista | 54 |
| 2.2 A organização do Princípio de Desempenho como dominação do todo-parte | 56 |
| 2.2.1 O gerenciamento da cultura | 57 |
| 2.2.2 O gerenciamento opressivo pela linguagem e pelo pensamento unidimensional | 66 |
| 2.2.3 O gerenciamento da sensibilidade pelo Princípio de Desempenho | 74 |
| 2.2.4 O gerenciamento quantitativo do progresso técnico pelo Princípio de Desempenho | 77 |
| 2.3 Observações conclusivas do capítulo: um novo Princípio de Realidade e suas implicações | 83 |
| 3 A AMPLIAÇÃO DO HORIZONTE EMANCIPATÓRIO: UM NOVO PRINCÍPIO DE REALIDADE | 85 |
| 3.1 Natureza e revolução: o materialismo da sensibilidade | 88 |

| | |
|---|------------|
| 3.2 A dimensão estética da natureza | 90 |
| 3.3 A liberdade humana enraizada na sensibilidade humana | 94 |
| 3.4 O potencial crítico sensual da libertação das mulheres | 95 |
| 3.5 O potencial libertador da nova sensibilidade | 96 |
| 3.6 A dimensão estética e a arte como negação do Princípio de Desempenho | 99 |
| 3.7 A razão sensível e a emancipação humana | 107 |
| 4 COMETÁRIOS FINAIS | 110 |
| REFERÊNCIAS | 120 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a pretensão de investigar os significados teóricos e práticos dos novos lugares sociais de negação e da sua importância para o surgimento de um novo princípio de realidade, segundo Herbert Marcuse. Para tanto, tentaremos explicar porque, segundo o autor, deve haver uma ampliação do novo lugar social da negação para, assim, revitalizar o pensamento da *práxis*. Como veremos, ao se revitalizar o pensamento da *práxis* compreendemos também a necessidade de repensar o conceito de classe, já que, no capitalismo atual se ampliou o conceito de trabalho produtivo, e, por isso hoje a exploração do trabalhador não se encontra exclusivamente no chão de fábrica. Ela se encontra inserida no seu dia a dia, inclusive nas férias do trabalho. O capitalismo atual, com magistral eficácia, estendeu a dinâmica da mais-valia para o interior do indivíduo, o indivíduo agora passa a ser explorado em sua essência, enquanto “produz felicidade”. Para mostrar isso, iremos inicialmente expor a importância da Teoria Crítica e de seu papel revolucionário ao se contrapor ao uso instrumental da razão pela teoria tradicional e pela classe dominante. Num segundo momento iremos expor como Herbert Marcuse extrai da psicanálise freudiana, especificamente, na sua contraposição entre o Princípio de Prazer e o Princípio de Realidade, uma nova forma de alienação, que conceituará como Princípio de Desempenho e de como este é compreendido pelo papel atuante de uma mais-repressão, que controla a sensibilidade dos indivíduos. A partir disso, abordaremos outra forma de controle que é do domínio da cultura pelo Princípio de Desempenho. Finalizaremos tentando explicitar quais são para Herbert Marcuse os novos lugares sociais que negam o Princípio de Desempenho capitalista, e sua importância no surgimento de consciências e de práticas que possibilitam um novo Princípio de Realidade qualitativamente diferente.

A importância filosófica da análise do novo conceito de princípio de realidade e do novo lugar social da negação refere-se à contextualização de que o filósofo elabora a partir de conceitos do pensamento marxiano e freudiano. Herbert Marcuse parte dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos de Marx (1844)* e revitaliza conceitos como *práxis*, alienação e negação. Observa

que para superar a alienação do ser humano, é preciso também compreender a estrutura mental do indivíduo. Para tanto, Marcuse vê em Freud e em seus conceitos de repressão, Princípio de Prazer e de Realidade a possibilidade de libertar a sociedade do sistema opressivo imposto pelo modelo civilizatório hegemônico.

Segundo Marcuse, a Teoria Tradicional pressupõe um indivíduo livre economicamente, mas não livre universalmente. E, desde René Descartes, a Teoria Tradicional instrumentaliza a natureza a partir de métodos e técnicas que não buscam necessariamente melhores condições de vida. Desse modo, ela se torna insuficiente, por se limitar em especular o mundo, buscando somente em dizer o que o mundo é, e não em transformá-lo na sua materialidade. Já a Teoria Crítica, busca nos elementos do pensamento de Marx e de outros pensadores, demonstrar as contradições, as insuficiências e a repressão ao indivíduo imposta pelo sistema capitalista, de modo que além do construído, se visualize a real possibilidade de outras formas de sociedade. O pensamento crítico da escola de Frankfurt esteve engajado com as questões de seu tempo, e seus pensadores estiveram engajados nos movimentos políticos-sociais das décadas de 60 e 70, época de expressões explícitas da revolta que se estendia diante da situação de opressão.

A relevância do estudo e da pesquisa deste tema refere-se à necessidade de libertação do indivíduo frente às necessidades geradas pelo capitalismo e a possibilidade de uma nova ordem social. Segundo Marcuse, o capitalismo atinge inclusive as bases biológicas dos indivíduos, gerando o aumento da exploração produtiva ao impor nos indivíduos necessidades de consumo e de comodidades, fazendo com que no indivíduo se crie uma “segunda natureza” gerada pela necessidade que se apresenta como uma falsa liberdade, num sistema que controla e instrumentaliza a sensibilidade das pessoas. As necessidades geradas pela economia de consumo aliviam as frustrações e as agressividades dos indivíduos que os pré-condicionam e os autodeterminam. E é neste contexto que Marcuse desenvolve sua teoria crítica, no sentido de buscar saídas emancipatórias desta situação.

Marcuse entende que a transformação do capitalismo atual está no desenvolvimento da exploração de consumo, e seu triunfo está na condição de que as pessoas já não podem mais rejeitar o sistema de dominação, sem

rejeitem a si próprias, e assim ficam inseridas em uma relação competitiva, e o progresso é transformado num processo quantitativo e a vida qualitativa é adaptada a estas necessidades. Para Marcuse, como veremos, a combinação de uma nova sensibilidade e de uma inteligência científica qualitativamente diferente é que proporcionaria o surgimento de um Novo Princípio de Realidade, baseado em um *éthos* estético que transformaria a sensibilidade, e assim as intenções da arte se tornariam uma prática coletiva em um ambiente livre e harmônico. Buscaremos indicar, no decorrer do estudo, onde se localizam estes sujeitos livres, que mesmo dentro da esfera da necessidade buscam a superação da falsa consciência e da relação instrumental entre os homens. Estes grupos ou lugares sociais de negação são para Marcuse, catalizadores de rebeldia, uma vez que negam o todo-parte existente imposto pelo Princípio de Desempenho capitalista.

O filósofo percebe que no capitalismo contemporâneo há uma ampliação no controle ideológico que domina a totalidade social. Para ele, com o aprimoramento da dominação capitalista que, “em todas as dimensões do trabalho e do lazer controla a população subjacente, através dos bens e serviços que fornece através da maquinaria política, militar, policial de assustadora eficiência” (MARCUSE, 1973, p. 16), está de tal forma organizada que tornou o proletário uma força estabilizada pelas necessidades do sistema, chegando ao ponto de este, em certos contextos, ter se tornando uma força conservadora e até mesmo contrarrevolucionária. Por isso que, para Marcuse, se deve ampliar o novo lugar social da negação para além do proletariado, pois também se ampliou o conceito de trabalho produtivo, que agora está e se reproduz em toda parte e não somente no chão de fábrica. Torna-se necessário assim repensar e ampliar o conceito de classe, revitalizando desse modo o pensamento crítico marxiano a partir do que está represado na sociedade. Esta repressão que controla a sociedade legitimando a reprodução do sistema, segundo Marcuse, é entendida pela psicanálise freudiana, mediante a contra posição entre o princípio de prazer e o princípio de realidade. No entanto, para além de Freud, Marcuse salienta que há uma repressão controladora que resulta no Princípio de Desempenho, enquanto expressão específica do princípio de realidade da sociedade capitalista. Marcuse afirma ser necessário surgir um novo princípio de realidade, pela constituição de uma sensibilidade e

pela mudança de consciência, fazendo surgir assim uma nova forma negadora de contestação da ordem social vigente. A luta de classes, portanto, passa a fazer sentido apenas na medida em que contribui para a superação do princípio de realidade vigente e para a constituição de um novo princípio, capaz de superar qualitativamente o existente.

Para Marcuse, o princípio criador da negação continua sendo a antítese, assim como na dialética hegeliana. No entanto, sua negação é aquela transformada por Marx no processo da efetivação do trabalho. “É no processo de trabalho efetivo de produção de produtos e da interação com a natureza não humana que o ser humano se exterioriza, podendo, inclusive reconhecer-se nos próprios produtos” (SCHÜTZ, 2012, p.190). Significa que, na perspectiva de Marx, o homem não se encontra ancorado fora do mundo, ele transforma a negação hegeliana antes abstrata, e passa a concebê-la de modo puramente mundano, social e relacionada ao trabalho. Para Marx, o processo social de negação está no proletariado reprimido pela sociedade que o gera, por isso a negação ocorre em um lugar histórico e social específico, sendo a contradição interna ao sistema. Marcuse amplia e aprofunda o deslocamento do lugar social iniciado por Marx em relação a Hegel, estendendo-o para todos os lugares possíveis que negam o princípio de realidade vigente. É aqui que Marcuse busca revitalizar o pensamento da *práxis*, buscando localizar na sociedade industrial as possibilidades progressistas de libertação. Se em Marx “as forças negadoras que rompem e levam a uma nova etapa as contradições que se desdobram em um sistema se desenvolvem no interior desse sistema” (MARX apud SCHÜTZ, 2012, p.103), Marcuse agrega a estes os horizontes das possibilidades negadoras também grupos catalizadores exteriores ao sistema constituído, grupos estes que indicariam a possibilidade de superação do sistema atual.

Para Marcuse, o capitalismo se apresenta como um todo-parte, pois “o capitalismo, como um todo social determinado, portanto, não pode ser concebido enquanto toda a realidade. Seria preciso concebê-lo enquanto parte de um todo social mais amplo a partir do qual possa ser atingido de fora” (SCHÜTZ, 2012, p.194), e é a partir de diferenças qualitativas que essa nova classe reprimida se apresenta, expressando a repressão do atual sistema, se contrapondo ao todo-parte repressivo. O novo lugar social de negação, ou a

recusa do todo parte repressivo, deve superar a formatação instrumentalizada a qual a sociedade está submetida dando um sentido qualitativo para a sensibilidade, “Marcuse atribui aos próprios sentidos um caráter constitutivo e histórico, de modo que também eles podem contribuir tanto num processo libertário quanto alienador” (SCHÜTZ, 2013, p.708). A condição prévia para a libertação é, segundo Marcuse, a liberdade em relação à dominação da mercadoria, expressa pela lógica do Princípio de Desempenho. Por isso, a necessidade de libertação das coisas desnecessárias e pré-fabricadas do consumismo, a necessidade da busca de uma transformação cultural, material, da consciência e da sensibilidade do processo de trabalho e de lazer. Buscando romper com a sociedade industrial instrumentalmente organizada, que regula a tecnologia, padroniza a existência humana, de modo que estes sirvam como forma regulatória de seus interesses.

Marcuse salienta que os novos lugares sociais de negação tendem a surgir de minorias organizadas, que representam as classes oprimidas da sociedade, que atribuem elementos qualitativos visando à dignidade humana e a satisfação das necessidades. Estes grupos podem ser os catalizadores de uma rebelião no interior do processo social onde, embora não automaticamente, “as forças revolucionárias surgem no próprio processo de transformação; a tradução do potencial em atualidade é o trabalho da *práxis* política.” (MARCUSE apud SCHÜTZ, 2013, p. 713). Estes grupos e dimensões, portanto, podem tornar-se esta força revolucionária na medida em que representam o interesse geral dos oprimidos, por uma perspectiva qualitativamente diferenciada da instituída, e na busca da superação das necessidades reais dos indivíduos, superando assim, por exemplo, a pseudodemocracia da representatividade e partindo para uma democracia direta, organizada a partir de conselhos populares e assembleias. Ou seja: “Os valores ligados às alternativas realmente se tornam fatos quando transformados em realidade pela prática histórica”. (MARCUSE, 1973, p.15). Esta convicção de Marcuse que nos leva a entender que a transformação social histórica terá suas mudanças reais e objetivas quando todo o aparato¹

1 Marcuse forja o conceito de *apparatus* que significa: as instituições, os dispositivos e as organizações da indústria em sua situação social dominante. “Sob o impacto deste aparato, a racionalidade individualista se viu transformada em racionalidade tecnológica” (Marcuse, 1999).

tecnológico será utilizado primeiramente para cumprir uma função social e histórica qualitativamente diferenciada da atual.

Marcuse busca nos novos lugares sociais de negação subsídios para um modelo de sociedade, que possibilite a realização do indivíduo, um princípio de realidade diferente desse que rege a sociedade atual. O modelo civilizatório hegemônico oprime o indivíduo, impondo à humanidade um modelo, que a partir da interpretação de Freud utilizada por Marcuse, é orientado pelo Princípio Desempenho. O Princípio Desempenho é, no entanto, o resultado e expressão do todo-parte, aquilo que resulta do molde estabelecido pela sociedade repressora. Como veremos, para Freud, a repressão está no controle mental que regula o prazer, estabelecendo assim um princípio de realidade que justifica e legitima a realidade social existente. Inibe-se o prazer em busca de um Princípio de Realidade que, embora também não negue o prazer, o adia e sublima. A repressão funciona como uma condição de civilização, ela adia o prazer imediato, instintivo, em busca de um futuro civilizatório, organizando um ego que é socialmente aceito. Aqui se encontra um dos problemas da sociedade atual descrita por Marcuse, no momento em que reprimimos o prazer em favor de um princípio de realidade – que é a dominação do prazer – sem questionar se os sacrifícios exigidos são de fato ainda necessários, acabamos por reproduzir a ideologia, as riquezas concentradas e o domínio de uns sobre os outros, característico do sistema atual. O conflito entre o Princípio de Prazer e o Princípio de Realidade no interior da civilização é constante. Segundo Freud, a civilização é constituída sob a renúncia ao instinto, fazendo com que a repressão instintiva e a civilização estejam necessariamente ligadas. A partir desta constatação de Freud, Marcuse pode afirmar que “a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas ordens no próprio aparelho mental” (MARCUSE, 1975, p, 37). Ou seja, a civilização na forma como está constituída, pressupõe a constante repressão interna e externa/social.

Neste horizonte teórico Marcuse busca ressignificar esses conceitos, já que para ele, Freud não contextualiza adequadamente o sacrifício dos sentidos exigidos pela civilização na sociedade atual. Marcuse apresenta dois termos: “a) *Mais-repressão*: as restrições requeridas pela dominação social. Distingue-

se da *repressão* (básica): as '*modificações*' dos instintos necessários à perpetuação da raça humana. E b) *Princípio de Desempenho*: a forma histórica predominante do *princípio de realidade*. (MARCUSE, 1975, p. 51). Para o filósofo, Freud não distingue a repressão instintiva da repressão instrumentalizada, e afirma que esta última serve a uma lógica da *mais repressão* estando a serviço da dominação dos interesses de grupos e de indivíduos que instrumentalizam o interesse da sociedade. Para Marcuse, a mais-repressão organiza a estrutura instintiva do indivíduo, criando um princípio de realidade modelado. Dessa forma, constituem-se processos que suavizam e pacificam a vida entre os indivíduos, e na medida em que se estabelece um Princípio de Desempenho modelado pela mais-repressão, se estabiliza as insatisfações guiando inconscientemente o prazer na busca pelo agradável nos limites dos horizontes previamente delimitado pelo Princípio de Desempenho. O prazer é reduzido e limitado a um modelo "ideal" civilizatório que funciona como instância da repressão: "Se a ausência de repressão é o arquétipo de liberdade, então a civilização é a luta contra essa liberdade" (MARCUSE, 1975, p, 36). Por essa repressão ser construída historicamente, há aí uma introjeção de valores que adapta o princípio de prazer ao Princípio de Desempenho, de certo modo, pode-se dizer que a civilização é a luta contra a liberdade do prazer, marcada pela coação e pela escravidão.

O Princípio de Desempenho representa a forma histórica predominante do princípio de realidade, é ele que orienta o indivíduo reprimido e organizado biologicamente a fim de mantê-lo dócil e adaptado ao sistema. No momento em que ultrapassa a repressão básica, o Princípio de Desempenho é apresentado falaciosamente como realidade, restringindo os processos culturais e garantindo a convivência pacífica entre os indivíduos nos limites da sua dinâmica. O Princípio de Desempenho cria o que Freud chamou de "tendência no sentido da estabilidade", ou seja, procura estruturar os instintos dos indivíduos, mantendo uma concepção dualista entre prazer e realidade, mantém a constância de excitação entre agradável e o desagradável num nível que não põe em questão a estrutura social. Desse modo, o Princípio de Desempenho ocorre quando o princípio de prazer é relegado ao inconsciente, é modificado e instrumentalizado para que a realidade ocorra. O problema aqui é que o excesso de repressão sobre o Princípio de Prazer é também utilizado

como uma forma de justificar a dominação e a exploração não somente para a construção da civilização. Ou seja, ela também é utilizada para objetivos contrários à sua promessa: uma maneira de reproduzir alienação e de reprodução do sistema vigente em vez de superá-la.

Marcuse denomina de Grande-Recusa estes novos elementos qualitativos contidos nos lugares de negação e que buscam um novo Princípio de Realidade, estes grupos são para o filósofo a mais alta maturidade da civilização, pois negam o Princípio de Desempenho e possuem a pretensão de superar a estrutura do capitalismo, são a base para o desenvolvimento e a organização de potenciais revolucionários. Estes novos lugares sociais de negação representam os potenciais de mudanças capazes de subsidiar a constituição de novos sujeitos individuais e coletivos que buscam a construção de elementos qualitativamente novos. De antemão, portanto, já podemos afirmar que, nestes grupos estão compreendidos todos movimentos sociais que buscam uma outra sociedade, que possuem uma nova relação qualitativa com a totalidade existente.

1 – O POTENCIAL CRÍTICO DA FILOSOFIA

Neste capítulo pretendemos elucidar as pretensões da *Teoria Crítica* diante do avanço da racionalidade instrumental, que, desde o advento da modernidade, estabelece exclusivamente a razão técnica e quantitativa como potencial de progresso e de emancipação. Trataremos de expor as diferenças entre a *Teoria Tradicional* e a *Teoria Crítica*, e por que esta última será usada por nós como referência para pensarmos lugares sociais que negam a realidade opressora, buscando entender onde estão os potenciais utópicos que buscam uma nova realidade.

A proposta da *Teoria Crítica* é a de reconhecer o pressuposto de que as relações econômicas são as principais responsáveis pela constituição da dinâmica do todo social. Esta postura possibilitou à *Teoria Crítica* um diferencial em particular, qual seja, o de inserir os conceitos filosóficos na teoria materialista, e desse modo buscar compreender o “contexto total” da realidade efetiva. Marcuse expressou esta convicção da seguinte forma: “os fatos filosóficos mais relevantes para a teoria são os que se desenvolvem a partir do contexto econômico” (MARCUSE, 1997, p. 137). Assim, a teoria crítica pretende estar intrinsecamente vinculada ao materialismo, e sua preocupação está na racional efetivação da felicidade dos homens nas relações sociais existentes. Para tanto, busca uma nova sociedade que seja uma obra livre, e que o seu resultado, seja o de indivíduos liberados: “Pois a filosofia, na medida em que é mais do que uma ocupação ou uma disciplina dentro da divisão de trabalho dada, viveu até hoje da ainda não realização da razão” (MARCUSE, 1997, p. 138). Conclui-se que, segundo Marcuse, até então, a filosofia moderna iluminista não tornou concreta as idealizações da razão, ou seja, os potenciais inscritos na mesma ainda estão bloqueados na esfera da realização social.

Segundo Marcuse em seu texto *Filosofia e Teoria Crítica (1937)*, o destino do homem é traçado pelo uso da razão. Ela é a categoria fundamental para o pensamento filosófico, e também aquela que traça o destino do homem. É pela racionalidade e dentro dos limites que a concebemos que projetamos o mundo futuro. O que acontece, e aconteceu na filosofia da época burguesa, é o ato de tomar o conceito de razão como um ser autêntico, independente, um ideal que se encontra separado de seu ente. A filosofia crítica entende que

ambas – a racionalidade e a sensibilidade são potencialidades que se pertencem mutuamente: “Quando razão é considerada como a substância, isto significa que em seu grau superior: o mundo, como realidade efetiva própria, não enfrenta mais o pensamento racional dos homens como mera subjetividade, mas sim é por ele compreendido, e tornado conceito” (MARCUSE, 1997, p. 138-139). A filosofia da *Teoria Crítica*, toma a materialidade como fundamento primeiro para pensar os conceitos filosóficos, e a partir disso idealiza, colocando sob o pensamento a intenção de transformar a política na estrutura social. A filosofia crítica estende suas críticas às relações materiais da existência, de modo que seu “protesto e a crítica materialista originam-se na luta dos grupos reprimidos por melhores relações de vida e que permanecem continuamente associados ao decurso factual dessas lutas” (MARCUSE, 1997, p. 143). Esse é um movimento central na distinção entre a *Teoria Tradicional* e a *Teoria Crítica*. Onde, a tarefa efetiva da *Teoria Tradicional* é a do puro pensamento e da vontade pura de um indivíduo livre, já a *Teoria Crítica* parte do pressuposto de um indivíduo pensante e livre, mas diante de uma criação de uma organização social comum.

Neste sentido, pode-se afirmar que teoria Crítica traz a tona o elemento progressivo de utopia. A utopia, segundo nosso autor, foi o elemento que na filosofia foi por muito tempo utilizado para a construção dos melhores Estados, dos prazeres e da paz perpétua. E é essa a insistência da teoria filosófica crítica, resgatar o potencial utópico e encontrar possibilidades de uma nova ordem não repressiva, possível somente com uma racionalidade livre.

Quanto mais elementos da teoria se tornarem realidade (*Wirklichkeit*), de modo que não apenas o desenvolvimento da velha ordem confirme as predições da teoria, senão também que a passagem para a nova ordem tenha começado tanto mais urgente torna-se a questão do que a teoria entende como seu objetivo (MARCUSE, 1997, p. 145).

A reivindicação da *Teoria Crítica*, no modo como compreende Marcuse, não é a recusa absoluta dos conceitos econômicos, mas, contra o emprego distorcido da economia. A economia que se mostra tão rica em possibilidades e avanços tecnológicos é também a que bloqueia as possibilidades para erradicar a miséria no mundo, apesar de mostrar possibilidades para tanto. A

Teoria Crítica percebe que, no sistema econômico atual, mesmo aqueles que não usufruem das benesses do sistema estão inseridos nele. “Numa sociedade que, em sua totalidade, é e era determinada por relações econômicas, de modo que a economia não controlada controla todas as relações humanas, também todos os não-econômicos estão contidos no econômico” (MARCUSE, 1997, p. 146). Marcuse salienta que a Teoria Crítica almeja mais do que uma nova forma de economia regulada, pretende acabar com a relação descontrolada da economia, buscando a superação dessa relação entre super e infraestrutura.

A partir destas constatações, o autor propõe uma inversão: “o processo de trabalho não deve mais decidir sobre a totalidade da existência dos homens, mas sim a totalidade das necessidades sobre o processo de trabalho” (MARCUSE, 1997, p.146), a regulamentação e a planificação do trabalho tem que necessariamente interessar à liberdade e à felicidades das massas. Os fundamentos e as categorias da *Teoria Crítica* estão centrados no objetivo de superar as atuais relações materiais existentes. Objetivando um modelo de sociedade futuro a partir destas próprias condições. A *Teoria Crítica* tem a pretensão de realizar as possibilidades de um mundo livre a partir dos desdobramentos desse. Isso quer dizer que sua pretensão não é a de trazer elementos “externos” para dentro desse mundo, mas, mesmo que permanecendo alguns elementos econômicos, se estingue todos aqueles que não visam a liberdade e a felicidade universal.

O debate filosófico da *Teoria Crítica* está, segundo Marcuse, motivada no seu interesse pela verdade dos conceitos. Ela ocupa-se com os conceitos ocultados pelo pensamento burgues no século XVIII, que interpretaram a filosofia de acordo com o seu interesse. A *Teoria Crítica* busca resgatar o fundamento histórico e social desses conceitos, mostrando o quanto são de interesse da humanidade e o quanto são importante na transformação de uma situação social, Marcuse argumenta: “Nas lutas sociais, o filósofo só pode participar na medida em que não for filósofo profissional: também essa ‘divisão do trabalho’ é o resultado da moderna separação dos meios de produção materiais e espirituais” (Marcuse, 1997, p. 148). Por isso, o esforço da filosofia está no seu trabalho abstrato fundamentado nas relações sociais de existência.

A intenção não é a de reduzir os conceitos filosóficos a fatos sociais, mas a de desvelar esses conceitos que antes eram compreendidos em oposição as relações históricas e apresentadas de forma nebulosa. A compreensão “filosófica nebulosa” que temos da sociedade é resultante do domínio descontrolado da economia sobre a existência da sociedade. Este domínio faz com o indivíduo se sinta “fora” e não parte das relações sociais que compõe a totalidade. Assim, as relações sociais são construídas sobre conceitos ideológicos que ocultam o valor de verdade, “As relações sociais ocultam o significado da verdade: constroem, ao mesmo tempo, o horizonte de não-verdade, que priva a verdade de seu efeito” (MARCUSE, 1997, p. 151). O pensador cita o exemplo do conceito de consciência universal do idealismo alemão, que levanta a seguinte questão: “como o sujeito pode ser universal sem suprimir a individualidade? Problematizando assim a relação entre o sujeito e o todo da sociedade. No caso da sociedade capitalista estamos condicionados uma determinada relação social de existência que elimina a individualidade e impõe ao indivíduo um todo fundado em não verdades filosóficas, o indivíduo está “fora” das decisões sobre a sua existência.

É fundamental considerar a relação social e de consciência daquele indivíduo que, mesmo dentro do sistema, está fora das benesses da relação econômica, e de como seu pensamento diante do que está posto é formatado ideologicamente. “As relações econômicas determinam o pensamento filosófico no período burguês de tal modo que o indivíduo emancipado e referenciado a si mesmo pensa” (MARCUSE, 1997, p. 152). Ou seja, o indivíduo se compreende enquanto um sujeito abstrato recluso em sua individualidade, e forçado a aderir os conceitos abstratos da *Teoria Tradicional*, bem como lhe são atribuídas funções que valorizam o capital. Para a Teoria Tradicional ele é um sujeito abstrato, e somente aparece como indivíduo na abstração completa e filosófica de sua humanidade. Esse indivíduo é como que obrigado a incorporar o isolamento monádico do pensamento burguês. “A constituição do mundo ocorre às costas dos indivíduos, embora seja obra sua” (MARCUSE, 1997, p. 153). Ela é sua obra porque ele tudo produz, mas o que determina a sua produção acontece às suas costas, desse modo, a sociedade industrial burguesa determina sua consciência e manifesta sua dependência diante de uma independência (abstrata) de conteúdos e de atividades.

O homem enquanto ser racional deve exigir a sua liberdade e a sua felicidade: esta é convicção defendida por Marcuse enquanto elemento constitutivo de uma postura crítica. Esta exigência deve ser o seu bem supremo, a pretensão dessa universalidade, embora possa parecer uma bandeira burguesa, contém uma pretensão subversiva, pois: “Numa sociedade, cuja realidade efetiva tende a mentir para todas essas universalidades, a filosofia não pode concretizar-se” (MARCUSE, 1997, p. 154). O interesse da Teoria Crítica está na preservação dessa verdade antiga na filosofia, que é o da racionalidade, da liberdade e da felicidade. Seu vínculo com a filosofia está em mostrar que o homem é mais do que um sujeito utilizável no processo econômico. Este foi o erro da filosofia racional iluminista, se vincular a economia e deixar que ela decidisse sobre o homem, foi desse modo que ela virou opressora, pois direcionou a vida em sociedade como um instrumento na produção quantitativa de mercadorias. A *Teoria Crítica* é materialista da sociedade também possui uma abstratividade, mas, se fundamenta em não desviar o olhar da ordem estabelecida, e simultaneamente ela olha para o status futuro dos homens, que seja possível de ser visualizada a partir do agora. Para isso, mantém os olhos atentos à fantasia e à imaginação: “devido a sua capacidade única de ‘intuir’ um objeto mesmo ausente, de criar algo a partir do fundamento do material dado do conhecimento, a imaginação indica um elevado grau de independência” (MARCUSE, 1997, p. 155.), a imaginação, é a liberdade em um mundo não livre.

O potencial da imaginação e da fantasia tem uma relação essencial com a filosofia para Marcuse e, podendo antecipar o futuro, já que intui um objeto mesmo ausente. “Numa situação, em que tal futuro representa uma possibilidade real, a fantasia é um instrumento importante na tarefa de por a meta sempre a vista” (MARCUSE, 1997, p. 156). O papel da fantasia levou a Teoria Crítica a um acordo com a filosofia idealista da razão, qual seja, de desfazer abstratividade associando-se o mais estreitamente possível com a ciência. A *Teoria Crítica* percebeu que a ciência mostrava suficiente aptidão para servir ao desenvolvimento das forças produtivas, e também de abrir possibilidades para uma existência mais rica, para isso deve se desvincular a ciência da ordem estabelecida evitando assim o fetichismo funesto do poder que ela fornece. “A teoria crítica, por fim, é crítica contra si mesma e contra

seus próprios defensores sociais” (MARCUSE, 1997, p. 157). Ou seja, a imaginação junto com o conhecimento científico, tem o potencial de tornar concreto os conceitos abstratos da Teoria Tradicional.

- A Escola de Frankfurt e sua contribuição para a Teoria Crítica.

A Escola de Frankfurt, que passou também a ser conhecida como sinônimo de Teoria Crítica, é composta por pensadores que deram forma a uma teoria social, referendada principalmente em Karl Marx, que se opunha a teoria tradicional. Surgiu inicialmente a partir dos trabalhos de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e outros², que buscavam no pensamento de Marx - e também de Freud, especialmente no caso de Marcuse - demonstrar as contradições, as insuficiências e a repressão ao indivíduo imposta, pelo sistema capitalista. O Instituto de Pesquisa Social – *Institut fuer Sozialforschung* destacado como Escola de Frankfurt, é criado em 1923, vinculado à Universidade de Frankfurt, pesquisava temas voltados à tradição marxista essencialmente em relação ao movimento operário e as mudanças estruturais na organização do sistema capitalista e também a sua relação com a força de trabalho.

O instituto contava com a edição de uma revista intitulada: *Zeitschrift fuer Sozialforschung* (Revista de Pesquisa Social), que possuía editoras filiais em Genebra, Paris e Londres. Com o crescimento do anti-semitismo, e o progresso do regime nazista nos países vizinhos da Alemanha, o Instituto se vê obrigado a realizar algumas mudanças, pois o governo nazista decretou o seu fechamento, declarando suas atividades hostis ao governo, confiscando o prédio e os livros que compunham o acervo da biblioteca. Após ser transferido para Genebra em 1933 e com acréscimo de filiados na equipe de pesquisadores, o Instituto em 1934, é transferido para Nova Iorque, e vinculado

2 O grupo de pesquisadores surgiu a partir da semana de estudos marxistas em 1922 na Turíngia, promovido pelo idealizador, Felix Weil e pelos marxistas que organizaram o evento: Karl Korsch, Georg Lukács, Friedrich Pollock, Karl Wittfogel e outros. O Instituto de Pesquisa Social (*Instituut fuer Sozialforschung*) foi oficialmente criado no dia 3 de fevereiro de 1923, em um prédio vinculado à universidade de Frankfurt. Para mais informações: FREITAG (2006) e JAY (2008).

à Universidade de Columbia, passando a se chamar: *International Institute of Social Research*.

Foi no período em que o Instituto esteve instalado nos Estados Unidos, que foram produzidos o maior número de artigos referentes à *Teoria Crítica*. Nesta época, além de afetados diretamente pela evidente ascensão do fascismo na Europa, os pensadores se mostram impactados com a cultura americana e a sua relação com o capitalismo moderno e a cultura de massa, uma vez que os americanos exibem, a versão capitalista mais avançada da cultura, nessa época publicam uma obra coletiva chamada: *The Authoritarian Personality* (1950). É também neste período em que Horkheimer se confronta com a tendência positivista e empirista nas ciências sociais, e publica em 1937, o ensaio: *A teoria crítica e teoria tradicional*, cunhando o termo “*Teoria Crítica*”. Como veremos no item seguinte, esse momento marca a retomada da reflexão filosófica e dialética em contraposição a Teoria Tradicional. Com a publicação da *Dialética do Esclarecimento* (1947), Horkheimer e Adorno tematizam a concepção de razão e a sua relação com a produção capitalista, mostrando a onipotência do sistema reificado na promessa da modernidade que assimila os indivíduos de maneira “narcótica”.

Em 1950 o instituto passa a funcionar novamente em Frankfurt, dando continuidade especialmente aos estudos sobre autoridade, e observando a transição dos estados autoritários para regimes liberais democráticos. Mas a partir dos anos 60, os pesquisadores são surpreendidos com o movimento estudantil, e como este se mostra hostil à repressão institucionalizada, fazendo eclodir movimentos rebeldes que não se conformam com a estrutura autoritária das universidades. Herbert Marcuse é o pesquisador do Instituto que mais se destaca neste momento, na época se aproxima dos estudantes com a intenção de dialogar e de refletir, incorporando a *Teoria Crítica* ao movimento tematizando as pautas do movimento que ficou conhecido como a *New Left*³ – a nova esquerda.

3 A nova esquerda é o termo utilizado para se referir aos movimentos de esquerda da década de 1960.

1.2 - Teoria Crítica em oposição à Teoria Tradicional: na busca de novas possibilidades de mundo.

Aqui iremos expor os pressupostos da Teoria Crítica a fim de contrapô-lo a Teoria Tradicional e ao modo como esta última foi concebida pelo ideal Iluminista, que pressupõe um indivíduo livre economicamente, mas não livre universalmente. A Teoria Tradicional marcada pelo método cartesiano⁴ instrumentaliza a natureza, e a partir de seus métodos e técnicas não busca necessariamente melhores condições de vida. Assim, segue que a Teoria Crítica considera insuficiente o pensamento da Teoria Tradicional, mostrando que esta se limita a descrever o mundo na forma em que ele se apresenta, dizendo somente o que mundo é, e assim ocultando as possibilidades de transformá-lo. Ao não apresentar as possibilidades inscritas no mundo, sua descrição também se torna insuficiente e limitada, por mais refinada que possa ser.

A *Teoria Crítica* referencia-se fundamentalmente nas obras de Karl Marx (1818-1883), sem, no entanto, torná-las dogmáticas e estanques: procura torná-las produtivas confrontando-as com novos problemas e questões. A análise das obras marxianas possibilitou uma crítica mais concreta ao capitalismo do que aquelas dadas pelos modelos utópicos, e pela economia política. A *Teoria Crítica* tem também como pretensão a superação da lógica de dominação do sistema capitalista, pretende, por um viés crítico e interdisciplinar, não só entender como as coisas funcionam, mas, “analisar o funcionamento concreto das coisas à luz de uma emancipação ao mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas relações sociais vigentes” (NOBRE, 2008, p. 17). Isso quer dizer que, a *Teoria Crítica* tem como horizonte a emancipação social, que permita compreender a sociedade em seu conjunto e na constituição de uma teoria concreta que contribua para superar os bloqueios da transformação social efetiva.

O trabalho interdisciplinar proposto e desenvolvido pela *Teoria Crítica* é importante porque, possibilita um diagnóstico mais apurado do momento histórico e das potencialidades emancipatórias. Ao examinar o mundo social na

4 O método cartesiano é característico aqui como aquele da Teoria Tradicional que visa matematizar e catalogar todos objetos observados de maneira lógica e abstrata, sem levar em conta a historicidade.

perspectiva da emancipação, a Teoria Crítica busca uma posição crítica em relação ao conhecimento produzido nas condições sociais capitalistas. Assim, seus princípios se mostram localizados no interior do sistema, o que permite à Teoria Crítica identificar na própria estrutura do sistema as potencialidades e os obstáculos para a emancipação. Desse modo, procura no momento histórico presente, produzir novos diagnósticos vinculados com a perspectiva teórica e prática inaugurada por Marx, em relação com os campos teóricos desenvolvidos desde então. Sua relação interdisciplinar entre os conhecimentos sociais acontece de forma dialética, enraizada nas percepções filosóficas hegelianas feitas pelos sucessores de Hegel aos fenômenos sociais e políticos da Alemanha⁵.

Para os pensadores, a Teoria Crítica está comprometida com a liberdade e com a autonomia do ser humano, e, por isso, sua reflexão se baseia em juízos existenciais, pois preocupa-se também em integrar dados novos em um corpo teórico já elaborado, partindo sempre de um momento histórico e relacionando-o com o conhecimento que já se tem do homem e da natureza. Diferente disso, a Teoria Tradicional possui um caráter sistêmico e conservador, trabalhando as categorias por indução e dedução, o que leva à formação de sentenças lógicas que concluem supostos conceitos universais abstratos.

A necessidade filosófica da Teoria Crítica está na sua capacidade/intencionalidade de buscar uma humanidade emancipada. Suas considerações apontam em direção a necessidade de libertar a humanidade da repressão, da ignorância e da inconsciência. Nesse sentido, ela mantém a essência do ideal iluminista, que buscava usar a razão como instrumento de libertação e de autonomia. A Teoria Tradicional vê a *necessidade* do trabalho teórico somente como um trabalho formal que segue as regras gerais da lógica formal, delimitado por um objeto que se apresenta externo ao sujeito. A Teoria Crítica concebe uma relação orgânica entre sujeito e objeto, “o sujeito do conhecimento é um sujeito histórico que se encontra inserido em um processo igualmente histórico que o condiciona e molda” (FREITAG, 2004, p. 42).

5 Os chamados hegelianos de esquerda, foram pensadores que na década de 1840, se interessam pelo método dialético de Hegel, e procuram direcioná-lo ao materialismo, e para a práxis humana em busca da transformação social. Estes pensadores escrevem em uma Alemanha que começa a sentir os efeitos da modernização capitalista, e ali encontram uma força negativa na sociedade, a saber, o proletariado, que vivia em condição de miséria na Alemanha da época.

Enquanto isso a *Teoria Tradicional* se resigna a um imobilismo e ao quietismo, concebendo a teoria fora da dinâmica histórica e social e, desse modo, tornando unilaterais as atividades científicas e sociais afastando-as do mundo material.

A Teoria Crítica produz conhecimento pelo método dialético⁶, desse modo, ela não possui um modelo, ou um padrão como a Teoria Tradicional tem em sua estrutura lógica, que dá prognóstico através de regras previamente definidas sobre a realidade. É por isso que a dialética é o elemento constitutivo da Teoria Crítica, nunca se contentando com o *status quo*, tende sempre a buscar superar a realidade cotidiana. A peculiar diferença entre a *Teoria Crítica* e a Teoria Tradicional está na maneira de como a sociedade burguesa, herdeira do iluminismo, privilegiou a razão instrumental como ideal de sociedade, evocada somente como forma de dominação da natureza deixando a razão emancipatória reprimida e atrofiada, sem preocupação material da existência humana. Assim, a razão iluminista, que chegou com a promessa de acabar com os mitos, agora fora transformada em mito. Este tema é tratado no livro: *Dialética do esclarecimento (1944)*, onde Adorno e Horkheimer utilizam a narrativa de Homero como metáfora para explicar a dialética da razão apontando para os limites a que a razão em seu caráter instrumental foi reduzida e os perigos que isto representa.

A diferença também está na concepção de totalidade entre as duas teorias, a concepção positivista da Teoria Tradicional, cria um “véu mitológico” sobre a ciência. Ela atribui ao pensamento abstrato da ciência toda a verdade, subordinando assim, todos os fatos à uma sistematização de não contraditórios. Isso quer dizer que, desse modo, não se leva em conta a realidade histórica das diferenças, então, ela parte de abstrações conceituais sistematizadas cientificamente, para daí dizer o que é a sociedade.

A Teoria Tradicional, por sua “organização lógica da vida” tende sempre para institucionalização de um determinado tipo de vida, um tipo de

6 Entendemos por método dialético, aquele da teoria materialista marxista, que vê o conhecimento teórico como conhecimento do objeto, onde o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa: “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas a sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (Marx, 1968, p. 16).

comportamento, tornando outras formas vida e outros tipos de comportamento inviáveis ou mesmo fazendo delas uma cultura decadente. A razão da Teoria Tradicional exclui a razão subjetiva e autônoma, fazendo do homem somente um brinquedo de sua razão instrumental. Enquanto a Teoria Crítica busca uma mudança radical nos paradigmas impostos, na perspectiva de conceber uma realidade onde os atores históricos possuam uma interação dialógica dentro do contexto histórico.

Como se difere a concepção crítica da concepção tradicional de teoria? Para procurar responder esta questão vamos recorrer ao clássico texto de Horkheimer e de Adorno intitulado *Teoria Tradicional e Teoria Crítica (1937)*, uma vez que este constitui a principal referência para tal discussão. Primeiro, os autores entendem por teoria aquela que foi estabelecida pelos padrões científicos, ou seja, um conhecimento composto por um encadeamento de proposições, que, dispostos de forma lógica, permitem a determinação de certo universo de objetos. Partindo sempre de um saber hipotético puramente científico dos fatos, a teoria cataloga o conhecimento, abrangendo todos os objetos possíveis dentro de sua regra científica. Assim, a essência da teoria passa a ser também a aplicação da matemática e da física na natureza.

O problema da Teoria Tradicional é que ela visa um sistema puramente matemático, que reproduz tudo em símbolos matemáticos, designados os objetos observados somente na sua quantidade. O que se questiona não é a essência da teoria, mas como ela é aplicada, aonde é utilizada e qual a sua finalidade, “não é o significado da teoria em geral que é questionado aqui, mas a teoria esboçada ‘de cima para baixo’ por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular” (HORKHEIMER, p.119). Segundo os autores o modo de existência da Teoria Tradicional está em calcular as regras da experiência, ou seja, ela liga os fatos a partir de fórmulas, condicionando a vida econômica, social e psicológica de uma sociedade. O progresso técnico burguês funciona dentro dos parâmetros da estrutura hierárquica das hipóteses, sua fundamentação pretende ser a-histórica, porque, como iremos mostrar mais adiante, a sua essência está na abstração lógica, fazendo dela uma categoria coisificada da realidade, se tornando ideológica por isso.

A pesquisa científica é necessariamente um processo social, “o cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento de autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso” (HORKHEIMER, p.122-123), mas o que se percebe é que, a ciência ocorre na divisão social do trabalho, ela não está isolada deste processo capitalista de produção. A produção científica é um produto da produção do entendimento humano, mas quando medida pelo entendimento do *logos* da teoria matemática passa a ser entendida equivocadamente como uma autoconsciência independente e infinita, se submetendo ao pensamento ideológico da Teoria Tradicional.

A ciência, concebida por um estado racional que determina a produção material de uma sociedade, pressupõe um indivíduo ajustado, não leva em conta a totalidade do mundo que essencialmente carrega em si as suas diferenças, “a existência da sociedade se baseou na oposição direta, ou é resultado de forças contrárias; de qualquer modo não é o resultado de uma espontaneidade consciente de indivíduos livres” (HORKHEIMER. p.125). Segundo Horkheimer, é na *práxis* social que o saber está contido, é ela que mesmo inconscientemente determina o lado subjetivo e objetivo, inclusive na relação com a natureza, que naturalmente o mundo social depende dela. Já na *práxis* burguesa, o saber está contido na objetivação do pensamento racional e científico dominante.

Por outro lado, há o pensamento crítico, que não se limita aos pressupostos determinados pela Teoria Tradicional. A Teoria Crítica reconhece o modo de economia vigente e o todo cultural como produto do trabalho, e por isso vê a necessidade de uma nova organização de trabalho, diferente daquela proposta pela Teoria Tradicional. Na visão tradicional capitalista do processo social de trabalho, o excedente de bens produzidos beneficia apenas um pequeno grupo de homens, já a visão crítica, visa uma organização racional concreta, que corresponde ao real interesse dos indivíduos.

A Teoria Crítica procura explicitar o processo de desumanização que acontece concomitantemente aos avanços do desenvolvimento dos recursos técnicos. Tenta mostrar o quanto a crise da cultura instaurada no modelo de progresso atual tende a anular o homem, pois o submete e reduz a racionalidade técnica, tornando-o uma extensão da máquina, “a crise atual da

razão consiste basicamente no fato de que até certo ponto o pensamento ou se tornou incapaz de conceber tal objetividade em si ou começou a negá-la como uma ilusão” (HORKHEIMER, 1976, p. 15). A desumanização causada pela racionalidade técnica afastou o homem de sua natureza, e tudo que é humano ou natural passa a ser negado ou tratado como ilusório ou arcaico.

Para Marcuse em seu escrito *Filosofia e Teoria Crítica (1937)*, a Teoria Crítica é marcada por uma teimosia que mantém a autêntica qualidade filosófica. O pensador salienta também o potencial da Teoria Crítica em compreender o contexto total da realidade efetiva nas relações econômicas. Marcuse quer mostrar o quanto as categorias da filosofia aparecem nos conceitos econômicos da teoria materialista, “os fatos filosóficos mais relevantes para a teoria são os que se desenvolvem a partir do contexto econômico” (MARCUSE, 1997, p. 137). A Teoria Crítica está essencialmente vinculada ao materialismo e, segundo nosso pensador, este vínculo está na preocupação em torno da felicidade dos homens e por isso está necessariamente ligada com a transformação das relações materiais de existência.

A nova sociedade deve ser objeto de uma teoria de indivíduos liberados, diz Marcuse, e para isso, o uso da razão é necessário e fundamental. Enquanto categoria do pensamento filosófico a razão representa as potencialidades do homem. A razão é para a filosofia a categoria fundamental, pois carrega o potencial decisivo de reconciliar antíteses. A questão é que, ao transformar a razão em substância separada do ente, ou melhor, quando a realidade efetiva passa somente a ser compreendida pela razão na forma de conceito e não de objetividade, a filosofia se torna idealismo, “porque coloca o ser sob o pensamento”. O uso da razão na filosofia da era burguesa tomou forma de subjetividade, e a liberdade passa a representar a razão, é ela a “forma” da razão.

A filosofia da ordem burguesa transformou assim a razão e a liberdade em aparências. A primeira é aparência da racionalidade em um mundo irracional, e a segunda é aparência de um ser livre em um mundo opressor. A aparência de tal transformação está no idealismo burguês, que reduz tudo ao reino da necessidade, ou seja, “livre é quem reconhece o necessário como necessário, superando assim sua mera necessidade e elevando-se à esfera da

razão” (MARCUSE, 1997, p. 140). Marcuse observa que vivemos até hoje a não-realização da razão, mesmo que ela tenha sido erigida como concepção crítica, suprimindo tudo aquilo que a contradizia, ela permanece enclausurada no idealismo burguês que vincula liberdade e necessidade. O sujeito racional portanto, só é livre se introjetar o “todo” - ideal burguês para dentro de si.

Marcuse observa que a filosofia idealista da razão, desenvolve uma razão que é voltada para si, que se tornou autêntica e constituída por uma ação que não se desenvolve nas mãos dos indivíduos.. A busca da Teoria Crítica e conseqüentemente de Marcuse é, portanto, meios que negam a instrumentalização da razão idealizada na Teoria Tradicional, e que buscam uma razão sensível capaz emancipar o homem do trabalho da exploração capitalista e nos aproximar da natureza e da sua forma de vida.

1.3 – Marcuse e a perspectiva revolucionária da Teoria Crítica

Marcuse ingressa no Instituto de Pesquisa Social em 1933, quando este já estava em Genebra e depois migra para Nova York. Entre os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social, Marcuse aparece como o pensador mais engajado na militância, refletindo os temas dos movimentos político-sociais do pós-guerra e das décadas de 1960 e 1970. Parece que sempre procurou manter o caráter revolucionário em suas abordagens e práticas traduzidas, na permanente lembrança da necessidade de uma ruptura qualitativa com a dinâmica da sociedade regida pelo Princípio de Desempenho.

Preocupado com as questões de seu tempo Marcuse atuou junto aos movimentos político-sociais das décadas de 60 e 70, e observou o quanto o capitalismo atinge as bases biológicas e os sentidos dos indivíduos. Para Marcuse, o capitalismo aumenta a sua exploração produtiva ao impor o consumo de comodidades e de necessidades ao indivíduo, criando nele uma segunda natureza, de caráter totalmente libidinoso que, de certa forma, instrumentaliza a própria natureza biológica e social dos indivíduos a seu favor. Se, por um lado, as necessidades geradas pela economia de consumo aliviam as frustrações e as agressividades dos indivíduos, que os pré-condicionam e os autodeterminam, Marcuse também observava que a transformação do capitalismo baseia-se, em grande medida, no desenvolvimento e

aperfeiçoamento da exploração do consumo, e que seu triunfo está na condição de que as pessoas já não podem mais rejeitar o sistema de dominação. Sem conseguirem se contrapor ao sistema, ficam inseridas/aprisionadas em uma relação competitiva, em que o progresso quantitativo supostamente pode ser automaticamente transformado em uma vida qualitativa de um indivíduo adaptável.

Marcuse, especialmente em seus escritos *Eros e Civilização* (1966), *Contra-revolução e revolta* (1973) e *Um ensaio para a Libertação* (1977) passa a conceber a possibilidade de potenciais de revolta e de revolução em relação a ciência, a técnica e com os movimentos sociais. Para tanto, parte dos fundamentos da discussão de Marx a respeito das forças produtivas e da técnica, e suas relações de produção com o sistema da propriedade privada, e com a divisão social do trabalho gerado pela revolução burguesa.

Marcuse pretende, a partir da tradição marxista, continuada por Lukács⁷, e trazida pela Escola de Frankfurt no horizonte da Teoria Crítica, entender o bloqueio à emancipação e, simultaneamente, ao fazer um diagnóstico da época, encontrar e contribuir para liberar os potenciais emancipatórios bloqueados. Nos aspectos diagnosticados pela Teoria Crítica está a profunda mudança do sistema capitalista de Marx até aquela época, um dos aspectos que, tanto para Marcuse como para outros pensadores do Instituto, está na mudança da composição do proletariado, causando consequências importantes na compreensão da consciência de classes. Uma delas está no núcleo das relações econômicas capitalistas, onde ocorreu uma simbiose entre as forças produtivas e as relações de produção, (NOBRE, 2008, p. 142) análise feita por Pollock.⁸

7 Georg Lukács (1885-1971) escreve em 1920 a obra *História e consciência de classe*, onde desenvolve o processo de reificação da racionalidade e da tecnologia, ampliando a noção marxista de consciência de classe e renovando a concepção revolucionária.

8 Friedrich Pollock (1894-1970). Sociólogo e economista alemão membro da escola de Frankfurt, coloca em questão se as crises econômicas levariam o capitalismo ao colapso. Tendo como fundo histórico a reestruturação do capitalismo após a crise de 1929, Pollock abandona a ideia do colapso automático do capitalismo. Sua obra parte da capacidade que tem o capitalismo de regenerar-se e adaptar-se pela intervenção nas relações de produção. Segundo ele, as transformações estruturais colocam em xeque o automatismo do mercado, isso já previsto por Marx na formulação da lei de concentração e centralização do capital.

O impacto do *aparato*⁹ para Marcuse é o que transformou a racionalidade individualista em racionalidade tecnológica, o que caracteriza um modo difundido de pensamento que estabelece padrões de julgamentos e fomenta atitudes “que predispõe os homens a introjetar os ditames do aparato” (MARCUSE, 1999, p. 77). Cabe ressaltar aqui a investigação marcusiana que será tratada adiante, de como o *aparato* consegue tematizar a negatividade, ou seja, como o protesto, a oposição é integrada ao sistema.

A eficiência do comportamento racional para garantir o convívio pacífico com a ordem dominante ilustra a racionalidade tecnológica e evidencia os fins para os quais foi desenvolvida: a exploração e a dominação. O capitalismo, ao controlar as crises, torna mais distante a possibilidade de revolução. Compreendendo isso, Marcuse busca identificar possibilidades e formas qualitativamente diferentes da racionalidade técnica, sem deixar, é claro, a razão de lado. Para que a tecnologia fosse liberada da estratégia técnica da ordem de dominação, haveria também a necessidade de mudar toda a cultura material e intelectual da sociedade. O que levaria a apontar uma nova direção para o progresso técnico dentro da cultura, com formas qualitativamente diferentes. Tendo a racionalidade tecnológica se transformado em uma racionalidade política, que é fundada num projeto histórico de dominação da natureza e do próprio homem, é ela mesma, a tecnologia, segundo Marcuse, transformada em ideologia de dominação que garante a legitimação do poder político que absorve todas as outras formas culturais que negam a ideologia de dominação.

A possibilidade de emancipação está além da mudança qualitativa da ciência e da técnica, também nas minorias que estão excluídas dos benefícios da democracia burguesa, ou seja, daquelas populações que não se conformam com a lógica da racionalidade instrumental instituída, representando, por isso, posições não-conformistas e, por isso, qualitativamente diferenciadas. Estes grupos, compostos por minorias raciais, desempregados, não empregáveis, quando vão as ruas mostram, como sugere Marcuse, o começo do fim de um

9 O conceito de *apparatus* para Marcuse significa: as instituições, os dispositivos e as organizações da indústria em sua situação social dominante. “Sob o impacto deste aparato, a racionalidade individualista se viu transformada em racionalidade tecnológica” Esta referência se encontra no texto: *Algumas implicações sociais da tecnologia* p. 77, nota 6. Este texto compõe a coletânea: *Tecnologia guerra e fascismo*. de 1999, organizado por Douglas Kellner.

período. “Marcuse tem de repensar a própria ciência e a técnica e estar atento a forças que estão na periferia do sistema e, assim, são mais dificilmente integráveis” (NOBRE, 2008, p. 150). Desacreditado na política-jurídica e parlamentar, Marcuse dimensiona uma política revolucionária, desde perspectivas qualitativamente não conformadas com o sistema. Dialoga, por isso, com os movimentos sociais que se opõem a sociedade opressora atual, observando todas as inquietações, as novidades do plano cultural e os costumes dos movimentos sociais a fim de encontrar novas possibilidades qualitativas que se opõem ao sistema de dominação capitalista.

A respeito do desenvolvimento das forças produtivas, Marcuse observa que Engels provavelmente tenha ficado limitado à noção de continuidade e progresso e, com isso, limitado à própria noção de socialismo. Em contraposição a isto, sugere que “devemos pelo menos, perseguir a ideia de um caminho para o socialismo que leve da ciência à utopia e não, como ainda acreditava Engels, de um caminho que vá da utopia à ciência” (MARCUSE, 1973 p. 235). Mas, já que para Marcuse “os trabalhadores não mais representam a classe que leva em si a negação das necessidades existentes [...], por estes não terem as condições requeridas para criar as novas necessidades e escapar das necessidades repressivas”, passa a repensar alguns conceitos marxistas e também a analisar as especificidades do capitalismo tardio¹⁰ desde esta nova perspectiva: a busca de referências qualitativamente distintas da lógica da sociedade opressora.

Por isso, iremos indicar as forças que possam ser o potencial de transformação, partindo do pressuposto de Marcuse que não é possível, nas sociedades capitalistas avançadas, determinar de modo prévio a classe revolucionária, mas que é preciso buscar aspectos e referências na realidade existente que contraponham qualitativamente a lógica instaurada. Marcuse então aponta quatro forças essenciais que indicam um caráter potencial de mudança que, embora não neguem a luta de classes, indicam para a reconfiguração do horizonte desta luta, e que são: 1) em primeiro lugar, a contradição geral nunca vista em outra época entre o desenvolvimento das

10 Fundamentado em Mandel, José Paulo Netto (1996), esclarece o capitalismo tardio. Veja igualmente ADORNO, Theodor. (não é maiúsculo!) In: COHN, Gabriel (Org.). São Paulo: Ática, 1986 b. p. 62-75.

forças produtivas e da riqueza social, “como o proletário deixou de ser a classe revolucionária, a luta de classe muda de sentido e as relações de produção não estariam impedindo o desenvolvimento das forças produtivas, mas levando ao aumento da utilização destrutiva e favorecendo a repressão” (NOBRE, 2008, p. 152). 2) Em segundo lugar: para Marcuse o novo proletário toma forma nas massas do terceiro mundo, como as guerrilhas da América latina, cubana e os vietnamitas, estas juntas compõe um ataque global contra as forças capitalistas. 3) E em terceiro lugar: temos as forças que vem de dentro, forças como a dos intelectuais e estudantes e a rebelião sexual, que negam a ordem atual e juntam-se as forças párias, na busca de uma nova sociedade. 4) O potencial estético, segundo o qual, aponta para novas formas de rebelião, fundamentados em uma nova sensibilidade e de uma nova relação do homem com a natureza.

Todos esses elementos de negação são para Marcuse, como veremos, potenciais para um novo Princípio de Realidade, que buscam uma nova sensibilidade e uma inteligência científica dessublimada, buscam um *Ethos estético*, “a técnica deveria então tornar-se arte, e a arte serviria para formar a realidade: anular-se-ia a oposição entre o imaginativo e a razão, as faculdades mais altas e mais baixas, o pensamento poético e científico” (MARCUSE, 1999, p). Por isso iremos dar destaque para a *Dimensão Estética* da sensibilidade de Marcuse, que é onde o pensador centraliza os potenciais que negam a sociedade capitalista opressora e visam uma sociedade livre e igualitária onde a técnica é transformada em arte.

Marcuse vê um grande potencial de revolta em vincular a revolução científica, a revolução social, e a ecologia, “a lógica ecológica é pura e simplesmente a negação da lógica capitalista; a terra não pode ser salva dentro do quadro do capitalismo, o Terceiro Mundo não pode se desenvolver de acordo com o modelo do capitalismo” (MARCUSE apud NOBRE, p.155). O potencial ecológico parece ser um retorno do homem a sua natureza, e também o resgate de uma cultura mais próxima ao labor natural e não daquele que vê o homem como uma ferramenta, ou apenas como extensão da máquina.

– Indústria cultural: cultura como dominação.

A crítica à Indústria cultural se tornou o mais conhecido dos temas na discussão dos estudiosos da teoria crítica que os outros campos do saber que também eram pontuados pelos pesquisadores, como a crítica literária, a filosofia, a sociologia, psicanálise e a economia. O conceito *Indústria cultural* é forjado por Adorno e Horkheimer no livro: *Dialética do Esclarecimento* (1947). Herbert Marcuse em 1937 lança o ensaio intitulado: *Caráter afirmativo da cultura*, onde o autor analisa como a promessa de liberdade, felicidade e realização espiritual, promessas surgidas com a emergência da burguesia da Europa, era perpetuada como promessa de futuro, enquanto que o mundo do trabalho seguia uma lógica repressiva de reprodução da necessidade. Para Marcuse, a cultura industrial serve como sedução aos membros da sociedade, introduzindo valores de liberdade e felicidade que estagnam a revolta sobre a submissão, fazendo-o aceitar a miséria e a pobreza. Alienados a uma cultura que reproduz a submissão, seduzidos pelo fetiche do futuro melhor, o indivíduo não mais reivindica melhores condições de trabalho e de vida, e fica indiferente diante das desigualdades e das condições desumanas de trabalho.

Segundo Marcuse, o uso da cultura afirmativa foi se tornando obsoleto e incapaz de reproduzir o sistema “para manter os trabalhadores assalariados em geral inseridos no processo produtivo, tornava-se necessárias novas formas de repressão e exploração, exigindo do Estado e da empresa intervenções mais radicais e eficientes” (FREITAG, 2004, p. 70). O que acontece nesse momento é que a dicotomia entre produção material (civilização) e os bens espirituais (cultura) são unificados, fazendo da cultura também um modo de produção de bens materiais, ou seja, o consumo da cultura passou a ser um meio de tornar os trabalhadores dóceis e submissos, e ainda produzir lucro: a repressão passa a exceder a jornada de trabalho e ainda se torna fonte de apropriação privada das riquezas.

A “democratização” dos bens culturais aparece como farsa para Marcuse. A junção do processo material de produção com o processo de produção de bens ideais e culturais, integrados com a lógica capitalista de mercado, fez da cultura um valor de troca. A indústria cultural, de forma *sui generis*, faz da produção artística e da cultura uma mercadoria que cumpre

determinadas funções específicas, qual seja, ocupar o espaço do lazer, que antes era preenchido pela cultura burguesa, e eliminando assim uma eventual dimensão crítica possível contida naquela arte. Os meios de comunicação de massa impossibilitam a posição crítica da massa assalariada, fazendo por eles seus planos e também os seus amores, “no lugar do amor romântico sonhado pelo poeta se intercala a telenovela, no lugar do sexo vivido se vê o filme pornô, em lugar de liberdade autêntica se vive a liberdade de escolha entre produtos lançados no mercado” (FREITAG, 2004, p. 73), ao assimilar a cultura à civilização a indústria cultural, por meios técnicos e científicos, reproduz a ideologia da classe dominante e perpetua a produção capitalista.

O pensador Walter Benjamin em seu ensaio: *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1936) esboça um histórico da obra de arte, propondo duas novas categorias: o valor de culto e o valor de exposição. A obra de arte para o pensador se caracteriza por apresentar uma aura, é ela que fascina o espectador. A aura é um tipo de invólucro que envolve a obra de arte, contendo os elementos espaciais e temporais. Na passagem do período burguês para a sociedade de massa, e então pela intensificação da técnica, acontece algo que o autor caracteriza pela perda da aura da obra de arte, que agora está submetida a reprodutibilidade técnica. É unânime a posição dos autores da Teoria Crítica no que se referem à dupla função da arte que, por um lado, representa e consolida a ordem existente, por outro, pode fazer a crítica e denuncia, a sociedade opressora. Tanto que Marcuse, por exemplo, pela dessublimação da arte, defende a ideia da preservação da obra de arte com sua aura, como única forma de impedir sua unidimensionalização, sua cooptação pelo sistema de produção.

A gradativa expansão da indústria cultural e a perda da aura da obra de arte são, segundo Freitag, percebidas pela teoria estética que sistematiza as mensagens contidas nas formas artísticas e traz à tona os elementos críticos e contestadores, “nesse sentido, a teoria estética, se revela superior à teoria crítica que bem ou mal permanecia vinculada a um conceito de razão cuja integridade já tinha sido questionada na *Dialética do Esclarecimento* e na *Dialética Negativa*” (FREITAG, 2004, p.83). A arte não reificada preserva em si a crítica da realidade alienada, é nessa essência reveladora da arte enquanto potencial crítico, que a teoria estética assume uma posição de herança da

teoria crítica. Ela, a teoria estética, tem o potencial de compreender a representação do real na arte e apontar suas múltiplas dimensões contraditórias. Os pensadores da Teoria Crítica reconhecem na arte e no potencial da *Teoria Estética* uma “reserva ecológica” – lugar onde permanece a esperança e a utopia, da sociedade onde estão os potenciais do conteúdo utópico como possam conter uma possível promessa de felicidade, ela se constitui numa nova posição teórica contra o *status quo* alienador.

No próximo capítulo abordaremos a revitalização que Marcuse faz no pensamento de Freud e em sua psicanálise. Afim de mostrar que com o aprimoramento do capitalismo atual a alienação se estendeu até as raízes biológicas e naturais da sociedade. Desse modo, Marcuse percebe que, ao dominar o prazer, o capitalismo estabelece uma realidade dominante, denominado por ele como Princípio de desempenho, e este tem como finalidade direcionar a libido do indivíduo afim de perpetuar uma realidade dominante e opressora.

2 – O PRINCÍPIO DE DESEMPENHO COMO REALIDADE DOMINANTE.

Iremos expor neste capítulo como Marcuse insere o pensamento da psicanálise na Teoria Crítica, interagindo alguns conceitos com o pensamento marxista. Marcuse dinamiza o pensamento freudiano e psicanalítico, atribuindo dimensões críticas, históricas e dialéticas aos conceitos da psicanálise. O pensador intenciona, através da apropriação crítica destes conceitos, a possibilidade de revelar novas formas de dominação, de exploração e da expropriação do trabalho no sistema capitalista industrial avançado constituindo assim, simultaneamente, um horizonte ampliado para ações emancipatórias. É por isso que nosso pensador concebe a psicanálise não como uma ciência, mas como um meio para revelar novas formas de dominação capitalista. Se, por um lado, é principalmente pelo viés dos valores culturais que Marcuse desenvolve o potencial crítico da psicanálise, por outro lado, parte sempre do pressuposto de que, as relações sociais entre os indivíduos são determinadas pelas relações de produção de mercadorias e pela divisão de classes da qual a sociedade é composta. Sendo assim, os valores culturais derivados da socialização e da relação social entre os indivíduos, podem ser substituídos ou mesmo serem restringidos a valores culturais que interessam somente ao Princípio de Realidade dominante. De modo que os valores culturais que determinam as relações entre os indivíduos funcionam como instrumentos de controle repressivo, tencionando a felicidade e a libido dos indivíduos em favor do aparato tecnológico dominante.

As categorias da psicologia se tornam políticas quando se percebe que os processos psíquicos dos indivíduos são absorvidos pela função deste no Estado e nos processos de produção e de consumo. Ocorre que é na existência pública que a perturbação particular se mostra diretamente refletida enquanto perturbação de todo social. Assim, a desordem geral está implicada e relacionada com a perturbação particular do indivíduo, que está alienado ao modo de trabalho dominante e aos valores culturais impostos pelo aparato, e vice-versa. Marcuse busca desenvolver uma análise crítica dos acontecimentos políticos e sociais a partir dessas noções da psicologia. Para os pensadores

que iniciaram a discussão da relativização da universalidade da psicanálise com a teoria crítica marxista a análise do *Lugar Social*¹¹ é o material que fornece o fundamento histórico do meio em que o indivíduo fala. É pelo lugar social que os valores sociais são medidos, se é nas relações sociais em que se vive, que se determina o que é ou não aberrante para a sociedade, é por esse meio social que o indivíduo desenvolve a sua personalidade aceitando ou se contrapondo ao status quo.

O lugar social é, segundo ROUANET, o processo social concreto que mostra a relativização da pretensão universalista da psicanálise. Em seu livro: *Teoria Crítica e Psicanálise* (2001), ao se referir as raízes freudo-marxistas implicadas na teoria crítica, Rouanet mostra o potencial concreto do *lugar social*, “são os valores do meio que decidem se certos comportamentos são ou não aberrantes, e tais valores variam de geração para geração e de classe social para classe social” (ROUANET, 2001, p. 20). Segundo o autor, a maioria da população vive em “situação de *Tântalo*”¹², ou seja, as necessidades nunca são satisfeitas adequadamente, e estas estão sempre vinculadas a privação da necessidade de outros. O que se questiona é: como uma classe social composta pela maioria oprimida, aceita a opressão pela minoria? Neste ponto, o papel crítico da psicanálise nos possibilita compreender o papel da influência ideológica burguesa/capitalista e a fixação que leva a classe operária a respeitar cegamente a autoridade e a amar aquilo que o oprime. O autor observa o papel fundamental do recalque como um elemento-chave na incorporação da ideologia dominante e o da sublimação, enquanto gratificação compensatória das pulsões que não são realizadas. “O círculo se completa: a cultura, em sua dimensão moral, é utilizada para impedir a gratificação

11 Usado por Siegfried Bernfeld (1892-1953) na obra... tentativa de utilizar a crítica marxista e relativizar a pretensão universalista do freudismo, mostrando sua vinculação aos processos sociais concretos. O lugar social é, desse modo, os valores que determinam se um comportamento é ou não aberrante em um meio específico. Bernfeld aponta ainda que a maior parte da população se encontra na situação de Tântalos, ou seja, está destinada a não poder satisfazer adequadamente as suas necessidades.

12 O nome Tântalo aparece no Canto XI da Odisseia de Homero, nos versos 582-592. Tântalo certa vez, ousando testar a onisciência dos deuses, roubou os manjares divinos e serviu-lhes a carne do próprio filho Pélope num festim. Como castigo foi lançado ao Tártaro, onde, num vale abundante em vegetação e água, foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, visto que, ao aproximar-se da água esta escoava e ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos moviam-se para longe de seu alcance sob a força do vento. A expressão Suplício de Tântalo refere-se ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, porém, inalcançável, a exemplo do ditado popular "Tão perto e, ainda assim, tão longe".

pulsional. Parte do afeto 'censurado' é recalçado, e parte é sublimado" (ROUANET, 2001, p. 24), ou seja, o recalque funciona como a introjeção dos valores mesmo que o indivíduo não se identificando.

O pensamento de Freud, principalmente nas obras *Totem e Tabu* (1913), *O Mal-estar na civilização* (1930) e *Moisés e o Monoteísmo* (1939), são usados como instrumento crítico, o que permite a Marcuse lançar perspectiva de uma ordem além da dominação. Mas como? A Utopia de Marcuse se funda na tensão entre Eros e Thanatos. É pela teoria das pulsões de Freud - *O Mal-estar na Civilização*, que Marcuse visualiza a possibilidade subversiva de um novo Princípio de Realidade. A vida para Freud é orientada pelas pulsões de *Eros* e *Thanatos*¹³, que representam as pulsões de vida e de morte respectivamente. O *Princípio de Prazer* (Eros) representa a natureza sexual, possuindo a libido que é responsável pelo movimento de prolongar a vida e o *Princípio de Realidade* (*Thanatos*), é movido pela agressividade e destruição da vida.

A vida, para Freud, consiste na interação e no conflito destas duas classes de instintos. Mas, é no *Princípio de Prazer* (Eros) que o processo civilizatório está apoiado, por ser de natureza sexual tem a capacidade de juntar as pessoas e assim prolongar a vida. Mas a vida em civilização requer a sublimação de alguns prazeres, ou de pulsões. E como isso acontece? Isso acontece basicamente pelo processo de sublimação. A sublimação das pulsões é basicamente uma reorientação da libido para finalidades primárias e não sexuais, ou seja, no processo civilizatório nós não realizamos o *Eros* diretamente, nossas pulsões e nossos afetos são suprimidos e gratificados, e a gratificação é canalizada para a produção de "cultura".

Para Freud, o processo civilizatório está necessária e diretamente ligado a um caráter repressivo e de renúncia aos instintos. Para ele, possuímos uma herança arcaica de experiências históricas que estão presentes em nosso inconsciente. O parricídio dos irmãos e o estabelecimento de totens e tabus são para FREUD (v. 23, p. 53), o início da civilização e do processo religioso. Para o psicanalista, os primórdios da moralidade e da justiça se encontram na

13 Eros é uma palavra que deriva do Latim que significa amor, na mitologia grega seu significado expressa o amor, o desejo e atração sexual. Desse modo, a pulsão libidinal de Eros une as pessoas pelo anseio da civilização. Thanatos é uma palavra que derivada do grego, que significa morte. Freud utiliza para explicar a pulsão de morte no indivíduo. Se refere a morte social, aquela pulsão que leva o indivíduo a loucura e ao suicídio.

renúncia aos instintos; no reconhecimento das obrigações mútuas; na introdução das instituições; e no reconhecimento destas como invioláveis e sagradas. Isto tudo possibilita a geração da primeira forma de organização social.

Após o assassinato do pai, pelo clã dos irmãos, surge o sentimento de culpa. O pai que antes negava a gratificação pulsional dos filhos, após ser assassinado surge como totem, “os parricidas rebeldes agem unicamente para frustrar a primeira consequência, a ameaça: restabelecem a dominação substituindo um pai por muitos e, depois, deificando e internalizando o pai único” (MARCUSE, 1975, p. 74). Marcuse percebe que o indivíduo dissolvido na ordem social dominante, enfrenta a repressão geral da humanidade, e afirma que, “a autoconsciência e a razão fez do homem à imagem e a semelhança da repressão, interna e externa” (MARCUSE, 1975, p. 67). Segundo Marcuse, esse sentimento de culpa gerado pela morte do pai, é uma das causas da derrota dos movimentos revolucionários. A causa está no momento em que “a dominação despersonaliza-se, o poder dominador do pai é, substituído pela administração, e os indivíduos inseridos nos sistema do trabalho passam a reproduzir sua própria repressão” (VALE, 2004, p. 26). Desse modo, a rebelião que era para ser libertadora toma o rumo da sociedade do clã dos irmãos, personificando o pai nas instituições que garantem a vida social e a reprodução de sua lógica,

a revolta contra o pai primordial eliminou uma pessoa individual que podia ser (e foi) substituída por outras pessoas; mas quando o domínio do pai se expandiu, tornando-se o domínio da sociedade, tal substituição não parece ser possível, e a culpa torna-se fatal” (MARCUSE, 1975, p. 93).

Freud atribui ao sentimento de culpa o papel decisivo no desenvolvimento da civilização, e ainda correlaciona o progresso ao sentimento de culpa. Desse modo, o sentimento de culpa é a racionalização que inibe o prazer e a agressividade, sustentando o progresso da civilização, daí o permanente mal-estar na civilização.

Assim, seguindo a argumentação de Freud, se percebe que é pelo meio da repressão que se possibilita o processo civilizatório. O prazer imediato e instintivo é adiado em busca de um futuro civilizatório, de modo que podemos

agora compreender a afirmação de Marcuse: “se a ausência de repressão é o arquétipo de liberdade, então a civilização é a luta contra essa liberdade” (Marcuse, 1975, p. 35). A civilização se mostra contra a efetivação da liberdade. O que Marcuse observa é que Freud não contextualiza os sacrifícios dos sentidos pela busca da civilização, e que também não se faz uma distinção entre repressão instintiva e civilizatória em relação a repressão instrumentalizada. A psicanálise entende a repressão socialmente aceita como um fenômeno natural entre a contraposição do Princípio de Prazer e o Princípio de Realidade, sendo que o último é regido pela repressão da excitação mental do primeiro, os sacrifícios aparecem como necessários em vista da civilização.

O Princípio de Prazer (*Eros*) é dessexualizado pelo processo de sublimação, o que possibilita o processo de civilização. Conseqüentemente, não realizando suas pulsões, o *Eros* é enfraquecido. “E a dessexualização, ao enfraquecer o *Eros*, liberta os impulsos destrutivos, originada na renúncia e desenvolvendo-se sob uma progressiva renúncia, a civilização tende para a autodestruição” (MARCUSE, 1975, p. 87). Temos assim um Princípio de Realidade que aparece como civilização, que é o resultado de uma repressão constante que organiza os indivíduos a partir da renúncia de seus instintos.

O que objetivamos explicitar aqui, seguindo a indicação de Marcuse, é a existência do Princípio de Desempenho, que é um *Princípio de Realidade* modelado por uma *mais-repressão*, que excede o processo civilizatório e serve a uma lógica de dominação dos interesses de grupos capitalistas que, desse modo, organizam a estrutura instintiva dos indivíduos e instrumentalizam o interesse da sociedade.

Marcuse ressalva que a partir de Freud se torna possível reconhecer que até hoje a civilização se estruturou como dominação. Mas, a ausência da perspectiva do processo histórico no pensamento de Freud evidencia um dos limites desta teoria e faz com que Marcuse introduza os conceitos de *mais-repressão* e Princípio de Desempenho de modo a evidenciar os potenciais críticos ocultos na *Teoria Tradicional* de Freud. Schütz (2013) observa que a falta do caráter histórico na teoria de Freud não permite a distinção entre uma repressão instintiva necessária e uma repressão instrumentalizada. Se compreendermos como suposto o sacrifício em vista da civilização, “Uma realidade repressiva específica poderia aparecer enquanto representante do

próprio princípio de realidade enquanto tal, não percebendo a repressão excessiva (mais repressão) que eventualmente poderia existir a serviço de interesses de dominação” (SCHÜTZ, 2013, p. 5). Ou seja, existe certa racionalidade de dominação, que com a *mais-repressão* ou uma repressão excessiva, excede a repressão instintiva necessária, e serve não ao Princípio de Realidade, e sim a um Princípio de Desempenho que mantém o privilégio e o poder de determinados grupos e classes sociais. Falaciosa ou enganosamente, mesmo sendo um princípio de realidade histórico específico, o Princípio de desempenho é apresentado como único princípio possível e até mesmo necessário para o desenvolvimento da civilização. E é justamente esta falácia ideológica que passa então a ser desconstruída por Marcuse. Esta apropriação crítica de umas das questões centrais do pensamento de Freud possibilitou a Marcuse a identificar nas próprias manifestações do Princípio de Realidade específico da sociedade moderna, antes um bloqueio do que uma necessidade para o desenvolvimento da civilização.

Deste modo, para Marcuse, tornou-se possível visualizar uma nova análise da *práxis social*, orientada pelo horizonte crítico constituído a partir de Freud. O Princípio de Desempenho está “materializado num sistema de Instituições” (MARCUSE, 1975, p. 36), que, com todo seu aparato tecnológico e científico é capaz de amenizar a luta do indivíduo pela existência, porém, o sistema controla os seus súditos pelos bens de consumo supérfluos e na reorientação da energia sexual para o trabalho alienado.

2.1 – A descoberta do Princípio de Desempenho enquanto Princípio de Realidade da sociedade capitalista.

Para Marcuse, o *Princípio de Desempenho* caracterizado fundamentalmente pela *mais-repressão*, é o *Princípio de Realidade* historicamente dominante na sociedade capitalista. No contexto das análises de Marcuse, o *Princípio de Realidade* passa agora a representar uma forma histórica de uma realidade dominada por uma sublimação direcionada. O *Princípio de Desempenho* orienta o indivíduo reprimido e organizado biologicamente, e direciona as pulsões humanas exclusivamente para responder aos interesses da classe dominante. Estabelecendo assim uma

sociedade unidimensional, que administra e instrumentaliza cientificamente as necessidades instintivas da sociedade. A administração científica das necessidades instintivas há muito já se converteu em meio de reprodução do sistema, “a mercadoria que tem de ser comprada e usada traduz-se em objetos da libido” (MARCUSE, 1975, p. 14), ou seja, a administração instintiva age pela libido. A característica do Princípio de Desempenho - que é o Princípio de Realidade da sociedade capitalista, é o de possuir essa peculiar capacidade de administrar as pulsões canalizando e instrumentalizando-as para os fins por ela definidos. Este aprimoramento da exploração pelo sistema capitalista atual caracterizado pelo Princípio de Desempenho, evidencia a dinâmica capitalista de exploração, “que em todas as dimensões do trabalho e do lazer controla a população subjacente, através dos bens de serviço que fornece através da maquinaria política, militar, policial de assustadora eficiência” (MARCUSE, 1975, p. 16). Desse modo, o conceito de *Princípio de Desempenho* é o instrumento teórico chave que Marcuse desenvolve a partir de Freud, para pensar a dinâmica capitalista, e assim ampliar o conceito de *práxis social* e a possibilidade de repensar as classes sociais que são os potenciais de recusa da sociedade de dominação, como veremos no capítulo seguinte.

Com o aprimoramento da dominação da totalidade social pela mais-repressão, que são “as restrições requeridas pela dominação social” (MARCUSE, 1975, p. 51) e não aquelas da repressão básica que modificam somente os instintos necessários à perpetuação da espécie humana, o Princípio de Desempenho ampliou o seu controle ideológico e estendeu até as bases biológicas do indivíduo. O Princípio de Desempenho se organizou de tal forma, que estabilizou e absorveu as forças revolucionárias do proletariado, o tornando conservador ou até mesmo contrarrevolucionário. Porque o proletário se tornou conservador? Cabe ressaltar que, para Marcuse, o proletariado ainda mantém a posição central do processo produtivo, e que ainda é potencialmente um agente histórico de transformação. Mas, deixa de ser a negação viva do sistema quando é assimilado pelo capitalismo, este introjeta seus valores integrando o proletário na “prosperidade” da globalização, bloqueando desse modo a capacidade de contestação da classe trabalhadora. Uma vez inserida e envolvida pelos horizontes do Princípio de Desempenho fica bloqueada a possibilidade de mudanças qualitativas que rompa com estes limites. Envolvido

nesse contexto histórico e refletindo e mesmo municiado também por esta apropriação crítica de Freud, Marcuse vê a necessidade de ampliar o lugar social de negação que antes se concentrava unicamente no proletariado, pois também se ampliou o conceito de trabalho produtivo que, agora, se mostra em toda a parte e não somente no chão de fábrica. Marcuse indica para a necessidade de se repensar o conceito de *práxis* e de revitalizar o pensamento crítico marxista: a luta passa a ser contra o Princípio de Desempenho que rege e legitima a sociedade capitalista e que condiciona o conjunto da sociedade.

A necessidade de se ampliar o lugar social de negação se dá por se observar que o sistema capitalista atual, através da racionalidade instrumental, fez o mecanismo exceder a própria máquina. O “mecanismo” da modernidade agora se estende a cultura e a educação, e desse modo funde a benesses da racionalidade e as maldições da racionalidade instrumental num todo racional. O progresso imposto pelo Princípio de Desempenho, e, a sua organização social do trabalho, fomenta necessidades e faculdades que vão na contra mão da possível redução do tempo de trabalho necessário. O processo de automação, além de mostrar a capacidade imaginativa do homem, também possibilita diminuir o valor do produto social necessário para produzir mercadorias, isso possibilita a redução do tempo de trabalho necessário e socialmente útil. O Princípio de Desempenho, diante desse momento histórico, preenche o tempo que poderia ser livre com atividades improdutivas, com atividades que reforçam a sua própria legitimidade, como: programas de televisão, moda, artigos de luxo etc. Isso torna boa parte do trabalho supérfluo ou insignificante para o socialmente útil. Desse modo, a organização totalitária do estado capitalista, através da instrumentalização da razão, absorve e consome o “tempo livre” estando ou não o indivíduo na condição de proletariado.

2.2 A organização social do Princípio de Desempenho como dominação do todo-parte.

Trataremos de expor nesta seção as maneiras como o Princípio de Desempenho gerencia a sociedade capitalista atual, estabelecendo a parte como totalidade. O Princípio de Desempenho se caracteriza como gerenciador

da libido, e desse modo, ajusta o Princípio de Prazer de acordo com o interesse da classe dominante sobre a realidade. Este ajuste como veremos, acontece principalmente sob o gerenciamento da sexualidade, da cultura e da linguagem. Iremos caracterizar cada um deles e a sua peculiar forma de dominação e como Marcuse observa a ferramenta de dominação que apazíguam a rebeldia latente.

2.2.1 - O gerenciamento da cultura.

O *Princípio de Desempenho* moldado pelo sistema capitalista, vinculado agora com a produtividade tecnológica, conseguiu de maneira quase totalizante ampliar a dominação do todo, englobando o homem e a natureza. Esse processo acontece também pela validação de uma cultura totalitária, que, de certo modo invalida inclusive a cultura burguesa. Invalida no sentido que, com o acesso universal da cultura, a cultura burguesa que antes era crítica, agora é substituída pela cultura obsoleta do sistema capitalista, e os valores culturais agora são incorporados à ordem estabelecida.

A cultura agora é apresentada em forma de mercadoria: “O que conta é o valor de troca e não o de verdade” (MARCUSE, 2015, p. 86). Os meios de comunicação que estão a serviço do Princípio de Desempenho de forma “harmônica”, conseguem sutilmente misturar arte, política, religião e filosofia, tudo em um só noticiário, programa de TV ou telenovela, auxiliando na formação de uma falsa consciência cultural e de liberdade. Essa é uma marca da dessublimação repressiva proporcionada pelo Princípio de Desempenho. E desse modo a liberdade é também transformada em mercadoria, e ainda traduzida em termos e problemas operacionais, ou seja, a liberdade passa a estar atrelada a atividades, mercadorias, criadas pelo próprio Princípio de Desempenho, o que causa uma sensação de liberdade, mas que na verdade aprisiona o indivíduo no interior do aparato totalitário pelo qual a sociedade é regida. E desse modo, inclusive, auxilia no enfraquecimento dos potenciais culturais que buscam uma outra dimensão e uma nova ordem que não a totalitária.

A nova característica de hoje é o enfraquecimento do antagonismo entre cultura e realidade social através da invalidação dos elementos de oposição, alienação e

transcendência da cultura superior, em virtude dos quais ela constitui *outra dimensão* da realidade (MARCUSE, 2015, p. 86).

As obras culturais do Princípio de Desempenho são transformadas, deixam de ser aquilo que nega e refuta ou imagens de um outro modo de vida e passam a ser aberrações ou tipos de um mesmo modo de vida que, confirmam a ordem estabelecida. As obras alienadas e alienantes se tornaram bens e serviços familiares. “A realidade tecnológica em desenvolvimento mina não apenas as formas tradicionais, mas a própria base da alienação artística, ou seja, ela tende a invalidar não apenas certo ‘estilos’, mas também a própria substancia da arte” (MARCUSE, 2015, p. 90). A arte ainda mantém seu caráter bidimensional de recusa, ou seja, mantém seu caráter subversivo quando sublimada, expressando um potencial negador da ordem opressora. Mas, a dessublimação repressiva da arte pelo Princípio de Desempenho consegue fechar ou absorver a dimensão crítica da arte, integrando, adornando e psicanalizando a arte no interior do estado vigente.

A cultura agora é assimilada, e incorporada em centros de expressão capitalista, as mais diversas amostras culturais são expostas em shopping centers e em outros centros de consumo. É a representação de uma nova forma de dominação, agora estética, que se apresenta com um véu democrático, mas à serviço do Princípio de Desempenho. A alienação crítica da arte sucumbe junto com o processo de racionalidade tecnológica, que faz com que, a arte perca seu efeito de estranhamento com o mundo. A justificativa para isso é a do progresso técnico, que no momento atual possibilita a rápida proliferação de “hits” e de criações artísticas no mundo inteiro. Mas o que se questiona é que, estando o progresso técnico subordinado ao interesse do *Princípio de Desempenho*, as forças negadoras dessa ordem social, mesmo com acesso ao progresso técnico, é absorvida ou mesmo bloqueada ao alcance de parte da população, que fica a mercê somente da cultura industrial gerenciada pelo desempenho capitalista.

A dessublimação repressiva é a substituição de uma gratificação mediada por uma gratificação imediata e, ela acontece pela absorção do Princípio de Prazer, que passa a estar a serviço da manutenção do Princípio de Desempenho. Ou seja, a dessublimação repressiva ocorre basicamente pela liberalização da sexualidade. Acontece que, assim como ocorre com a

liberalização da cultura, a sexualidade também é liberada, mas afim de intensificar a dominação, o Princípio de Desempenho contrai a libido e reduz o erótico à experiência e satisfações sexual/genital. A libido transcende as zonas erógenas, mas, no interior da lógica repressiva do Princípio de Desempenho: “O efeito é uma localização e contração da libido, a redução do erótico à experiência e satisfação sexual” (MARCUSE 2015, p. 98). A catexia libidinal, que na psicanálise designa a energia psíquica investida em um objeto, podendo ser pessoa, coisa ou causa é a demonstração de que a libido transcende as zonas erógenas, o que é bloqueado no sistema de dominação. A libido então é gerenciada somente como sexo, e não mais como prazer polimórfico com as coisas.

A cultura foi usada como o fenômeno objetivo de aburguesamento da classe operária pelo sistema capitalista, agora, com a aplicação da psicanálise como forma de gerenciar científica e racionalmente os interesses dos trabalhadores no aumento da produção pelo capitalismo, a cultura é vinculada ao gerenciamento produtivo. O Princípio de Desempenho que rege a sociedade unidimensional tende a instrumentalizar e absorver a cultura dando a ela um caráter instrumental e de dominação, no sentido de que ela tende apenas a afirmar e confirmar a sociedade existente, abdicando da sua dimensão crítica. A cultura idealista da época burguesa, que ainda buscava a afirmação dos ideais burgueses, prometendo uma felicidade e uma harmonia que não se materializavam na vida concreta da sociedade, permanecendo sempre como pura abstração de uma ideologia social e de pensamento, passa agora a ser totalmente regida pela instrumentalidade a serviço da ordem constituída.

No sistema de produção capitalista a cultura é parte das mercadorias que adornam o fetiche das falsas necessidades. A arte e a cultura passam a tomar um papel de falsa libertação, e são dissolvidas no aparato tecnológico do capitalismo contemporâneo. Dissolvidas numa realidade de desigualdades, a cultura e a arte são absorvidas pela sociedade instrumental, transformadas em ferramentas de dominação. A *dessublimação*¹⁴ repressiva estende o fetichismo

14 Marcuse trata da Dessublimação Repressiva nos livros: *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (1955) e em *O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada* (1964). Ela se caracteriza pela redução de Eros à sexualidade basicamente genital, instrumentalizando o Princípio de Prazer, e liberalizando a sexualidade sob a forma socialmente útil ao Princípio de Desempenho. Atuando

da mercadoria à ordem da cultura. Neste mesmo sentido segue a filosofia e a linguagem, observado por Marcuse em *O Homem unidimensional*, mostrando que ambas são instrumentalizadas pela filosofia positivista, que é a filosofia idealista da classe burguesa, com a intenção de fechar o universo do pensamento e da linguagem, desse modo o pensamento unidimensional define as coisas pelas suas funções e operações.

Neste sentido, pode se afirmar, em referência ao caráter instrumental da cultura, que a “cultura” na sociedade do Princípio de Desempenho é elevada a um falso coletivo e a uma falsa universalidade, seu mundo espiritual é retirado do todo social e por isso torna-se uma falsa universalidade, “a cultura afirmativa é aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritual-anímico, como uma esfera de valores autônoma, em relação a civilização” (MARCUSE, 2006, p. 95-96). Quer dizer que a cultura afirmativa confirma um mundo que surge com caráter obrigatório e que é diferente do mundo de fato, mas, que cada um livre na sua individualidade.

Com o avanço das forças produtivas, até mesmo a felicidade é transformada em mercadoria, de modo que, agora o indivíduo abstrato se converte em portador de uma nova exigência de felicidade que, no entanto, já nasce limitada aos horizontes do Princípio de Desempenho. O indivíduo “livre” nasce em um mundo programado e organizado de acordo com o que o Princípio de Desempenho estabelece como liberdade.

A instrumentalização da cultura tem fins claramente conservadores, de legitimação, de estabilização do poder e da dominação de uma classe sobre a outra. Com a estabilização do poder e da dominação, a classe dominante que controla o Princípio de Desempenho, tem a sua disposição e a serviço do capitalismo não só os meios de produção. Agora ela dispõe de um idealismo dominante, os ideais burgueses de bondade, beleza e liberdade, que na época burguesa eram ditos progressistas, agora são transferidos para o interior do indivíduo e transformados em necessidades compatíveis com o Princípio de Desempenho. Ou seja, qualidades como a liberdade são transformadas em

diretamente na esfera sexual, a Dessublimação Repressiva “opera como o subproduto dos controles sociais da realidade tecnológica, que amplia a liberdade enquanto intensifica a dominação” (MARCUSE, 2015, p. 98), ocorrendo uma diminuição da energia erótica e uma intensificação da energia sexual administrada.

qualidades da alma, realizáveis na individualidade do indivíduo constituindo os valores da mais-repressão, que controlam as massas insatisfeitas, fazendo com que glorifiquem a própria resignação. A afirmação da alma da cultura afirmativa está na sua capacidade de fazer com que o indivíduo aceite a sua resignação voluntariamente, e glorifique a ordem dominante. “A exigência de felicidade contém um tom perigoso em uma ordem que resulta em opressão, carência e sacrifício para a maioria” (MARCUSE, 2006, p. 100), pois estabelece a cultura do bom comportamento, que supostamente acaba elevando o indivíduo e enobrecendo-o, mas sem o libertar de sua subordinação efetiva.

A cultura, salienta Marcuse, é mais que uma mera ideologia, “falamos de uma cultura (passada ou presente), como existente apenas quando os objetivos e os valores representativos foram (ou são) reconhecidamente traduzidos na realidade social” (MARCUSE, 2001, p. 70), ela se caracteriza pelo esforço coletivo da conservação da vida humana consolidada com uma organização produtiva e qualitativa da sociedade. A sua instrumentalização e consequente neutralização crítica no contexto do *Princípio de Desempenho*, portanto, retira das sociedades humanas esta possibilidade de conservação de vida humana.

Marcuse, em seu texto: *Comentários para uma redefinição da cultura* (1965) indicam alguns elementos que nos possibilitam compreender a força do Princípio de Desempenho em fazer da cultura mais um instrumento de dominação. A definição de cultura, para Marcuse, se caracteriza pelo processo de humanização (*Humanisierung*), “pelo esforço coletivo para conservar a vida humana, pacificar a luta pela existência ou mantê-la dentro de limites controláveis, consolidar uma organização produtiva da sociedade, desenvolver as capacidades intelectuais dos homens e diminuir e sublimar a agressão, a violência e a miséria” (MARCUSE, 2001, p. 70). Mas, na sociedade instrumentalizada pelo Princípio de Desempenho, a cultura toma forma fetichizada, ela se caracteriza não pela sublimação da violência ou do sexo, mas pela dessublimação destes elementos em vista de uma libertação que é controlada pelos meios de dominação.

Cabe observar aqui a distinção entre cultura e civilização feita por Marcuse. Pois para o pensador, o Princípio de Desempenho unidimensionaliza a cultura, incorporando um só modelo de cultura no processo de civilização. O

autor concebe a cultura naqueles termos mencionados acima, como uma dimensão superior da autonomia e da realização humana, uma possível referência crítica da realidade constituída. Enquanto civilização é definida como sendo o reino da necessidade, do trabalho e do comportamento socialmente necessário. Assim se torna possível entender o que significa e as possíveis consequências da afirmação de que tensão entre cultura e civilização é cada vez mais reprimida, ocorrendo a incorporação sistemática e organizada de uma determinada “cultura” na vida do cotidiano e do trabalho, impossibilitando a distinção entre as duas.

Marcuse indaga a respeito da tensão entre valores culturais e os fatos sociais. Esta distinção é importante para nossa reflexão, pois questiona como os fins (fatos sociais) são absorvidos pelos meios (valores culturais); e também como o nivelamento repressivo ocasionado pela dessublimação repressiva que integra a cultura no processo civilizatório é também responsável pelo enfraquecimento das tendências sociais que negam o Princípio de Desempenho capitalista. Marcuse pretende mostrar que a transformação estrutural desse processo está na capacidade que tem a civilização tecnológica de eliminar ou reduzir os elementos culturais que transcendem a essa ordem, ou aqueles que se contrapõem a ordem dominante. Marcuse sugere que isto acontece através da assimilação dos movimentos antagônicos, o que possibilita o acesso a cultura para as massas que antes estavam restritas a viverem somente na venda da sua força de trabalho. Quando as massas passam a ter acesso àquela cultura que antes se restringia somente a classe burguesa ocorre também a inserção de valores ideológicos que afirmam os ideias burgueses, assim, a cultura superior burguesa por ser afirmativa se converte em ideologia. Surge a tese da universalidade e validade geral da “cultura”, “a competição livre confronta os indivíduos entre si como compradores e vendedores de força de trabalho” (MARCUSE, 2006, p. 94). As relações se reduzem a relações imediatas subordinadas aos valores “culturais” impostos fornecendo alma à civilização.

Desse modo, o que pode ser afirmado que o progresso técnico e a democratização progressiva da cultura enfraqueceram o potencial de oposição da cultura tornando-a inclusive um instrumento de acomodação e dominação. Isto se torna ainda mais evidente na medida em que, segundo Marcuse, a

situação atual da cultura transforma todos os valores culturais em operações científicas, ou seja, a lógica científica e a racionalidade operacional das fábricas são transferidas para o meio social. Marcuse diz desaparecer da cultura seu essencial, o “pano de fundo”, ou seja, seu surgimento em contextos históricos e sociais que é desde onde o potencial de recusa da cultura pode ser desenvolvido. A cultura atual do capitalismo industrial se desenvolve separada do mundo do trabalho socialmente necessário e da luta pela existência, ela sempre foi privilegio de alguns, esses “valores superiores” foram ilusões para a massa. Esta concepção está presente na análise do teórico da educação popular Paulo Freire e na sua elaboração sobre a invasão cultural.¹⁵

No contexto e nos contornos até aqui expostos podemos afirmar que os potenciais críticos da cultura se decompõem no processo civilizatório. Os potenciais críticos da cultura quando submetidos ao processo de civilização, são redefinidos com características operacionais servindo como uma libertação que aprisiona. O operacionalismo no pensamento ajusta a transcendência qualitativa da cultura, ela é eliminada e assim a atribuição negativa da cultura é integrada positivamente no Princípio de Desempenho. Isso quer dizer que a cultura é redefinida ao que interessa, “as obras que antes se destacavam escandalosamente da realidade existente e estavam contra ela foram neutralizadas como clássicas” (MARCUSE, 2001, p. 80).

Essa nova relação entre cultura e civilização é uma característica da nova sociedade tecnológica, orientada pelo Princípio de Desempenho, pois:

A absorção administrativa da cultura pela civilização é o resultado da direção ao progresso científico e técnico, da submissão crescente do homem e da natureza aos poderes que organizam essa submissão e que utilizam a elevação do nível de vida para perpetuar sua organização da luta pela existência (MARCUSE, 2001, p.82).

15 Paulo Freire se refere a invasão cultural aquela que é alienante e violenta. Este tipo de ação é característico nos países invadidos pelos impérios capitalistas. A invasão cultural é utilizada como forma perversa de heteronomia, a intenção é a de fazer com que o povo invadido veja a realidade na ótica do invasor, se sentido assim inferior e, convencidos de que o que é bom, útil e agradável é o que vem de fora do país, ou seja, o estrangeiro. Desse modo, a invasão cultural se caracteriza por silenciar a cultura do povo oprimido, sendo utilizada como uma tática de dominação. Outro pensador que fala a respeito deste tema é o dramaturgo Nelson Rodrigues no livro: *À sombra das chuteiras imortais* (1993). Ele cria a expressão “complexo de vira-lata”, se referindo a copa de 1950 quando a seleção brasileira perde para a seleção uruguaia no Maracanã. A expressão é tratada com conotação política por se tratar da inferioridade que o brasileiro se coloca diante dos outros países, e de que o brasileiro é um narciso às avessas.

Por ser crítico ao modelo tecnocrático e de seu uso como modo de dominação social, Marcuse percebe a tecnologia como um processo social, como um modo de produção e como uma forma de organizar e perpetuar as organizações sociais, tendo presente, no entanto, que a “técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade”. A tecnocracia é a eficiência técnica da racionalidade imperialista que, ao superar os padrões tradicionais do lucro e do bem-estar social, estimula o ordenamento dos requisitos da economia de guerra, ou seja, ultrapassa a necessidade básica, para estimular o lucro da guerra. Sendo assim, “o interesse próprio racional não coincide com o interesse próprio imediato do indivíduo, pois este último dependia dos padrões e demandas da ordem social dominante, instituída não pelo pensamento autônomo ou a consciência, mas por autoridades externas” (MARCUSE, 1999, p. 76). Assim os padrões e os valores agora dependem da produção da maquinaria racional e, de modo similar, o sujeito se (a)sujeita a produção da máquina, criando assim uma uniformidade entre as pessoas. Este processo resulta no que Marcuse denomina o homem unidimensional.

A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional (1964) é o livro onde Marcuse tematiza o avanço das falsas necessidades geradas pela sociedade industrial. Este livro marca a unidimensionalidade de ideias e de pensamentos, e da substituição do pensamento crítico por ideologias obsoletas, tentando mostrar que:

a livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor – isto é, se sustentam a alienação (MARCUSE, 1973, p. 28).

Marcuse observa que a liberdade de consumo, diante da grande quantidade de variedades das mesmas coisas, não significa autonomia ou liberdade de escolha. Isto porque a livre escolha somente reproduz a alienação e o controle social, produtos do próprio trabalho do indivíduo. A sociedade industrial racionalizada determina ou cria tipo de necessidades autoimposta, ou seja, cria necessidades supérfluas, que proporcionam ao aparato do sistema um melhor controle dos indivíduos.

Em seu texto intitulado, “*Algumas implicações da tecnologia moderna*” (1941), Marcuse discorre sobre a personalidade objetiva, que é a transferência da subjetividade à maquinaria tecnológica. Aqui a vida está subordinada a facticidade, onde a máquina é o fator e o homem um instrumento, tempo em que a subjetividade está totalmente subordinada à maquinaria, e serve ao poder tecnológico:

O poder tecnológico tende à concentração do poder econômico, a ‘vastas unidades de produção, e enormes empresas associadas produzindo grandes quantidades e quase sempre uma impressionante variedade de mercadorias; a impérios industriais que possuem e controlam materiais, equipamentos e processos, desde a extração de matérias-primas até a distribuição dos produtos finais; à dominação de toda uma indústria por um pequeno número de empresas gigantes (MARCUSE, 1999, p, 76-77).

Acontece aqui que a racionalidade instrumental estabelece padrões de julgamento e fomenta atitudes que “predispõem os homens a aceitar e introjetar os ditames do aparato”, que são instituições, dispositivos e organizações industriais que, em sua situação social dominante ditam as regras e objetivam a personalidade dos indivíduos. O indivíduo agora é transformado num dispositivo de consumo e eficiência, ponto importante, pois “as distinções individuais de aptidão, percepção e conhecimento são transformadas em diferentes graus de perícia e treinamento” (MARCUSE, 1999, p. 78). O indivíduo eficiente, socialmente aceito, é aquele que desempenha sua atividade adequada às demandas objetivas, a eficiência passa a ser um desempenho recompensado e consumado apenas em seu valor para o aparato. A contribuição do trabalhador está aonde o processo da máquina se apresenta como incompleto, “seu trabalho suplementa a máquina, o processo da máquina é que se utiliza do operário.” (MARCUSE, 1999, p. 78).

No sistema monopolista em que vivemos a invenção é a mãe das necessidades, elas servem ao comércio e não a indústria, sua utilidade está em criar e acelerar o bem estar social obrigatório:

Tudo contribui para transformar os instintos, os desejos e pensamentos humanos em canais que alimentam o aparato [...] Fazem-no identificando-se com as crenças e lealdades do povo, e o povo foi treinado a identificar suas crenças e lealdades com as organizações (MARCUSE, 1999, p. 81).

A eficácia da razão tecnológica e de seu aparato está na sua eficiência lucrativa em transformar nossa libido, agora padronizada, em lucro. Estamos mecanicamente submissos à ordem tecnológica, que determina a ordem social a partir de ajustes quantitativos, que promove a programação da vida, assim como se aprende a usar uma máquina, se deve “aprender a viver”, é absolutamente a perda da individualidade.

O indivíduo, frente à tecnologia, perde sua autonomia: “ao manipular a máquina, o homem aprende que a obediência às instruções é o único meio de se obter resultados desejados. Ser bem sucedido é o mesmo que adaptar-se ao aparato.” (MARCUSE, 1999, p. 80), e essa mecânica da submissão se propaga da ordem tecnológica para a ordem social. Enquanto ajustes quantitativos, ela promove uma programação da vida. Do mesmo modo que se aprende a usar uma máquina, usa-se uma psicologia industrial para qualificar os indivíduos. Padronizam-se os indivíduos para desenvolver determinadas funções, tornando-os especializados em detalhes já antes determinados como parte de sua personalidade, “o processo da máquina impõe aos homens os padrões do comportamento mecânico e as normas de eficiência competitiva são tanto mais impostas de fora quanto menos independente se torna o concorrente individual.” (MARCUSE, 1999 82). O indivíduo, gerenciado pela psicologia industrial, passa por avaliações que avaliam seu comportamento e o ajustam para cumprir determinadas funções. São avaliados de acordo com o interesse da classe dominante: “a questão é que, atualmente, o aparato ao qual o indivíduo deve ajustar-se e adaptar-se é tão racional que o protesto e a libertação individual parecem, além de inúteis, absolutamente irracionais.” (MARCUSE, 1999ano, p. 82).

2.2.2 - O gerenciamento opressivo pela linguagem e pelo pensamento unidimensional.

A pretensão desta seção é a de apontar o modo como a sociedade regida pelo Princípio de Desempenho capitalista se utiliza da Teoria Tradicional para institucionalizar e legitimar um determinado tipo de vida e de comportamento, reduzindo o ser humano aos limites da razão instrumental e,

assim, bloqueando potências emancipatórias. A partir da problematização do *Homem unidimensional de 1964*, Marcuse tematiza a unidimensionalização da sociedade e explicita como na sociedade industrializada se atribui uma funcionalização à linguagem que ajuda a repelir elementos emancipatórios. Ou seja, a própria linguagem é limitada a uma característica operacional e instrumental, que contribui para ordenar e organizar a sociedade segundo os interesses de dominação. Além do mais, segundo Marcuse, uma linguagem unidimensional tende a ser também anticrítica e anti-dialética, pois se encontra fechada dentro de um universo de locução, que só comunica decisões e sentenças de comando, Marcuse também expõe a unidimensionalização do pensamento. A partir disso iremos abordar a crítica de Marcuse à filosofia positivista que busca uma harmonia entre a teoria e a prática, desde que a realidade possa ser cientificamente compreendida e que se possa tornar industrial e tecnológica.

A unidimensionalização do homem acontece sobremaneira no aprimoramento de novas formas de controle no capitalismo, que consistem em um tipo de sistema totalitário que tende a substituir a força física por um controle econômico de necessidades e de interesses. Ocorre uma introjeção de necessidades com uma função social determinada, o que causa uma falsa consciência e uma falsa felicidade. Em síntese, a sociedade unidimensional se caracteriza por transformar o progresso científico e técnico em instrumento de dominação. Para pacificar a existência dos indivíduos reprimidos utiliza-se um operacionalismo de contenção, fechando o universo político e impossibilitando a transformação social. Esta dominação administrativa se estende até a cultura, que passa então a não ser mais a negação da ordem estabelecida, e sim, a assimilação do real: é a afirmação do *status quo* pela administração dos estímulos de vida. A Dessublimação Repressiva enquanto ferramenta ideológica amplia a aparência de liberdade, enquanto intensifica a dominação. A libido e a experiência erótica, passam a ser reduzidas a satisfação sexual basicamente genital. A Dessublimação Repressiva funciona como uma pré-condição para aceitar espontaneamente a partir de uma libertação controlada, o que é oferecido, ajustando o prazer, e desse modo, enfraquecendo a revolta dos instintos contra a realidade opressora.

A partir da análise das condições de submissão da qual estamos “submersos” na sociedade capitalista, Marcuse busca abordar como também a linguagem é utilizada como ferramenta de dominação. Neste sentido seria possível encontrar na operação e pelo funcionalismo da linguagem um potencial de alienar que contribui para nos submeter às condições da ordem estabelecida.

A racionalidade tecnológica, quando traduzida em comportamento social, traz consigo a linguagem da administração total e, com isso, um novo conformismo que estende a consciência feliz, também para o mundo da linguagem. A crença na consciência feliz e no conformismo diante das inseguranças: “é [algo] novo porque é racional em grau sem precedente. Sustenta uma sociedade que reduziu [...] a irracionalidade mais primitiva de estágios anteriores, que prolonga e melhora a vida com mais regularidade do que antes” (MARCUSE, 2015, p.107).

O uso de uma linguagem da administração total intenciona moldar o universo de comunicação, expressando e contribuindo para constituir e manter o comportamento unidimensional. No processo de produção sistemática de pensamento, onde se estabelece o “hábito de pensar”, acaba sendo limitado a ponto de desaparecer a tensão entre aparência e realidade, assim como “os elementos de autonomia, descoberta, demonstração e crítica recuam diante da designação, asserção e imitação” (MARCUSE, 2015, p. 93). A palavra e a linguagem são invadidas por elementos autoritários, extinguem as mediações do processo de cognição e expressam a verdade estabelecida, da coisa e de sua função. A linguagem operacional atribui uma funcionalização na palavra que ajuda a repelir os elementos não conformistas. As linguagens populares, da gíria e da linguagem familiar, carregam em si uma afirmação do homem com sua natureza, é onde ele se afirma contra o poder existente carregando desse modo um não conformismo em sua expressão.

Os meios de comunicação convencionais agem como que “laboratórios da língua”, criando uma linguagem diferente, um estilo próprio que ordena e organiza, induzindo as pessoas fazerem alguma coisa. Esse operacionismo, característico do raciocínio tecnológico, tende sempre a “identificar as coisas e suas funções”, “considerar os nomes das coisas como seres indicativos, ao mesmo tempo, de sua maneira funcionar, e os nomes das propriedades e

processos como simbólicos do aparato usado para detectá-los ou produzi-los” (GERR *apud* MARCUSE, 2015, p. 109). Para Marcuse, este modo de gerir a linguagem expressa um behaviorismo¹⁶ social e político, no qual “[...] o conceito tende a ser absorvido pela palavra” (MARCUSE, 2015, p. 94), a palavra toma a forma do anúncio, ela é aquilo, se torna um clichê, agora o nome das coisas definem e fecham o seu significado: “[...] o substantivo governa a sentença de um modo autoritário e totalitário, e a sentença se torna uma declaração a ser aceita – repele a demonstração, a qualificação, a negação de seu significado codificado e declarado” (MARCUSE, p. 95). Assim, as locuções aparecem como fórmulas que, martelando e remartelando, produzem um efeito na mente do receptor.

A manipulação da linguagem se fundamenta na própria contradição, que “agora aparece como um princípio de lógica da manipulação” (MARCUSE, 2015, p. 111). Como exemplos, Marcuse salienta o uso de palavras como, “bomba limpa” (bomba de nêutron), “garoa radioativa inofensiva”, como uma “maneira” de brincar com a destruição e de reconciliar os opostos pelo universo de locução, é uma “benéfica ação destrutiva” outro exemplo é justificação da destruição de reservas ecológicas para o uso do agronegócio. Os anúncios de venda de “abrigo de luxo Anti garoa Radioativa”, é uma conciliação entre o negócio com o “Poderio Nacional”. É a unificação dos opostos para formar um estilo comercial e político de locução, imunes à expressão de protesto e de recusa, afinal: “Como podem tal protesto e recusa encontrar a palavra certa quando os órgãos da ordem estabelecida admitem e advertem que a paz é realmente a iminência da guerra.” (MARCUSE, 2015, p. 112). Assim, o universo de locução se fecha na veracidade de suas contradições e contribui para a manutenção do *status quo* opressivo.

16 Segundo o *DICIONÁRIO BÁSICO DE FILOSOFIA* (2006, 4 ed.): Behaviorismo (ingl. behaviour ou. nos Estados Unidos. behavior: comportamento) 1. Método da psicologia experimental que consiste em fazer um estudo científico do homem e do animal, limitando-se à investigação de seus comportamentos (conjunto das reações sensoriais, nervosas, musculares e glandulares determinadas por um estímulo) como resposta a um estímulo externo, sem nenhuma referência à consciência. Em outras palavras, trata-se de um método que consiste essencialmente em observar estímulos e comportamentos e em extrair daí as leis que os reúnem. 2. Doutrina que erige esse método psicológico em uma filosofia que defende a continuidade entre a vida animal e a vida humana, a passagem de uma á outra devendo operar-se por simples evolução.

A construção repressiva dos predicados está na sua fórmula hipnótica em ligar o substantivo aos adjetivos e, por conseguinte, aos atributos explicativos de uma mercadoria: uma construção autoritária da linguagem, usada como técnica na indústria da propaganda. As proposições tomam a função mais de evocar do que de demonstrar a mercadoria, formalizam uma linguagem familiar para atrair a atenção, como por exemplo, o “seu” jornal, a “sua” farmácia, o êxito dessas proposições está na autoidentificação da pessoa, ela acreditando ou não, se identifica com a função. A sociedade unidimensional usa do artifício de uma linguagem operacional e funcional atribuindo indicativos ao conceito, assim o conceito é dissolvido em operações, manietado e instrumentalizado.

A linguagem funcional, movida por uma racionalidade operacional e behaviorista é, segundo Marcuse, uma linguagem anticrítica e antidialética. Porque nela não existe a tensão do universo bidimensional. O universo bidimensional de locução é o universo do pensamento crítico, pois há sempre duas dimensões antagônicas, a realidade e o conceito. E esse é o caráter histórico do pensamento dialético, é aonde se desenvolvem as contradições reais. Já no pensamento unidimensional ocorre uma supressão histórica, no universo social da racionalidade operacional, ocorre a supressão do passado e do futuro, que impede uma transformação qualitativa. Conceitos históricos são invalidados, ou redefinidos e atualizados com definições operacionais; por exemplo, a liberdade do Estado de Bem-Estar social e a estética.

Marcuse salienta que: “a linguagem operacional é uma linguagem radicalmente anti-histórica: a racionalidade operacional tem pouco espaço e pouco uso para a razão histórica” (MARCUSE, 2015, p. 118). A sociedade da racionalidade industrial tende a eliminar o tempo e a memória histórica, no entanto, a importância da lembrança é um modo de quebrar com o poder de dominação presente. Poder dar vida à memória, é retornar a esperança do passado em novas formas qualitativas. Marcuse afirma que a sociedade industrial por uma “pausa irracional” tende a eliminar os elementos perturbadores do Tempo e da Memória, já que o pensamento “milita contra o fechamento do universo do discurso e comportamento; tornando possível o desenvolvimento de conceitos que desestabilizam e transcendem o universo

fechado ao compreendê-lo como um universo histórico” (MARCUSE, 2015, p. 119).

O pensamento crítico é uma consciência histórica que confronta a sociedade em questão como objeto de reflexão e, desse modo, descobre os fatores que a oprimiram até os dias de hoje, como estabeleceram seus senhores e de como entender a luta de classes na atualidade. Somente desse modo podemos criar alternativas, ou seja, é pela consciência crítica que podemos desvendar o universo fechado de locução e quebrar seus “muros” e, assim, encontrar pela dialética os novos potenciais qualitativos de mudança. Marcuse aponta, por exemplo, como o *Manifesto Comunista* de Marx expõe a relação dialética que mantém viva a memória e a contextualização histórica. Para ele, “a Burguesia e o Proletariado ‘governam’ predicados contrários” (MARCUSE, 2015, p. 119). Essa relação dialética dos opostos é que possibilita o reconhecimento do sujeito como agente histórico de uma realidade objetiva passível de transformação.

A linguagem fechada usada como forma de controle segue um rito-autoritário tautológico, e é usada para pronunciar o poder do aparato e, desse modo, ela nunca explica algo, mas, sempre comunica decisões, sentenças, já estabelecendo coisas certas, e sempre separando o bem do mal. A ritualização autoritária da linguagem é uma característica dos regimes autoritários, “a substancia dos vários regimes deixa de aparecer em modos alternativos de vida, ela sobrevive em técnicas alternativas de manipulação e controle” (MARCUSE, 2015, p. 121), de modo que a linguagem, nos regimes autoritárias, torna-se uma eficaz ferramenta de controle não necessariamente por dizer ordens, mas, por exigir escolhas e determinadas formas de liberdade. A política de dominação pela administração total tende sempre a unir a linguagem política à linguagem da propaganda: “sua dominação foi incorporada nos desempenhos e descansos diários dos cidadãos, e os ‘símbolos’ da política são também aqueles do negócio, do comércio e do divertimento” (MARCUSE, 2015, p. 122). Os assuntos políticos são atrelados, pelos meios de comunicação, a programas recreativos, a um jornalismo sensacionalista, aumentando o poder político profissional e afasta a política da efetiva democracia.

Na sociedade unidimensional, a filosofia é direcionada para uma definição de pensamento e de linguagem funcional. A filosofia e a sociologia são usadas nas sociedades totalitárias como funcionalidades restritamente “terapêutica”, de gerir e de corrigir o comportamento “anormal” das pessoas em seus locais de trabalho. Marcuse justifica porque atribui ao termo “positivo” e “positivismo” esse caráter autoritário na filosofia. Segundo o pensador, o termo é provavelmente empregado, pela primeira vez, na escola de Saint-Simon e se caracteriza em restringir o pensamento cognitivo a experiência dos fatos; orientando o pensamento para o modelo científico, como um modelo único de exatidão e de certeza; sendo assim, o positivismo teria a característica de pretender ser um pensamento que supera o pensamento “obscuro” da metafísica, encontrando na sociedade a harmonia da realização entre a teoria e a prática. De modo que, com a realidade tecnológica, o pensamento positivo se caracteriza fundamentalmente na busca por transformação do mundo em um objeto a serviço do progresso científico e técnico, fundamentado pelo próprio método filosófico.

Dentro do universo de locução e do comportamento, a autoridade da filosofia tende a suprimir ainda mais o que já está suprimido. A pobreza autoestilizada da filosofia, sua linguagem da obediência, implicam na disseminação de uma nova ideologia, “[...] que se encarrega de descrever o que está acontecendo (e é significado) eliminando os conceitos capazes de entender o que está acontecendo e é significado” (MARCUSE, 2015, p. 180). A diferença entre o universo do pensamento e da linguagem cotidiana e do universo do pensamento e da linguagem filosófica na sua dimensão crítica, está em que a linguagem ordinária ou cotidiana é mais direta, tende sempre a absorver os meios, se importando mais com o efeito que com a causa. Enquanto a linguagem filosófica visa compreender a dimensão do fato, mostrando uma dimensão mais completa e não atomizada.

Ao analisar um contexto e traduzi-lo de maneira operacional, a filosofia positiva pretende conseguir dominar a sociedade pela sua linguagem, impondo alguns termos à locução e ao comportamento, de forma que se pode afirmar que “[...] a filosofia positivista estabelece para si mesma um mundo autossuficiente fechado e bem protegido contra o ingresso de fatores externos perturbadores” (MARCUSE, 2015, p. 182). Assim a filosofia positivista extrai os

seus conceitos de um mundo empírico já delineado por ela, que já é um resultado de uma experiência restrita. O indivíduo “abstrato” experimenta o que lhe é dado, ele dispõe apenas dos fatos e não dos fatores.

Marcuse afirma que se quisermos reagir ao sistema opressor, devemos “chegar por trás” uma vez que “[...] a experiência se realiza ante uma cortina que esconde e, se o mundo é a aparência de algo atrás da cortina da experiência imediata, então, em termos hegelianos, somos nós mesmos que estamos atrás da cortina” (MARCUSE, 2015, p. 184-185), pois somos sujeitos e objetos da luta histórica do homem na natureza e na sociedade.

Os elementos do pensamento positivista substituem o mundo das lendas por um mundo de expressões e palavras organizadas de maneira analítica, “a filosofia analítica conceitualiza o comportamento na presente organização tecnológica da sociedade, mas também aceita os vereditos dessa organização; o desmascaramento de uma antiga ideologia se torna parte de uma nova ideologia” (MARCUSE, 2015, p. 187). O que Marcuse quer dizer e que é também um dos pontos centrais da discussão da Teoria Crítica, é o quanto a moderna racionalidade instrumental e tecnológica em grande parte converteu-se em mito, ou seja, a racionalidade tecnológica se tornou absolutista. Assim, desde o momento em que o racional rompe com o mitológico tornou-se ele também um “mito”, um ser onipotente, por isso, não vemos nada mais além da racionalidade tecnológica e consideramos tudo o que é do sentido e do trabalho manual como arcaico e atrasado.

O que se observa na sociedade industrial avançada é a sua eficaz manipulação mental e material e como ela consegue fazer do racional um veículo de mistificação. A racionalidade funcional da filosofia positivista serve “para tornar os indivíduos incapazes de ver ‘atrás’ da maquinaria” (MARCUSE, 2015, p. 188). A abstração racional do sistema de instituições que media as relações sociais se torna mística, pois não condiz com a realidade concreta dos fatos, ela assume uma aparência enganadora. Tudo que é dito e feito, mas que está “fora” da sociedade industrial, é subsumido pela filosofia positivista; Esse modelo de racionalidade se apropria sempre que pode da linguagem ordinária, ela se apropria dos símbolos e assim fecha o universo de locução ao seu favor. Isso se observa, por exemplo, no modo como somos compelidos pela necessidade social capitalista a nos identificar com alguma coisa, nessa

sociedade nós “necessitamos de uma função”. Assim, quando estamos imersos numa determinada organização de locução, estamos sempre repetindo a linguagem daquele que controla, mesmo que não conscientes deste fato.

Por fim, pode-se concluir que Marcuse tenta mostrar que o desafio da filosofia é não se deixar reduzir e seduzir ao papel que a sociedade instituída lhe prescreve, denunciando os motivos que transformam a locução em “um universo mutilado e decepcionante”. Para que isso aconteça, e para que prevaleça uma metalinguagem que possa transpor o propósito totalitário, devemos “fazer que a própria linguagem estabelecida fale o que ela esconde ou exclui, porquanto o que deve ser revelado ou denunciado é operante dentro do universo de locução e ação ordinárias, e a linguagem prevalecente contém a metalinguagem” (MARCUSE 2015, p.184). A tarefa política da filosofia está em compreender a realidade não mutilada e encontrar possibilidades de superação dessa realidade. Ou seja, buscar aquilo que qualitativamente não está formatado e submetido à racionalidade instrumentalizada da linguagem positivista e tradicional, devemos buscar elementos qualitativamente diferenciados.

2.2.3 – O gerenciamento da sensibilidade pelo Princípio de Desempenho

Marcuse tematiza a sensibilidade tanto como possibilidade de emancipação quanto como objeto de controle do Princípio de Desempenho. Para ele, a sensibilidade tem uma importância fundamental na relação entre os homens, e na possibilidade de mudar a ordem opressora. Em suas obras: *Eros e Civilização*, *O Homem Unidimensional*, *Um Ensaio para a Libertação*, o pensador tematiza a possibilidade de uma nova sensibilidade sem abrir mão da racionalidade. Ele busca uma felicidade objetiva que se identifica com a razão, e vá ao encontro da superação do conflito entre os interesses particulares dos indivíduos isolados e da universalidade burguesa de sacrifício do indivíduo.

Estamos submetidos às condições de passividade e de submissão diante da abundante produtividade, somos transformados em objeto de administração, e submissos aos procedimentos burocráticos e administrativos

requeridos pela lógica do Princípio de Desempenho. São exigidos determinados tipos de comportamentos que são condizentes com a dominação da racionalidade produtiva e tecnológica, de modo que “a dominação é aceita e defendida, e os homens fazem dela sua própria causa. O resultado é um estado de dependência universal, mútua, que obscurece a hierarquia efetiva” (MARCUSE, 2001, p. 85). É por isso que precisamos de elementos qualitativos para uma redefinição da cultura como, por exemplo, uma educação qualitativamente diferente. Marcuse enfatiza a importância da autonomia das instituições de ensino como as universidades, a fim de que não sejam degradadas a simples instrumentos de conformação a racionalidade produtiva e tecnológica dominante. Faz uma crítica ao behaviorismo que sufoca a experiência, pois segundo ele, “o pensamento positivista e behaviorista, hoje dominante, serve muito frequentemente para cortar as raízes da autodeterminação no espírito do homem – uma autodeterminação que significa hoje (como no passado) uma distância crítica em relação ao universo dado da experiência (MARCUSE, 2001, p. 86-87).

O Princípio de Desempenho e a sociedade da superabundância na qual vivemos, mantém funcionando o aumento sistemático do desperdício, e da destruição. Marcuse no livro: *Um Ensaio para a Libertação* (1969) trata como obscena essa abundância de mercadorias produzidas pela sociedade do Desempenho, salientando que essa mesma abundância é a que gera a privação da satisfação das necessidades vitais de outra grande parte da população. A obscenidade é essa insensibilidade diante da degradação do mundo e da vida das pessoas, diante do desperdício e do cinismo de intelectuais e políticos que toleram o envenenamento do mundo e dos explorados.

O termo obscenidade pertence à esfera sexual, portanto, pertence à esfera do Princípio de Prazer, ao Eros que rege o processo cultural da humanidade. Marcuse procura resignificá-lo, libertando-o do seu significado restrito: “obscena não é a gravura de uma mulher nua que expõe os pelos do púbis, mas a de um general completamente vestido que exhibe as suas medalhas de recompensa numa guerra de agressão” (MARCUSE, 1977, p. 20). Para Marcuse obsceno não é a exposição daquilo que é natural ao homem, como um corpo nu ou alguma cena erótica, das quais normalmente nos

sentimos envergonhados, mas obsceno é sim a desigualdade gerada pela sociedade da abundância. A dessublimação gerada pelo Princípio de Desempenho consegue aliviar o sentimento de culpa e a vergonha, relaxando tabus e assim aliviando a culpa diante determinadas situações obscenas, tornando algumas situações agora normais, como, por exemplo, o uso do corpo feminino para a venda de mercadorias.

Marcuse observa a mudança instintiva do homem gerada pelo Princípio de Desempenho, indicando-se assim, o caráter histórico da própria estrutura instintiva. Essa mudança instintiva atinge uma mudança no comportamento orgânico no homem:

Uma vez que uma moralidade específica se estabelece firmemente como norma de comportamento social, não é somente projetada – também opera como norma de comportamento ‘orgânico’: o organismo recebe e reage a certos estímulos e ‘ignora’ e repele outros de acordo com a moralidade nele projetada, que está assim a promover ou a impedir a função do organismo como célula viva na sociedade respectiva (MARCUSE, 1977, p. 23-24).

Essa mudança biológica incide sobre padrões de comportamento e de aspirações que determinam o comportamento orgânico do indivíduo enraizando nele uma segunda natureza que liga a libido e a agressividade às formas de bem-estar. Dessa forma, são geradas necessidades que estabilizam e conservam o *status quo*, ou seja, os indivíduos incorporam a contrarrevolução na própria estrutura instintiva.

Sem negar o desenvolvimento da sociedade atual, como o que pode ser percebido em carros, televisão e outros bens de consumo, o problema aqui é o da necessidade e o da exigência do lucro e não o da satisfação na criação dos produtos, fazendo com que o homem cumpra com sua parcela de existência somente para a realização do capital. Vivemos em uma sociedade dita civilizada onde a felicidade de um coexiste com o sofrimento do outro, onde prevalece, segundo Marcuse, o *bellum omnium contra omnes*. “O novo capitalismo triunfa quando as pessoas já não podem rejeitar o sistema de domínio sem se rejeitarem a si próprias, às próprias necessidades de repressão e aos seus valores” (Marcuse, 1977, p. 31). A adaptabilidade do organismo humano permite o alargamento do controle social sobre os modos

de comportamento; assim, o progresso capitalista, além de reduzir o ambiente de liberdade, também reduz o desejo e a necessidade da existência de um ambiente verdadeiramente livre em vista de progresso qualitativo.

É necessário que se busque, no próprio presente, meios *que possam superar essa sensibilidade opressora que está institucionalizada no Princípio de Desempenho*. Marcuse observa em seus textos publicados, principalmente na edição brasileira de *Tecnologia, Guerra e fascismo (1999)*, a necessidade que temos de dar novos rumos a ciência. Observa que na atual sociedade, que se mostra tão racional e humana, é aparente a capacidade que tem a ciência e a tecnologia de suprirem a privação de necessidades básicas, a privação de meios de vida e a injustiça no mundo inteiro “a específica ‘pureza’ da ciência facilita a combinação de construção e destruição, humanidade e desumanidade pela progressiva dominação da natureza” (MARCUSE, 2001, p. 91-92). O que se observa é que a ciência, sob o controle do Princípio de Desempenho, criou uma cultura própria que dita as necessidades da destruição, e assim absorve uma parte cada vez maior da civilização, produção e destruição, que, em grande medida, se tornaram sinônimos.

E por isso, os novos lugares sociais de negação, que recusam o todo parte repressivo, devem superar a formatação instrumentalizada que o Princípio de Desempenho submete a sociedade, impulsionando uma mudança nos sentidos e na sensibilidade, “Marcuse atribui aos próprios sentidos um caráter constitutivo e histórico, de modo que também eles podem contribuir tanto num processo libertário quanto alienador” (SCHÜTZ, 2013, p.708). A condição prévia para a libertação, segundo Marcuse é a liberdade em relação à dominação da mercadoria. Por isso, a necessidade de que se busque uma libertação das coisas desnecessárias e pré-fabricadas do consumismo, a necessidade da busca de uma transformação cultural, material, da consciência e da sensibilidade do processo de trabalho e de lazer, que busca romper com a sociedade industrial organizada, que regula a tecnologia, padroniza (suaviza) a existência humana, de modo que estes sirvam como forma regulatória de seus interesses.

2.2.4 – O gerenciamento quantitativo do progresso técnico pelo Princípio de Desempenho

Marcuse chama atenção para o quanto Freud e sua teoria são racionalistas ao tentar “mostrar que o melhoramento das condições humanas em geral necessita que as forças irracionais ainda atuantes no homem se subordinem à razão” (MARCUSE, 2001, p.107), isso mostra o quanto a noção progresso e o pensamento de Freud estão fundados na infelicidade e na insatisfação. A proposição de Freud é de que nem a felicidade nem a liberdade são produtos da civilização, de que são incompatíveis com o processo civilizatório, pois o desenvolvimento da civilização está fundado na opressão, na restrição das pulsões e no recalque das pulsões sensuais. É essa transformação repressiva das pulsões que possibilita o progresso civilizatório em geral, sendo que a energia pulsional, é transformada de modo a substituir o Princípio de Prazer pelo Princípio de Realidade. E nessa tradicional formulação de Freud está a sua afirmação que “‘Onde era id, eu (o ego) devo (deve) vir a ser’ (*Wo Es war, sol Ich werden*)” (MARCUSE, 2001, p.107), ou seja, o id enquanto representação das pulsões deve ser substituído e subordinado às vontades da razão, que no Princípio de Desempenho corresponde à razão instrumental de um progresso técnico opressor. O Princípio de Desempenho é pautado pela ideia de um progresso técnico e quantitativo, se caracteriza pela visão de dominação do homem e da natureza e, também, de um lugar onde a riqueza social cresce na medida em que cresce as necessidades e os meios para satisfazê-las. A questão que fica a respeito do progresso, nos parâmetros do Princípio de Desempenho, é se ele “contribui igualmente para o aperfeiçoamento humano, para uma existência mais livre e feliz” (MARCUSE, 2001, p.99-100) já que ele é o resultado da riqueza social produzida pelo trabalho humano.

De outro lado, mas não em oposição, temos o progresso qualitativo da realidade, este consiste na “humanização progressiva dos homens, no desaparecimento da escravidão, do arbítrio da opressão e do sofrimento” (MARCUSE, 2001, p.100). Marcuse chama esse conceito de *humanitário* (*humanitären*), por ele ser a realização da liberdade humana e da moralidade. Caracteriza-se pela ausência de repressão e pela possibilidade que tem os seres humanos de tornarem-se livres pela própria consciência. O conceito humanitário é para Marcuse a humanização progressiva do homem.

Existe uma conexão entre o progresso quantitativo e o qualitativo, pois “o progresso técnico parece ser a pré-condição de todo progresso humanitário” (MARCUSE, 2001, p.100). Mas não é evidente que isso aconteça e de que a técnica leve automaticamente ao progresso humanitário. Para que isso aconteça devemos nos fazer algumas perguntas: Como a riqueza social é repartida? A serviço de que(m) o conhecimento é empregado? Pois, certo é que o progresso técnico não necessariamente realiza a liberdade. E por isso devemos ter claro que, nas condições do Estado de bem-estar-social do Princípio de Desempenho capitalista, nossa felicidade é administrada do berço ao túmulo.

Vejamos de modo mais detalhado a abordagem que Marcuse faz do progresso técnico e seu significado. A mudança referente ao progresso técnico se inicia no século XIX. Até a revolução francesa – séc. XVIII, o progresso técnico ainda era concebido como o aperfeiçoamento da humanidade, concebido então em conexão com o processo qualitativo. Já a partir do século XIX com Comte e Mill, o conceito de progresso é definido sem recorrer a valores. Para eles, “do progresso técnico como tal não pode resultar a perfeição humana”, eliminando do progresso técnico seu potencial qualitativo e atribuindo, assim, à ciência e a técnica uma neutralidade.

No entanto mesmo sendo apresentado enquanto livre de valores, o progresso técnico possui valores bem determinados. São os valores desenvolvidos pela sociedade industrial moderna, “seus elementos essenciais poderiam ser assim caracterizados: o mais alto valor consiste na produtividade, não somente no sentido de aumentar a produção de bens materiais e intelectuais, mas também no sentido de uma dominação universal da natureza” (MARCUSE, 2001, p.102). É uma produtividade para satisfazer as necessidades, o problema é que nessas necessidades estão incluídos elementos de destruição, determinadas no horizonte do Princípio de Desempenho.

Em *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, Marcuse (1941) tematiza as questões do progresso e da tecnologia tendo como referencia o regime totalitário nazista. Em sua crítica a tecnocracia e sua utilização para a dominação social Marcuse observa que “a técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade”. Ele vê a tecnologia

como um processo social do modo de produção, que possibilita uma nova organização social, mas, para isto, necessariamente deve acontecer um rompimento com a consciência dominante do Princípio de Desempenho e revolucionar a experiência.

O pensador salienta que, a tecnocracia é a eficiência técnica da racionalidade imperialista, ao superar os padrões tradicionais do lucro e do bem-estar social, estimula o ordenamento dos requisitos da economia de guerra, ou seja, ultrapassa a necessidade básica, para estimular o lucro da guerra.

O interesse próprio racional não coincide com o interesse próprio imediato do indivíduo, pois este último dependia dos padrões e demandas da ordem social dominante, instituída não pelo pensamento autônomo ou a consciência, mas por autoridades externas (MARCUSE, 1999, p. 75).

Os padrões e valores agora dependem da produção da maquinaria racional, o sujeito se (a)sujeita a produção da máquina. Criando assim uma uniformidade entre as pessoas, a unidimensionalidade já citada no livro: *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional (1964)*. Marcuse tematiza que pela mais-repressão e pela unidimensionalização do homem, e os avanço das falsas necessidades geradas pela sociedade industrial, marcada pela unidimensionalidade de ideias e de pensamentos, lugar onde o pensamento crítico é anulado sendo substituído por ideologias obsoletas.

A livre escolha entre ampla variedade de bens e serviços não significa liberdade se esses bens e serviços sustentam controles sob uma vida de labuta e medo – isto é, eles sustentam a alienação (MARCUSE, 2015, p. 46).

Marcuse observa que a liberdade de consumo, diante da grande quantidade de variedades das mesmas coisas, não significa autonomia ou liberdade de escolha. Isto porque a livre escolha limitada ao Princípio de Desempenho somente reproduz a alienação e o controle social, produtos do próprio trabalho do indivíduo.

A sociedade industrial racionalizada determina uma variedade de necessidade autoimpostas, ou seja, escraviza o homem pelos instrumentos de seu próprio trabalho e pelos seus próprios desejos. Criando necessidades

supérfluas que proporcionam ao aparato¹⁷ do sistema um melhor controle dos indivíduos, controlados pela Dessublimação Repressiva.

Marcuse faz críticas ao uso retórico da tecnologia, como um aparato comum a todos e fala da objetivação da subjetividade à maquinaria tecnológica, enfatizando que a subjetividade é objetivada com os ideais da máquina. Aborda uma personalidade objetiva, pela qual o homem se torna instrumento a serviço do poder tecnológico.

O poder tecnológico tende à concentração do poder econômico, a vastas unidades de produção, e enormes empresas associadas produzindo grandes quantidades e quase sempre uma impressionante variedade de mercadorias; há impérios industriais que possuem e controlam materiais, equipamentos e processos, desde a extração de matérias-primas até a distribuição dos produtos finais; à dominação de toda uma indústria por um pequeno número de empresas gigantes (MARCUSE, 1999, p. 76-77).

Acontece que, segundo Marcuse, essa “racionalidade estabelece padrões de julgamento e fomenta atitudes que predispõem aos homens a aceitar e introjetar os ditames do aparato”. As instituições, os dispositivos e as organizações industriais que em sua situação social dominante, ditam as regras e objetivam a personalidade dos indivíduos. O indivíduo agora é transformado num dispositivo de consumo e eficiência, ponto importante, pois “as distinções individuais de aptidão, percepção e conhecimento são transformadas em diferentes graus de perícia e treinamento” (MARCUSE, 1999, p. 78). O indivíduo eficiente, socialmente aceito, é aquele que desempenha sua atividade adequada às demandas objetivas, a eficiência passa a ser um desempenho recompensado e consumado apenas em seu valor para o aparato. Desse modo, a contribuição do trabalhador está aonde o processo da máquina se apresenta como incompleto: “seu trabalho suplementa a máquina, o processo da máquina é que se utiliza do operário.” (MARCUSE, 1999, P. 78).

Neste sistema, “a invenção é a mãe das necessidades”. Ela serve somente ao comércio, e sua utilidade está em criar um bem estar que:

17 O conceito de *apparatus* para Marcuse significa: as instituições, os dispositivos e as organizações da indústria em sua situação social dominante, se encontra no livro *Tecnologia Guerra e Fascismo*, “Sob o impacto deste aparato, a racionalidade individualista se viu transformada em racionalidade tecnológica”.

tudo contribui para transformar os instintos, os desejos e pensamentos humanos em canais que alimentam o aparato. [...] Fazem-no identificando-se com as crenças e lealdades do povo, e o povo foi treinado a identificar suas crenças e lealdades com as organizações (MARCUSE, 1999, p. 81).

A eficácia da razão tecnológica e de seu aparato está na sua eficiência lucrativa em transformar nossa libido, agora padronizada, em lucro. A vida passa a estar ajustada a ordem tecnológica e a parâmetros quantitativos; agora a vida programada determina como devemos viver com os elementos que o aparato tecnológico nos fornece.

A perda da autonomia do indivíduo frente à tecnologia mostra quanto o Princípio de desempenho nos manipula utilizando as instruções operacionais das máquinas “ao manipular a máquina, o homem aprende que a obediência às instruções é o único meio de se obter resultados desejados. Ser bem-sucedido é o mesmo que adaptar-se ao aparato” (MARCUSE, 1999, p. 80). Essa mecânica da submissão se propaga da ordem tecnológica para a ordem social enquanto ajustes quantitativos, ela promove uma programação da vida. Assim, do mesmo modo que se aprende a usar uma máquina, usa-se uma psicologia industrial para qualificar os indivíduos, padronizando-os para desenvolver determinadas funções e, desse modo, tornando-os especializados em detalhes já antes determinados como parte de sua personalidade:

o processo da máquina impõe aos homens os padrões do comportamento mecânico e as normas de eficiência competitiva são tanto mais impostas de fora quanto menos independente se torna o concorrente individual (MARCUSE, 1999, p. 82).

O indivíduo gerenciado pela psicologia industrial passa por avaliações que avaliam seu comportamento, e o ajusta para cumprir determinadas funções. A padronização e o ajustamento do indivíduo, que agora age ajustado de acordo com o interesse da classe dominante, é tão racional, que o protesto e a libertação individual parecem inúteis e irracionais. O indivíduo “adaptado”, sentindo-se livre pela quantidade de consumo e pela imensa variedade das mesmas mercadorias, se sente livre enjaulado, seu consumo é somente uma liberdade que o aprisiona, se vendo impotente para protestar e se libertar do sistema opressor.

A tecnologia do Princípio de Desempenho visa intensificar a produção e padronizar os produtos. Assim, os sentimentos e as ações do homem são moldados pelas exigências técnicas do aparato que ele mesmo criou, os seus valores servem ao funcionamento do aparato. Outro método utilizado pelo gerenciamento científico do progresso é interferir ou modificar a relação entre empregadores e operários, de modo que procuram igualá-los perante a lei e, dentro da própria ordem do aparato encontrar códigos de conduta e hierarquias entre os próprios operários, fazendo surgir novos tipos de colaboradores dentro da própria classe trabalhadora, que são os gerentes, capitalistas sem capital.

Vimos que a tecnologia é utilizada como ferramenta política de controle do processo social de produção e de organização, como forma de controlar e perpetuar o controle das massas. O Estado de Bem-Estar Social, ao difundir como necessidade a polidez e o luxo, alastra com isso a perversidade, o cinismo e a obscenidade da dominação. Introjeta na cultura de um povo futilidades, que os dispersam e se esqueçam da exploração e da pátria.

2.3 – Observações conclusivas do capítulo: um novo princípio de realidade e suas implicações.

É preciso um Princípio de Realidade qualitativamente diferente. Diante desta constatação Marcuse vislumbra que a primeira coisa que aconteceria seria a liberação da energia pulsional. Todas as forças e todos os comportamentos eróticos que haviam sido restringidos e dessexualizados pelo Princípio de Desempenho poderiam ser reativados. A energia erótica agora poderia visar novas formas de cultura, ela seria liberada e deixaria de ser mera sexualidade, passando a determinar o organismo em todos os seus elementos. O Novo Princípio de Realidade seria marcado pela fruição, pelo livre jogo das forças e das capacidades humanas, a produtividade seria determinada pela receptividade. Marcuse observa que o princípio de progresso não repressivo também é, a seu modo, conservador, porque as pulsões não querem mudança, “mas o equilíbrio, a estabilização e reprodução de um estado em que todas as necessidades podem ser satisfeitas e novas necessidades só aparecem quando é possível satisfazê-las por sua vez, de modo agradável” (MARCUSE, 2001, p.118). O trabalho, no Novo Princípio de Realidade é transformado no

livre jogo das capacidades humanas, não vai mais se fazer necessário coagir o homem ao trabalho, os homens passariam a estar trabalhar para um mundo melhor usando a razão e a sensibilidade.

É nessas condições que Marcuse vê a necessidade de se ampliar o lugar social da negação. Observa que os potenciais de negação surgem, na medida em que aparecem os limites da administração total, e “quando a mais-valia criada pelo trabalho produtivo deixa de ser suficiente para compensar o trabalho não-produtivo” (MARCUSE, 1975, p. 21). A criação de necessidades para as ocupações fora do trabalho transcendem ou muitas vezes são incompatíveis com a economia de mercado, ou seja, o deslocamento do lugar social da negação acontece porque atualmente a exploração capitalista estendeu sua exploração para além dos muros das fábricas, agora ela explora libidinosamente o indivíduo no seu tempo livre, vendendo um fetiche de felicidade que nunca se realiza.

3 – A AMPLIAÇÃO DO HORIZONTE EMANCIPATÓRIO: UM NOVO PRINCÍPIO DE REALIDADE.

Marcuse busca elementos qualitativos na sociedade que neguem o Princípio de Desempenho. Estes elementos são denominados por ele de Grande-Recusa ou de Novos Lugares Sociais de Negação. Trata-se de grupos ou dimensões que podem ser tomados como “modelos” indicativos de civilização, pois, possuem elementos qualitativos da “mais alta maturidade” e que busca um novo Princípio de Realidade, negando o Princípio de Desempenho atual. Estes elementos de negação são considerados por Marcuse a base revolucionária para um novo tipo de desenvolvimento, que visa um progresso qualitativo, não mais limitada a aspectos quantitativos estabelecidos e orientados pela ordem dominante.

Para Marcuse o princípio criador da negação continua sendo a antítese da dialética hegeliana, já concebido e apropriado na transformação efetiva do trabalho, uma vez que para Marx “é no processo de trabalho efetivo de produção de produtos e da interação com a natureza não humana que o ser humano se exterioriza, podendo, inclusive reconhecer-se nos próprios produtos”. Significa que, na concepção desenvolvida por Marx, o homem não se encontra ancorado fora do mundo, ele transforma a negação hegeliana antes abstrata, e passa a concebê-la agora de forma puramente mundana, social e relacionada ao trabalho. Para Marx, o processo social de negação está no proletariado, reprimido pela sociedade que o gera, e por isso, a negação ocorre em um lugar histórico e social específico, sendo a contradição interna ao sistema.

Nosso pensador busca revitalizar o pensamento da *práxis*, procurando localizar na sociedade capitalista industrial as novas possibilidades progressistas de libertação, pois está convencido, como vimos acima, de que nem todas “as forças negadoras que rompem e levam a uma nova etapa as contradições que se desdobram em um sistema se desenvolvem no interior desse sistema” (MARX apud SCHÜTZ, 2012, p.103). Por isso busca identificar, em primeiro lugar, grupos sociais catalizadores destas forças negadoras, grupos estes que mesmo dentro deste sistema, apresentam elementos que

podem indicar para a superação qualitativa do sistema atual na medida em que podem subsidiar a constituição de um novo princípio de realidade. No entanto, em segundo lugar, não são apenas nas “condições que se desdobram em um sistema” que podem surgir os elementos para um novo princípio de realidade. Para Marcuse, o capitalismo se apresenta como um todo-parte, de modo que “o capitalismo, como um todo social determinado, portanto, não pode ser concebido enquanto toda a realidade. Seria preciso concebê-lo enquanto parte de um todo social mais amplo a partir do qual possa ser atingido de fora” (SCHÜTZ, 2012, p.194). E é a partir desse pressuposto que sugere existir elementos qualitativos que apresentam um contraponto ao todo-parte repressivo e que apresentam possibilidades de negação, ou seja, de grupos que ainda não foram cooptados ou que já se libertaram do princípio de realidade vigente da sociedade. Portanto, buscaremos mostrar como Marcuse visualiza os potenciais críticos que indicam para uma mudança qualitativa e que vai além das próprias contradições internas do sistema/todo-parte.

Vivemos em uma época com possibilidades técnicas e materiais favoráveis para a possibilidade de um Novo Princípio de Realidade. Para ele “a libertação é a mais realista, a mais concreta de todas as possibilidades históricas e, ao mesmo tempo é a mais racionalmente, e eficazmente reprimida – a possibilidade mais abstrata e remota” (MARCUSE, 1975, p. 16). A tendência revolucionária está em inverter e rejeitar o super-desenvolvimento e sua racionalidade repressiva, desenvolvendo uma ação política de inversão, rejeitando a forma obsoleta de existência e intensificando a luta na diminuição carga horária de trabalho, mostrando assim a possibilidade de consolidação entre: desenvolvimento, tecnologia e a exclusão da mais-valia. Isso, no entanto, não quer dizer que Marcuse não valorize os movimentos que nascem das contradições internas do sistema. Ele observa, por exemplo, que as forças de rebelião surgem também de dentro do próprio sistema capitalista, uma vez que as revoltas não explodem somente em países de herança colonial prolongadas pelo neocolonialismo. Mas também, de dentro de potências globais insurgem movimentos que negam o sistema capitalista, “a revolta interna contra a própria pátria parece sobre tudo impulsiva, suas metas difíceis de definir: náusea causada pelo ‘sistema de vida’, revolta como uma questão de higiene física e mental” (MARCUSE, 1975, p. 17). Além disso a necessidade

pela libertação de um sistema surge também nos países ditos de primeiro mundo que oprimem e exploram países marginais.

De modo geral, os novos lugares sociais de negação surgiram de minorias organizadas, representantes da classe oprimida da sociedade que não foram totalmente dominados ou que já teriam se libertado de alguma forma da lógica do Princípio de Desempenho. Este grupos atribuem valores qualitativos sobre a objetividade histórica, visando sempre a dignidade humana e a satisfação de suas necessidades, eles são catalizadores de rebelião, “as forças revolucionárias surgem no próprio processo de transformação; a tradução do potencial em atualidade é o trabalho da *práxis* política” (MARCUSE apud Schütz, 2013, p. 713). A *práxis* política destes grupos visa superar a pseudodemocracia da representatividade, partindo assim para uma democracia direta, organizada a partir de conselhos populares e assembleias, pois “os valores ligados às alternativas realmente se tornam fatos quando transformados em realidade pela prática histórica”. (MARCUSE, 1973, p. p.15). Entende-se que a transformação social histórica terá suas mudanças reais e objetivas quando todo o aparato tecnológico será utilizado primeiramente para cumprir uma função social e histórica.

Os Novos Lugares Sociais de Negação são potenciais de mudanças que indicam para a possível constituição um novo sujeito, nestes grupos se encontram todos os movimentos sociais que buscam uma nova sociedade, e que possuem uma nova relação qualitativa com a totalidade existente. Os novos lugares sociais de negação são todos grupos que visam mudanças radicais na sensibilidade dos indivíduos e também mudanças no plano histórico social, “somente a mudança qualitativa é mudança, e a nova qualidade de vida é a única que pode acabar com uma longa série de sociedades exploradoras” (SCHÜTZ, 2013, p.705). Estes elementos, segundo Marcuse, já se encontram em grupos catalizadores de rebeldia na medida em que estes negam o todo-parte existente e agem na combinação de uma nova sensibilidade, de uma inteligência científica dessublimada, e que, baseada em um *éthos* estético, transforma a intenção da arte em uma prática coletiva de um ambiente livre e harmônico.

A seguir iremos abordar algumas dimensões/lugares onde, segundo nosso autor, já seria possível vislumbrar indicativos para um novo princípio de realidade.

3.1 – Natureza e revolução: o materialismo da sensibilidade

Para Marcuse os grupos que negam o Princípio de Desempenho são grupos que exigem uma mudança social mediada por uma nova sensibilidade capaz de instigar novos desejos e necessidades. Esta nova sensibilidade, estaria na base de uma prática política que vise simultaneamente a transformação do mundo e a libertação pessoal, numa espécie de dialética da libertação. Observamos até aqui que a racionalidade atual age contra os impulsos primordiais, submetendo a agressividade e a sexualidade ao Princípio de Desempenho, que transfere a agressividade aos instrumentos técnicos e reorienta a sexualidade pela Dessublimação Repressiva reduzindo e transferindo assim o sentimento de culpa. Em seu texto: *Natureza e Revolução (1972)*, Marcuse enfatiza o potencial da natureza como negação do Princípio de Desempenho, sua força libertadora e como seu papel vital na vida da sociedade pode ser convertido em uma nova mudança social. A noção de natureza se refere também à natureza humana, ou seja, se refere aos elementos que constituem o existencial do humano, e os elementos que constituem a sociedade aonde ele vive, levando em conta, então, toda a racionalidade e toda a experiência que o homem atribui a esta natureza. Para Marcuse, ambas manifestações – a dos seres humanos e da própria natureza, são entidades históricas, e estão sujeitas a transformações causadas pela racionalidade tecnológica e pela instrumentalização racional, submetendo todas as coisas ao interesse do Princípio de Desempenho.

O uso da tecnologia e de suas realizações, deve ser canalizadas para libertar os homens das más condições de vida, do trabalho exaustivo, da precarização de moradias, para uma agricultura mais natural, etc. E o que vemos geralmente é a “libertação” do homem diante de um progresso mistificado na racionalidade instrumental, que destrói a natureza, e se mostra antagônico a própria natureza humana. O Princípio de Desempenho estabelece funções que visam somente a comercialização da natureza, e isso acontece

tanto no sentido ecológico da devastação do meio ambiente, quanto no sentido ecológico no uso da natureza como forma de embelezamento, sustentando uma neutralização reguladora dos potenciais que negam o Princípio de Desempenho. Essa transformação da natureza pelo homem fez dele um sujeito que não se reconhece enquanto sujeito legítimo da natureza, enquanto parte constituinte da mesma. O homem passará a se reconhecer como sujeito da natureza quando esta, deixar de ser tratada como uma “reserva” ao modelo científico agressivo. E passar a ser vista como parte da totalidade da vida, servindo para “reconstruir” o meio ambiente vital, fazendo assim, da luta do homem contra a poluição do ar, das águas e do ar, também uma luta política, simbolizando um combate da “poluição” física e mental. Para Marcuse: “[...] a construção de uma nova sociedade livre pressupõe uma ruptura com a experiência familiar do mundo – com uma sensibilidade mutilada” (MARCUSE, 1981, p. 66). Vemos que, a racionalidade instrumental moderna “mutilou” nossa sensibilidade, e que a unidimensionalização do homem pelo Princípio de Desempenho e por uma ordem opressora e desumanizada nos afastou da natureza e da nossa própria sensibilidade.

Nossos sentidos estão “imunizados” pela racionalidade do sistema, que impossibilita a libertação humana e por isso, é necessário se pensar o desenvolvimento de uma sensibilidade radical¹⁸ e não conformista, que se emancipe e rompa com o controle dos níveis instintivos e fisiológicos da existência. A emancipação da sensibilidade foi debatida por Karl Marx em seus *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1844). Ao se referir a esta obra Marcuse ressalva o papel subversivo da sensibilidade abordada por Marx, constatando, no entanto, que o tema foi inicialmente negligenciado, e usado somente para justificar uma espécie de socialismo humanista. Marx, nos *Manuscritos*, segundo Marcuse, tematiza a completa emancipação de todos os sentidos humanos, e de que, só essa emancipação seria a transcendência real da propriedade privada, e do surgimento de um novo tipo de ser humano. A emancipação dos sentidos implica, “[...] na reconstrução da sociedade, que eles geram novas relações (socialistas) entre homem e homem, homem e

18 Para Marcuse, sensibilidade radical significa: “O papel ativo e constitutivo dos sentidos na conformação da razão, isto é, na forma dada as categorias em que o mundo é ordenado, experimentado e transformado. Os sentidos não são meramente passivos, receptivos; eles tem suas próprias ‘sínteses’, às quais submetem os dados primários da experiência.” (MARCUSE, 1981, p. 66).

coisas, homem e natureza” (MARCUSE, 1981, p.67). Os sentidos passam assim a serem uma das fontes de uma racionalidade socialista qualitativamente diferenciada da capitalista.

Os sentidos emancipados e livres da mais-repressão, repeliria segundo Marcuse, a racionalidade instrumental e, conseqüentemente nos libertaria da racionalidade de exploração. Para o filosofo isso aconteceria de maneira negativa e positiva: a negativa seria a superação da relação do homem consigo e com as coisas da natureza como objeto de consumo agressivo e competitivo; a positiva seria a transformação da natureza, tomando o homem como um “ser da espécie”, lugar onde o homem poderia exercer suas faculdades estéticas e criadoras. Para Marcuse, “Os sentidos emancipados, em conjunto com uma ciência natural desenvolvida e suas bases, guiariam a ‘apropriação humana’ da natureza” (MARCUSE, 1981, p. 68). A natureza passaria a ser reconhecida em sua autenticidade, na sua força vital enquanto um sujeito-objeto, o homem assim, passaria a ver a natureza como uma substância comum da luta pela vida.

A natureza perderia assim sua mera utilidade instrumental, enquanto coisa, passando a ser reconhecida como um sujeito-objeto ou objeto por si. A natureza carrega em si uma “liberdade cega” que incentiva a libertação do homem, são forças do “acaso” que impulsionam o homem no rumo da liberdade: “A ideia da libertação da natureza não estipula a existência de tal plano ou intenção no universo: a libertação é o plano possível e a intenção dos seres humanos, aplicados à natureza” (MARCUSE, 1981, p. 69), ou seja, a natureza também “espera pela revolução”, ou ao menos dá sinais da necessidade de uma. Essa nova apropriação do homem da natureza deve ser não-violenta e não destrutiva e que possam valorizar suas inerentes qualidades estéticas e sensuais.

3.2 - A dimensão estética da natureza

Para Marcuse, o materialismo histórico se expande na medida em que reconhece um ser humano natural e sensual, e não determinado somente pela ordem econômica da sociedade. Por isso, a dimensão estética proporciona ao homem entender as forças qualitativas da natureza, pois, entende-se que na

natureza a beleza e a liberdade são qualidades objetivas, assim como na arte, e por isso a natureza contém uma dimensão estética vital para a liberdade, possibilitando a construção de um Novo Princípio de Realidade. Na apropriação da natureza pelo homem, deve-se levar em conta que a natureza é um objeto vivo, um sujeito. Na natureza se encontra um *cosmos* de potencialidades qualitativas, que possibilitam uma nova objetivação da valorização da vida, para isso, precisamos redescobrir a ciência e conseguir ver a verdadeira forma das coisas, aquelas que estão escondidas, mutiladas ou maquiadas pelo Princípio de Desempenho.

É importante observar a relevância da memória e da recordação como elementos importantes no resgate epistemológico no redescobrimento da ciência, ou seja, a recordação e a memória reúnem arquétipos da humanidade que foram distorcidos e desvirtuados pelo Princípio de Desempenho. Um exemplo disso são as casas que foram unidimensionalizadas e uniformizadas pela urbanização, ocultando assim técnicas de construção alternativas que possibilitam uma vivência qualitativa com a natureza; a utilização do monocultivo como produção principal das terras agrícolas. É por isso que o domínio da imaginação possui esse potencial tão importante para Marcuse, pois possibilita, com o resgate da memória e da recordação, e das novas tecnologias possibilitam alcançar novas possibilidades. Podemos assim ver a possibilidade de um novo horizonte e de uma experiência além das imediatamente dadas “A imaginação, como conhecimento, retém a insolúvel tensão entre ideia e realidade, o potencial e o real” (MARCUSE, 1981, p. 73). Para Marcuse, este é o núcleo idealista do materialismo dialético, que consiste na transcendência da liberdade para além das formas dadas.

Em uma conferência de Marcuse proferida em 1977 para estudantes do movimento ecológico na Califórnia, ele contesta a relação da destruição da natureza e sua relação com a destrutibilidade dos próprios indivíduos. Para tanto retoma o fundamento freudiano dos impulsos primários, já tratados aqui, entre Eros, a energia erótica caracterizado por ser a pulsão da vida, e Thanatos, a energia destrutiva, o desejo de destruir a vida, e o Princípio de Realidade que é “[...] definido como soma total daquelas normas e valores que supostamente governam o comportamento normal numa sociedade estabelecida” (MARCUSE, 1999, p. 144). Salientando que, a sociedade atual se caracteriza

pelo predomínio de uma estrutura de destruição, ou seja, na sociedade atual predomina o domínio da pulsão de Thanatos ou de morte.

Marcuse então passa a sugerir alguns fenômenos que simbolizam a predominância de um caráter destrutivo institucionalizado em nossa sociedade. Os exemplos destes fenômenos:

“Incluem o constante aumento no orçamento militar às custas do bem-estar social, a proliferação de instalações nucleares, o envenenamento e a poluição gerais do meio ambiente, a gritante subordinação dos direitos humanos às exigências da estratégia global e a ameaça de guerra no caso de uma contestação desta estratégia” (MARCUSE, 199, p. 145).

Esta reprodução institucionalizada da destruição é a legitimação da pulsão de Thanatos na nossa sociedade.

O impulso de destruição e o impulso de vida, residem no indivíduo e se relacionam entre si, a superioridade de um ocorre às custas do outro, refletindo na sociedade esse processo. Assim, introjetando nos indivíduos os valores de dominação, estes são incorporados nas instituições sociais e em toda a estrutura social. Marcuse aborda a definição do caráter radical em termos freudianos “[...] como a preponderância, na vida individual, da pulsão de vida sobre a pulsão de morte, a preponderância da energia erótica sobre o impulso destrutivo” (MARCUSE, 1999, p. 147). Se observa que o mecanismo de dominação usado na civilização ocidental não depende mais da brutalidade como foi o caso dos regimes totalitários e autoritários. Nas sociedades democráticas, a introjeção dos valores do Princípio de Desempenho aliada as forças da lei e da ordem bastam para manter o sistema funcionando, [...] nos países industriais avançados, a introjeção afirmativa e uma consciência conformista são facilitadas pelo fato de ocorrerem em bases racionais e terem um fundamento racional” (MARCUSE, 1999, p. 147). O aumento do padrão de vida e a flexibilização da moralidade sexual compensaram o surgimento de estruturas de caráter radical e os apararam no conformismo liberal.

Para Marcuse, na sociedade industrial avançada a satisfação estará sempre ligada à destruição. É assim, que mesmo em um Estado democrático, as pessoas tolerarão e apoiarão seus líderes mesmo sob condições de ameaças de autodestruição. Nessas condições, a dominação da natureza está ligada a sua destruição, as fontes de energia ligadas a poluição do meio

ambiente, ou seja, o progresso técnico está efetivamente ligado à manipulação progressiva dos seres humanos. “A destrutibilidade hoje raramente aparece em sua forma pura sem uma racionalização e compensação apropriada” (MARCUSE, 1999, p. 149), hoje a destruição está ligada necessariamente a produção e a produtividade, como algo necessário ao progresso. Assim, também a violência encontra uma saída administrável, vemos os casos de tratamento violento e higienista aos moradores de rua, como também o crescimento canceroso da indústria bélica e do agrotóxico.

É por esses motivos, que buscamos encontrar a necessidade de grupos que apresentam um potencial de emergir uma estrutura de caráter radical onde os impulsos emancipatórios se ascendem sobre os impulsos compensatórios. Marcuse revela que, nessa “política de primeira pessoa” da sociedade moderna, onde os valores introjetados no indivíduo corresponde aos valores universais, se é possível também transferir radicais, ou seja, o processo emancipatório pode iniciar em ações individuais e se estender a valores universais.

Marcuse vê o movimento ecológico como um movimento político e psicológico de libertação. É político porque confronta o interesse de dominação capitalista do Princípio de Desempenho sobre as riquezas naturais, e psicológico porque com a proteção da natureza e sua pacificação exterior, ocorre também a pacificação interior do homem. “Um ambientalismo bem-sucedido subordinará, dentro dos indivíduos, a energia destrutiva à energia erótica” (MARCUSE, 1999, p. 152), Então, ao servir como impulso de superação do Princípio de Desempenho opressor, e aliado a outros grupos não-conformistas, transforma as diferentes formas tradicionais de protesto, e se mostra como um novo lugar social de negação.

A política erótica e sensual de libertação pela natureza, aparece em protestos que buscam uma nova linguagem, um novo comportamento e novas metas, é a individualização e a somatização do protesto radical, concentrado na sensibilidade e nos sentimentos dos indivíduos. Para Marcuse a sensibilidade e a imaginação são mais difíceis de serem consumidas como o corpo e alma e sua reificação pelo estado, pela igreja e até mesmo pela revolução. Assim o uso da sensibilidade da imaginação e da apropriação da natureza pelo homem vista como um ser objeto possibilita uma libertação que

vá do individual ao universal, e que tratar como nossa natureza externa é o primeiro passo para colocar Eros fora da dominação de Thanatos.

3.3 - A liberdade humana enraizada na sensibilidade humana.

É pela libertação da sensibilidade e a busca de um Eros emancipado que guiamos a compreensão das novas possibilidades de um novo Princípio de Realidade. Os impulsos primários são as raízes das forças libertadoras, os sentidos possuem a capacidade de ver as qualidades ocultas das coisas, possibilitando o aperfeiçoamento da vida. Para Marcuse os sentidos são descobridores – por si mesmos, de novas possibilidades e de novas capacidades, nessa perspectiva, a sensibilidade não é somente recepção, mas ela é também descobrimento, que possibilita nos guiar na busca de um novo princípio de realidade “A emancipação dos sentidos faria da liberdade o que ele ainda não é: uma necessidade sensória, um objetivo dos Instintos de Vida (*Eros*)” (MARCUSE, 1981, p. 74).

Marcuse observa que a nossa sensibilidade está “embotada”, pois, em grande medida, “os homens só percebem as coisas as formas e funções que lhe são dadas, feitas, usadas pela sociedade existente” (MARCUSE, 1981, p. 75). A sensibilidade se encontra tão “embotada” que parece impossível outro mundo a não ser este, ou seja, a sociedade é reproduzida também nos sentidos. E esta prisão deve ser dissolvida para que assim surja uma nova dimensão da história que quebre com essa familiaridade opressiva. É uma prisão que deve ser ‘dissolvida’ para o surgimento de uma nova dimensão da história, até quebrar toda a familiaridade opressiva. Nesta perspectiva que Marcuse refere-se a uma *segunda alienação* que nos afaste da sociedade alienada.

Para ele emancipação individual dos sentidos é o princípio para a libertação universal, quer dizer que o universal concreto está no processo individual dos sentidos. Marcuse se reporta ao idealismo alemão de Kant: “e seu esforço para reconciliar o homem e a natureza, o universal e o particular” e na solução materialista de Marx sobre a fenomenologia de Hegel. “[...] história e sociedade ingressam na teoria do conhecimento (e na própria estrutura do conhecimento) e livram-se da ‘pureza’ do *a priori*; começa a materialização da

ideia de liberdade” (MARCUSE, 1981, p. 75). Para Marcuse só a concepção marxista contém o elemento crítico e transcendente do idealismo, que consegue revelar a reconciliação da liberdade humana da necessidade natural. Para Marcuse, a liberdade objetiva e substantiva irá substituir as instituições do capitalismo pelas instituições socialistas, numa totalidade da vida humana qualitativamente diferente, onde a mudança de cada indivíduo envolve a totalidade da existência.

3.4 – O potencial crítico sensual da libertação das mulheres.

Para Marcuse o movimento feminista potencialmente nega o Princípio de Desempenho, cabe lembrar que ele foi professor e entusiasta da rebeldia de Ângela Davis¹⁹. Para o pensador uma sociedade livre teria que ser necessariamente uma sociedade *fêmea*, uma vez que a sociedade atual está marcada pela dominação androcêntrica. Com isso Marcuse não pretende afirmar que devemos ser uma sociedade matriarcal, mas que devemos feminizar o macho. O ideal de “macho” é uma construção histórica patriarcal do Princípio de Desempenho, e a sua feminização não significa torná-lo feminino, mas a do resgate ascendente do Eros sobre a agressão em homens e mulheres. Assim como o ideal de “macho” impregnado na construção social de que o homem é imune a sensibilidade, também a imagem da mulher como mãe, é em si mesma, repressiva, porque pretende transformar um fato supostamente biológico num valor ético e moral.

O movimento feminista, “torna-se radical à medida que visa, não só a igualdade dentro do emprego e da estrutura de valores da sociedade estabelecida, mas, antes, a uma mudança na própria estrutura” (MARCUSE, 78, 1981). A repressão sobre as mulheres é maior, ela é fortalecida pelo seu uso social biológico, de ser mãe, de ser esposa, de modo que esta relação se tornou uma realização que se apresenta como se fosse uma justificação biológica, como se as mulheres nascessem para serem somente isso dentro da estrutura familiar e social. E fora da estrutura familiar, na sociedade atual, ela é

19 Angela Yvonne Davis, nascida em 26 de janeiro de 1944 em Birmingham nos Estados Unidos da América. É professora, filósofa e militante socialista, pelos direitos das mulheres e contra a discriminação racial. Ela foi do Partido Comunista dos EUA, da direção dos Panteras Negras e entrou para a lista dos 10 mais procurados pelo FBI. Foi presa, condenada, recusou advogado e se defendeu sozinha. Houve campanhas internacionais pela sua libertação.

um brinquedo, uma saída temporária fora do casamento, um objeto sexual na mercadoria da prostituição e na indústria do cosmético, que estimula também as necessidades estéticas-sensuais da indústria da beleza, como instrumento de trabalho, exigindo um tipo de beleza para cada emprego. “[...] a ‘socialização’ do corpo como objeto sexual é, talvez, um dos últimos passos decisivos no sentido da conclusão da sociedade de troca: a conclusão que será o princípio do fim?” (MARCUSE, 1981, p.79).

Tanto a mulher quanto homem são desumanizados diante do Princípio de Desempenho, na sociedade patriarcal formada pelo macho dominante e agressivo, “a mais-agressão do macho está socialmente condicionada – assim como a mais passividade da fêmea” (MARCUSE, 19981, p. 79). Para Marcuse a repressão exercida sobre a mulher manteve uma contraforça, um lugar social de negação, que pode ser um dos coveiros da sociedade patriarcal. Sua submissão as tarefas domésticas, a manteve “distante” do trabalho instrumental e brutal a qual os homens estão submetidos nas fábricas. E isso fez com que a mulher manteve sua sensibilidade estética mais aguçada, podendo assim encontrar melhor os meios naturais para a possibilidade um novo Princípio de Realidade. Marcuse é tão refinado nas indicações que nos fornece um belo exemplo, o quadro de Delacroix, *A liberdade guiando o povo* (1830), onde também a mulher sustenta a promessa de libertação: é que segura a bandeira da revolução e lidera o povo nas barricadas, está sem uniforme e tem o seio desnudo e não revela nenhuma expressão de violência, mas está armada, mostrando à necessidade de se combater a violência.

3.5 - O potencial libertador da nova sensibilidade

A importância de uma nova sensibilidade como fator político de rompimento com o Princípio de Desempenho exigiu da teoria crítica a incorporação de uma nova dimensão de conceitos, e de uma reorientação da produção intelectual e material, em vista das realizações científicas e técnicas. “A nova sensibilidade, que marca a supremacia dos instintos da vida sobre a agressividade e a culpa, criaria, numa escala social, a necessidade vital da abolição da injustiça e da miséria e modelaria a ulterior evolução do ‘nível de vida’” (MARCUSE, 1977, p. 40). A sublimação dos instintos vitais encontraria uma nova expressão racional para o trabalho. O tempo de trabalho socialmente

necessário seria planejado estabelecendo prioridades de objetivos e escolhas, determinando o que se deve produzir e a forma do produto. Assim, a técnica se tornaria arte, e a arte formaria a realidade, analisando a oposição entre o imaginativo e a razão, tornando possível um *ethos* estético fundamentado em uma nova sensibilidade e em uma inteligência científica dessublimada.

O viés estético é a forma possível de uma sociedade livre, o termo é relativo tanto aos sentidos quanto a arte, designando o processo criativo em um ambiente de liberdade, onde a sensibilidade subjetiva é transformada em forma objetiva a realidade. Numa sociedade livre da repressão instrumentalizada, o sentimento de culpa pode ser deixado para trás, e cada um poderá ser aquilo que deseja. A nova sensibilidade para Marcuse se torna uma *práxis*, ela “emerge na luta contra a violência e a exploração, onde quer que essa luta se desenvolva por meios e formas de vida essencialmente novos” (MARCUSE, 1977, p. 41). A nova sensibilidade nega o que está estabelecido na moral e na cultura, propondo o fim do trabalho árduo e da abolição da pobreza, insistindo em uma sociedade socialista essencialmente livre.

A dimensão estética deve se tornar o modo de produção e também modo político da sociedade. Por se concentrar no ideal do Belo, pertence a Eros e Thanatos – prazer e terror, tendo a beleza como um poder de imobilizar o agressor, e assim, o estético insiste no caráter objetivo e ontológico do Belo, buscando encontrar harmonia entre o homem e a natureza. A dimensão estética pode servir como padrão para uma sociedade livre pois, tem um conteúdo social que são as reivindicações do organismo humano, espírito e corpo que negam as instituições do Princípio de Desempenho: “A moralidade estética é o contrário do puritanismo [...] insiste na liberdade como necessidade biológica, sendo fisicamente incapaz de tolerar qualquer repressão que não a requerida pela proteção e melhoramento da vida” (MARCUSE, 1977, p.45).

A sensibilidade que se revolta invoca o poder sensitivo da imaginação. Para Marcuse a imaginação também está unidimensionalizada pelo Princípio de Desempenho, como a sensibilidade e a razão. Limitada pela ordem repressiva, a imaginação só é livre nos limites da repressão, fora disso, tudo o que é diferente se torna perverso e subversivo. E por isso a ação política em busca de uma nova moralidade e sensibilidade é necessária porque até o

momento, a racionalidade executada nas realizações da sociedade industrial somente moderou a libertação, e não nos libertou de fato. E para mudar tal situação, devemos resgatar a liberdade imaginativa, pois ela carrega o potencial utópico de uma nova sociedade possível. O papel importante da imaginação para Marcuse está na unificação de sensibilidade e da razão, tornando a ciência mais livre.

O universo estético pode emergir somente na prática coletiva na criação de um ambiente harmonioso, não agressivo, erótico e nos esforço pacífico na relação entre homem e natureza. O real dessa maneira se transformaria em obra de arte, e a arte voltaria as suas primitivas conotações técnicas: a arte de cozinhar, de cultivar e de produzir coisas. Uma nova sensibilidade também pede uma nova linguagem, para que possamos comunicar os novos valores, temos que romper com o vocabulário do poder: “E no entanto a negação radical do *establishment* e a comunicação da nova consciência dependem cada vez mais profundamente de uma linguagem própria, porque toda a comunicação é monopolizada e sancionada pela sociedade unidimensional” (MARCUSE, 1977, p. 52). Marcuse dá o exemplo do universo do discurso dos militantes negros que é subversivo na medida em que é uma revolta linguística e sistemática que esmaga o contexto ideológico, a ideia é destruir os nomes falsos e hipócritas que as figuras políticas ostentam no sistema.

As exigências históricas da sensibilidade, e os objetos que confrontamos são específicos de uma fase da civilização, e de uma sociedade específica: “Os rebeldes de hoje querem ver, ouvir, sentir as coisas novas de uma maneira nova: ligam a libertação à dissolução da percepção ordinária e ordenada” (MARCUSE, 1977, p. 56). A cultura do Princípio de Desempenho está fechada para o ato criativo, e as revoltas contra essa razão repressiva afeta seu caráter afirmativo. A revolta contra a razão repressiva, ao libertar as virtualidades do estético afetou o caráter afirmativo da arte, seu objetivo ainda não está dado, mas o caráter afirmativo tornou-se falso. A arte sempre foi uma aliada à práxis revolucionária, em virtude do compromisso do artista. “A linguagem da arte deve comunicar a verdade, uma objetividade que não é acessível à linguagem ordinária e à experiência ordinária” (MARCUSE, 1977, p. 60).

3.6 – A dimensão estética e a arte como negação do Princípio de Desempenho

Em seu texto *A Dimensão Estética*, que compõe o capítulo 9 de *Eros e Civilização* (1969), Marcuse recorda o significado e a função original da estética, que foi designada por Alexandre Baumgarten no século XVIII. Passando a designar aquilo que é “pertinente à beleza e a arte”, buscando demonstrar a tarefa da estética que consiste em associar prazer, sensualidade, beleza, verdade, arte e liberdade, com o intuito de reconciliar prazer e razão e por isso negar o princípio de desempenho que pressupõe o sacrifício do prazer como preço necessário para que a civilização aconteça.

Para desenvolver tal questão nosso filósofo se fundamenta principalmente nas obras *Crítica do Juízo* (1790) de Immanuel Kant e *As cartas sobre a educação estética do homem* (1793) de Friedrich von Schiller, que foram percursos deste debate. Assim, a partir da fundamentação destes filósofos, Marcuse demonstra a possibilidade de tal reconciliação – razão e sensibilidade - que é expressa no termo estética. A partir de Kant e na sua *Faculdade do Juízo*, Marcuse busca entender como o conhecimento ocorre pelas faculdades mentais da sensualidade e do entendimento, entre a razão prática e a teórica: “A razão prática constitui a liberdade sob as leis morais, auto-outorgadas para fins morais; a razão teórica constitui a natureza sob as leis da causalidade” (MARCUSE 1975, 157). Por isso, já em Kant uma dimensão intermediária deve existir para que as duas se encontrem, um lugar onde a autonomia do sujeito e seu efeito na realidade objetiva sejam reais e se efetivem.

É na crítica do juízo de Kant que a dimensão estética toma o ponto central das faculdades mentais, aparecendo como o lugar aonde a natureza se torna suscetível à liberdade e a beleza, se tornando o símbolo da moralidade, como consta no parágrafo 59 da *Crítica do Juízo* de Kant. Marcuse busca entender em Kant os seus fundamentos que ligam as faculdades inferiores da sensualidade (*Sinnlichkeit*) e a moralidade por meio da função estética, partindo do pressuposto que as próprias realizações dessa civilização possibilitariam a extinção da utilização repressiva dos instintos para a vida em sociedade. A ideia de uma sociedade não repressiva se depara com o argumento de que, a libertação total iria acabar com a civilização e de que esta

somente se sustenta pela renúncia dos instintos e pela labuta, ou seja, pela utilização repressiva da energia instintiva sobre o modo de trabalho. A tarefa de Marcuse é recordar nos arquétipos da imaginação os símbolos que representam a receptividade criadora, e disso demonstrar a possibilidade de um novo princípio de realidade. Para ele, o primeiro passo é a reconciliação erótica do homem e da natureza na atitude estética “onde a ordem é a beleza e o trabalho é a atividade lúdica” (MARCUSE, 1975, p. 159), essa reconciliação geraria princípios universais válidos que derivam da sensualidade e estabelecem uma ordem objetiva.

A percepção estética é uma intuição e sua percepção é acompanhada de prazer, de um prazer que deriva da forma pura do objeto, ela é beleza por si só. A percepção estética é subjetiva porque é uma imaginação que causa prazer, “mas na medida em que esse prazer é constituído pela forma pura do próprio objeto, acompanha o universal e necessariamente a percepção estética – para qualquer sujeito que percebe” (MARCUSE 1975, p. 159). A percepção estética está presente em todos os sujeitos, é um jogo imaginativo que nos relaciona com as coisas na medida que constitui a beleza, é pela imaginação estética que a sensualidade gera princípios de beleza que são universalmente válidos numa ordem objetiva, a beleza então aparece como que a objetivação universal das subjetividades.

A intencionalidade sem intento ou formal de Kant é a forma como o objeto aparece, como ele é apresentado e julgado sem que se faça juízo da sua utilidade, como algo livre “como ser que se é livremente”, na imaginação estética o objeto é representado como algo livre, e é essa a experiência que compõe o livre jogo da imaginação, sujeito e objeto se tornam livres em um novo sentido. Com suas próprias leis ela sugere uma unidade de multiplicidades. Ocorrendo desse modo um acordo entre a imaginação e as noções cognitivas do entendimento, estabelecendo uma harmonia, uma conformidade estabelecida pela ordem da beleza, “uma legitimidade sem lei” que liga a Natureza e a Liberdade, o Prazer a Moralidade. A dimensão estética é portanto o meio onde para Kant, segundo Marcuse, o sentido e o intelecto se encontram, mediados pela imaginação que é a “terceira” faculdade mental.

É na dimensão estética que natureza e liberdade se encontram, mediadas também pela imaginação. Para Marcuse esta questão adquire

relevância, pois ela busca reconciliar sensualidade e razão, que foram separadas pelo princípio de desempenho que é repressor e estabelece a razão como tirano sobre a sensibilidade, cabendo a faculdade estética libertar a sensualidade da tirania da razão, buscando assim uma civilização não repressiva, onde a razão seja sensual e a sensualidade seja racional. E é nessa perspectiva que Marcuse busca em Schiller entender os potenciais de um novo Princípio de Realidade baseado em um *éthos* estético. Para Marcuse, o potencial crítico estético de Schiller está no seu conceito de livre jogo das potencialidades, onde o objeto que aparece para a representação estética é livre, sem propósito e desinteressado, onde sujeito e objeto se tornam livres em um novo sentido.

Com o predomínio da racionalidade instrumental a função estética foi reduzida, a imaginação repudiada como algo sem sentido, a sensualidade teve a libido instrumentalizada para o trabalho, e isso somente é explicitado posteriormente por Baumgarten como já foi indicado acima. A estética reage ao tratamento repressivo dos processos cognitivos sensuais submetidos ao domínio repressivo da razão, “os esforços para demonstrar a posição da função estética e para estabelecê-la como categoria existencial invocam os valores de verdade inerentes aos sentidos, contra a sua depravação sob o princípio de realidade prevalecente” (MARCUSE, 1975, p. 163), a estética “instala a *ordem da sensualidade* contra a *ordem da razão*”, buscando a libertação dos sentidos pelo impulso lúdico abolindo a compulsão e colocando o homem moral e fisicamente em liberdade, harmonizando sentimentos e afeições com as ideias da razão.

O termo *Sinnlichkeit* significa na língua alemã sensualismo e sensualidade, expressando tanto a gratificação instintiva, quanto a percepção sensorio-cognitiva e fundamenta a estética. Ou seja, este termo alemão é o que constitui a verdade ou a falsidade estética: “O que a sensualidade reconhece, ou pode reconhecer, como verdadeiro, a estética pode representar como verdadeiro, mesmo que a razão o rejeite como falso” (MARCUSE, 1975, p. 164). A estética é a ciência da sensualidade, assim como a lógica é do entendimento, seu objetivo é a perfeição do conhecimento sensitivo, sua perfeição é a beleza, e sua ordem, a ordem artística.

A função cognitiva dos sentidos está co-fundida na sensualidade, e encontrou seu refúgio na arte com o advento do racionalismo instrumental. É na arte então, que a sensualidade encontra espaço para se reconciliar razão e sensibilidade: “A arte desafia o princípio de razão predominante; ao representar a ordem da sensualidade, invoca uma lógica tabu – a lógica da gratificação, contra a da repressão” (MARCUSE, 1975, p. 165). A arte, por expressar a cognição da sensualidade está vinculada ao Princípio de Prazer, e por isso sua expressão não está subordinada ao Princípio de Realidade repressor.

Schiller atribui à função estética um papel decisivo na reformulação da civilização e um potencial decisivo para a possibilidade de um Novo Princípio de Realidade está fundamentada na concepção kantiana da imaginação como faculdade central da mente e da beleza como condição necessária da humanidade. A própria civilização, submetida a sociedade industrial e conseqüentemente ao Princípio de Desempenho aplicou feriu o homem ao separar a fruição do prazer no trabalho. E por isso, somente uma nova sociedade e um novo Princípio de Realidade poderão unir, o trabalho e a fruição do prazer. A cultura é composta, para Schiller, na interação do impulso sensual, que é passivo e receptivo, e do impulso formal que é formal, que é dominador. Mas a atual civilização, submetida a racionalidade do Princípio de Desempenho, torna as duas antagônicas. A intenção é, mostrar a possibilidade de uma razão sensível, e, assim, indicar a possibilidade e superação da submissão da sensualidade a tirania da razão tal como é atualmente. Schiller postula um impulso mediador: o *impulso lúdico*, e seu objetivo é a beleza e a liberdade.

A fim de se contrapor às inumanas condições políticas do Princípio de Desempenho, Marcuse, amparado por Schiller, sustenta que a estética possibilita a solução do problema que a vida exige no atual sistema. Por isso, defende que o impulso lúdico é o potencial dessa libertação, ele é o jogo da própria vida, para além das carências e das compulsões externas do Princípio de Desempenho: “O homem só é livre quando está livre das coações, externas e internas, físicas e morais – quando não é reprimido pela lei nem pela necessidade” (MARCUSE, 1975, p. 167), e Marcuse segue dizendo que liberdade é a emancipação de uma realidade estabelecida, e citando Schiller diz “o homem está livre quando a ‘realidade perde sua seriedade’ e quando a

sua necessidade 'se ilumina'. Para Marcuse uma civilização autenticamente humana, será uma sociedade que jogará ao invés de estar submetido a labuta frenética e repressiva, será uma sociedade que viverá se exibindo ao invés de estar submissa as necessidades.

Esta liberdade será a liberdade na realidade, que irá perder a seriedade, pois estará diante da satisfação sem o trabalho alienado. "O seu mundo é, então, exibição (*Schein*), e sua ordem é a da beleza" (MARCUSE, 1975, p. 167). Para Schiller, o homem só é sério com aquilo que é agradável, bom e perfeito, mas com a beleza ele joga: "A cultura estética pressupõe 'uma revolução total no modo de percepção e sentimento', e tal revolução só se torna possível se a civilização tiver atingido a mais alta maturidade física e intelectual" (MARCUSE, 1975, p. 168), a imaginação, que é o que possibilita o livre jogo irá traçar e projetar o ser total, libertando o homem da escravidão e da matéria dominante, será o livre jogo da imaginação a forma pura das leis da beleza.

O impulso lúdico poderia contribuir para transformar a realidade, ao ponto de que a natureza e o mundo objetivo seriam experimentados como objetos de contemplação e não sofreriam mais com a brutalidade da exploração violenta. Com a solução do conflito entre razão e sensualidade a tirania seria removida e restaurado o direito de sensualidade: "Por outras palavras, a salvação da cultura envolveria a abolição dos controles repressivos que a civilização impôs a sensualidade" (MARCUSE, 1976, p. 169), a moralidade seria fundamentada em valores sensuais, ou seja as leis da razão iriam se reconciliar com os interesses dos sentidos.

Entende-se então que, o "estado estético" irá reconciliar o ser e o devir, a mudança e a identidade. O esforço laborioso do trabalho será transformado em atividade lúdica, a produtividade repressiva será transformada em exibição. Os dois impulsos, razão e sensualidade serão finalmente reconciliados, a sensualidade será auto sublimada e a razão dessublimada, o tempo será conquistado, pois viveremos da gratificação duradoura. Podemos dizer então que finalmente Principio de Prazer e Principio de Realidade poderiam então ser reconciliados e viveremos em uma ordem não repressiva e da abundancia, onde as restrições serão estabelecida sobre o que é supérfluo e sobre a necessidade, "quando todas as necessidades básica podem ser satisfeitas com

um dispêndio mínimo de energia física e mental, num mínimo de tempo” (MARCUSE, 1975, p. 172). Ou seja, a liberdade estará fora da luta pela necessidade.

Evidentemente Marcuse também era consciente da possibilidade de mesmo a dimensão estética e, mais especificamente, a arte, poder ser instrumentalizada para fins conservadores. Sobre a alienação artística, ela é tratada exemplarmente por Marcuse no caso da mudança da literatura contemporânea em relação a literatura do século XVIII e XIX. A literatura do século XIX, para o pensador, ainda é marcada por obras que se mostravam antagônicas à ordem dos negócios, condenando e negando a sociedade burguesa da época. Para Marcuse, a literatura industrial da época atual ainda carrega os caracteres da literatura antiga, mas, “não são mais imagens de outro estilo de vida, mas aberrações ou tipos da mesma vida, servindo mais como afirmação do que como negação da ordem estabelecida” (MARCUSE, 1975, p. 71). O pensador observa que, na literatura do capitalismo da era industrial, o pensamento romântico é objetivamente aplicado para depreciar movimentos de vanguarda, atribuindo a eles um sentido ilusório, decadente, com a intenção de depreciar traços culturais que foram extintos pela indústria cultural. Ocorre uma incompatibilidade estética com a sociedade, “o que elas lembram e preservam na memória pertence ao futuro: imagens de uma satisfação que dissolveria a sociedade que a suprime” (MARCUSE, 1975, p. 72). Ou seja, a veracidade da literatura industrial cria um futuro ilusório, incompatível com a realidade.

Marcuse observa, por exemplo, que a arte surrealista ainda mantém uma função subversiva e libertadora, pois, uma vez que a literatura e a arte devem manter a crítica da consciência infeliz e do mundo dividido, e de que elas, no caso:

Eram uma força racional, cognitiva, revelando uma dimensão do homem e da natureza que era reprimida e repelida na realidade. Sua verdade estava na ilusão evocada, insistência em criar um mundo no qual o terror da vida era recordado e interrompido – dominado pelo reconhecimento (MARCUSE, 1975, p. 73).

A alienação artística promovida pela sociedade industrial e a mercantilização da arte tendem, não somente a invalidar alguns estilos artísticos, mas também a sua essência, assimilando seu conteúdo antagônico, para produção de obras “alienígenas”, ou seja, que nada representam na sociedade, e que não se identificam com o indivíduo e seu mundo social e muito menos o levam a questioná-lo.

A arte para Marcuse, carrega consigo o potencial de negação e de questionamento do Princípio de Desempenho, pois geralmente parte dela a fonte de contestação e de manifestação do que há de reprimido e de desigual na sociedade. O que acontece segundo o pensador, é que, a arte crítica é combatida por anúncios que suavizam a miséria gerada pela sociedade industrial desenvolvida. O racional para justificar o irracional, “as obras de alienação são, elas próprias, incorporadas nessa sociedade e circulam como parte e parcela do equipamento que adorna e psicanalisa o estado de coisas predominante.” (MARCUSE, 1975, p. 75). Desse modo, a alienação artística se tornou funcional, se tornou, um “adorno de guirlandas de flores sobre jaulas de ferro”, enquanto que, a arte deve ser vista como movimento de contradição racional daquilo “que não é” com aquilo “que é”, é a luta contra a unidimensionalidade do homem.

O dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956), esboça que, o espectador deve se reconhecer na verdade da negatividade do que deve ser negado, e ainda salienta que “as coisas da vida cotidiana são elevadas para fora do reino do que é evidente por si. O que é ‘natural’ deve assumir as particularidades do que é extraordinário. Somente por esse meio podem as leis de causa e efeito se revelar” (BERTOLT BRECHT apud MARCUSE, 2007, p. 78), e é por isso que a linguagem poética deve falar do que é deste mundo, do que é do homem e da natureza, mas que não é visto, tocado e ouvido.

Marcuse tenta mostrar o quanto nossas angústias, nossas tragédias e romances que podem tratar-se potenciais de negação, estão suscetíveis a soluções técnicas e burocráticas. Além do mais, com o avanço da psiquiatria ficou mais fácil de resolver problemas de Dons Juans, Romeus e Faustos, ou seja, agora os problemas subjetivos ao invés de serem sublimados na arte, são direcionados e resolvidos pelas soluções medicamentosas da psiquiatria ou pelas soluções da psicologia que alienam ainda mais os indivíduos não

resolvendo seus problemas existenciais. Marcuse ao chamar a atenção para a dessublimação repressiva, busca demonstrar como o Princípio de Desempenho reproduz uma consciência aparentemente feliz frente a infelicidade da humanidade. A dessublimação repressiva libera ao mesmo tempo que reprime, ou seja, seu papel está em controlar as satisfações dos indivíduos dentro da ordem repressiva, usando da libido para direcionar a pulsão sexual para objetos não exatamente sexuais, a sexualidade aparece ao Princípio Desempenho dessexualizada é tornada mercadoria e objeto de controle.

A sexualidade é liberada sob a forma socialmente construtiva, “parece que tal dessublimação repressiva é de fato operante na esfera sexual e que aqui, como na dessublimação da cultura superior, opera como o subproduto dos controles sociais da realidade tecnológica, que amplia a liberdade enquanto intensifica a dominação” (MARCUSE, 1975, p. 82). A libido foi absorvida e mecanizada e a experiência erótica é reduzida a experiências e satisfações sexuais.

A sociedade industrial, pré-condiciona sua aceitação por uma dessublimação institucionalizada, que opera diretamente na liberdade sexual como forma de controlar os costumes, os gostos e hábitos da sociedade. A sensualidade é direcionada para seleção de trabalhos e cargos comerciais, “essa mobilização e administração da libido pode ser responsável por muito da submissão voluntária, da ausência de terror, da harmonia preestabelecida entre necessidades individuais e desejos, propósitos e aspirações socialmente necessários” (MARCUSE, 1975, p. 85). Fazendo com que o indivíduo se satisfaça com a submissão, enfraquecendo a racionalidade do protesto, e assim, o prazer é ajustado, preservando as renúncias anunciadas por uma sociedade repressiva. “Esta sociedade transforma tudo o que toca em fonte potencial de progresso e de exploração, de servidão e satisfação, de liberdade e de opressão. A sexualidade não constitui exceção” (MARCUSE, 1975, p. 87). Sua organização pelo Princípio de Desempenho é centrado na supremacia genital, os instintos são unificados de maneira repressiva e reduzidos a funções subalternas, “a libido passa a concentrar-se numa parte do corpo, deixando o resto livre para ser usado como instrumento de trabalho” (MARCUSE, 1975 p. 61). Naturalmente a sexualidade é polimórfica, ou seja, não esta restrita aos

órgão genitais e no entanto se manifesta em todas as regiões do corpo. Mas, para o Princípio de Desempenho que, reduz a libido aos órgãos genitais para que assim a energia possa ser canalizada para o trabalho forçado, trata como perversão toda a prática sexual que não serve para a procriação.

3.7 – A razão sensível e a emancipação humana

Para Marcuse, a arte transcende as relações sociais e na sua transcendência, ela tem a capacidade de romper com a consciência dominante e revolucionar a experiência. Marcuse (2007, p. 17) defende a seguinte tese de que:

as qualidades radicais da arte, em particular da literatura, ou seja, a sua acusação da realidade existente e da 'bela aparência' da libertação baseiam-se precisamente nas dimensões em que a arte *transcende* a sua determinação social e se emancipa a partir do universo real do discurso e do comportamento, preservando, no entanto, a sua presença esmagadora. Assim, a arte cria o mundo em que a subversão da experiência própria da arte se torna possível: o mundo formado pela arte é reconhecido como uma realidade reprimida e distorcida na realidade existente. A lógica interna da obra de arte termina na emergência de outra razão, outra sensibilidade, que desafiam a racionalidade e a sensibilidade incorporadas nas instituições dominantes.

Sob a lei estética, a realidade existente é sublimada e seu conteúdo é estilizado, reformulando e reordenando os danos da realidade, invocando uma nova consciência personificada na obra de arte.

O renascimento da rebeldia está na base da sublimação estética que dá lugar a uma dessublimação na percepção do indivíduo, na sua sensibilidade, que invalida as normas, necessidades e valores dominantes. A arte assim permanece como força de resistência, transcende a realidade e destrói a objetividade das relações sociais estabelecidas. É a transformação de um dado conteúdo (momento histórico), num todo independente (manifestação artística), revelada pela transformação estética, e pela remodelagem da linguagem, a essência da realidade na sua aparência: as potencialidades reprimidas do homem.

A função crítica da arte reside na sua forma estética, ela é autêntica ou verdadeira pela forma tornada conteúdo. Segundo Ernst Fischer citado por Marcuse, "a arte é o irreconciliável, a resistência do ser humano ao seu

desaparecimento na ordem e nos sistemas estabelecidos”. A arte tem o poder de cindir o monopólio da realidade estabelecida, “a forma estética constitui a autonomia da arte relativamente ao ‘dado’” (MARCUSE, 2007, p. 19), a arte tem o poder de cindir o monopólio da realidade estabelecida e mostrar a verdadeira realidade no seu mundo fictício.

Seu poder está em desmistificar a realidade, “A arte desafia o monopólio da realidade que o existente possui e fá-lo criando um mundo fictício que, no entanto, é mais ‘real do que a própria realidade’” (LÖWENTHAL apud MARCUSE, 2007, p. 29). Com sua própria linguagem a arte ilumina a realidade, se afirmando ou negando em sua própria dimensão que não é ordenada pelo processo social de negação. É pela estilização estética que a arte traduz a vida real, é estilização que a obra manifesta o seu universal no particular social. O mundo da vida dos protagonistas colide com o mundo da vida real. Brecht, citado por Marcuse, afirma: “Uma obra que não mostre soberania e que não outorgue ao público soberania perante a realidade de modo nenhum é uma obra de arte” (MARCUSE, 2007, p. 36). Para Brecht, a arte revolucionária deve, supostamente, falar a linguagem do povo, “só existe um aliado contra o barbarismo crescente, são as pessoas que sob ele sofrem. Só deles podemos esperar alguma coisa. Por isso, o escritor deve virar-se para o povo”, (BRECHT apud MARCUSE, 2007, p. 37).

Para Marcuse, os escritores devem contribuir para criar os lugares de ruptura. Ter como objetivo não o mundo dominado, mas o mundo libertado. “Há na arte uma autonomia abstrata, ilusória: invenção arbitrária privada de algo novo, uma técnica que permanece estranha ao conteúdo ou técnica sem conteúdo, forma sem matéria” (MARCUSE, 2007, p. 43). A limitação da autonomia estética da arte está em compartilhar nos seus elementos a sociedade existente. É aí que a estética torna-se um fator social, “neste sentido a arte faz inevitavelmente parte do que existe e só como parte do que existe fala contra o que existe, é essa contradição que decide sobre a qualidade da obra de arte, da sua verdade” (MARCUSE, 2007, p. 44). A forma torna-se conteúdo e vice-versa.

São as exigências sociais que devem ser *estilizadas*, submetidas à uma ‘formação’ estética. É essa estilização que faz a transvalorização das normas do princípio de realidade estabelecida – dessublimação na base da sublimação

original. Devendo ser a dissolução de tabus sociais, pois, os tabus dessublimados e resolvidos resolvem os problemas repressivos, libertando o erótico da repressão e de sua prisão genital. Ao experimentar o mundo desmistificado pela arte o indizível é dito, o invisível se torna visível e o insuportável explode. Ao intensificar a percepção, “a transformação estética transforma-se em denúncia – mas também em celebração do que resiste à injustiça e ao terror, e do que ainda se pode salvar” (MARCUSE, 2007, p.46).

A mímese está na representação transformadora da arte no distanciamento e na subversão da consciência. Ela está na qualidade utópica da arte, no protesto contra a realidade em que são destruídos, “a promessa é arrancada da realidade estabelecida. Conjura a dominação do poder, a aparência (*Schein*) da libertação. Mas só a aparência; naturalmente, a realização desta promessa não está dentro das possibilidades da arte”. (MARCUSE, 2007, p. 47). A arte como aparência (*Schein*), é mais bela, mas não é ela a realidade. Ela possui um conteúdo e função cognitiva, sua autonomia se encontra na contradição, “a obra de arte só pode obter relevância política como obra autônoma. A forma estética é essencial à sua função social. As qualidades da forma negam as da sociedade repressiva – as qualidades da sua vida, do seu trabalho, o seu amor” (MARCUSE, 2007, p. 52).

Desse modo, o mundo ‘irreal’ ou a realidade fictícia da arte não deve ser visto como inferior em relação a realidade existente, a arte inverte o mundo, sua transcendência e realidade é superior e qualitativamente diferente, contendo mais verdade que toda realidade existente, porque a realidade está mistificada nas instituições e nas relações sociais, “que fazem da necessidade uma escolha e da alienação uma auto-realização”. “A forma estética, em virtude da qual uma obra se opõe à realidade estabelecida é, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação através da catarse reconciliadora”. (MARCUSE, 2007, p. 56). Assim, a obra de arte Bela, na medida em que se opõe a ordem da realidade existente e profere a maldição do mundo real em nome de Eros, é ela própria a libertação dos estímulos estéticos-sensuais que hesitam os sentidos.

COMENTÁRIOS FINAIS

Ao longo desse estudo buscamos identificar os significados práticos e teóricos dos novos lugares sociais da negação e de sua importância para um novo Princípio de Realidade. A investigação buscou explicar de que modo e porque para Herbert Marcuse deve haver uma ampliação do lugar social de negação da revitalização o pensamento da *práxis*. Coube também à nossa investigação explicar porque no capitalismo atual se ampliou o conceito de trabalho produtivo e, desse modo, a necessidade de se repensar/ampliar o conceito de classe. Para tanto, buscamos na apropriação da psicanálise de Freud feita por Marcuse explicar a contraposição entre o Princípio de Prazer e o Princípio de Realidade, e da criação do conceito de Princípio de Desempenho elaborada por Marcuse para explicitar a nova forma de alienação e dominação desenvolvida pelo capitalismo atual. Para isso buscamos ressaltar também o papel significativo da mais repressão e da dessublimação repressiva sobre o controle da sensibilidade na constituição do Princípio de Desempenho, a exposição finaliza na tentativa de explicitar quais são para Marcuse os novos lugares de negação, sua importância e porque são eles os movimentos que possibilitam o surgimento de um novo princípio de realidade.

Os resultados da pesquisa tiveram início nos fundamentos teóricos da Teoria Crítica, e na convicção de que o contexto econômico não está separado da teoria filosófica. Assim, partindo desse pressuposto para nossa investigação, identificamos que até então o ideal iluminista da razão, traçado pelo pensamento burguês ainda não se efetivou na sociedade atual. Observamos inclusive o oposto, de que o pensamento burguês, ao dar autenticidade substancial à razão a separou do ser, e a vinculou as relações econômicas da lógica do lucro e do consumo. Concepção essa que é negada pela Teoria Crítica, que sem negar os conceitos econômicos os reposiciona em uma abordagem crítica. Observamos o quanto estes conceitos são aplicados de forma distorcida e limitada, e de que a sociedade é determinada por relações econômicas descontroladas, mas que controlam quase todas as relações humanas, observando inclusive, apoiados na análise crítica de nosso

autor, a possível imaginação de uma utopia concreta para uma sociedade livre da lógica de exploração.

Diante da possibilidade de um mundo livre a partir dos desdobramentos deste, constatamos a necessidade de superação do processo de trabalho imposto pela sociedade de desempenho. O trabalho deve ser regulamentado e planejado no que tange ao interesse, a liberdade e a felicidade das massas, já que como sabemos a força de trabalho que gera riqueza é fruto da mão de obra e do suor destes. Por isso o trabalho continua sendo compreendido quase que exclusivamente como sacrifício, pois é trabalho alienado. Mesmo com o avanço das tecnologias, que supostamente poderia ser usadas para aliviar o excesso de trabalho, vemos ainda nos dias de hoje trabalhos análogos a escravidão²⁰. O debate filosófico da Teoria Crítica é o de tornar os conceitos de felicidade e de liberdade de fato conceitos da humanidade. Segundo Marcuse, a importância do filósofo nas lutas sociais só é importante se não for de maneira profissional, pois a profissionalização da filosofia já é resultado da divisão moderna do trabalho e da separação dos meios de produção materiais e espirituais. Por isso, o trabalho do filósofo está em desvelar os conceitos nebulosos da filosofia abstrata e compreendê-la pelas relações históricas da humanidade. O domínio de economia descontrolada da sociedade e de filosofia tradicional que impõe os ideais dominantes resultou em indivíduos que se sentem fora da sociedade da qual fazem parte.

As relações sociais atuais sob o domínio do Princípio de Desempenho ocultam o real valor da verdade e condicionam as relações sociais ao interesse da classe dominante. Marcuse propõe a mudança disso, para ele consciência do indivíduo não deve estar condicionada ao que vem de fora: “A constituição do mundo ocorre às costas do indivíduo, embora seja obra sua” (MARCUSE, 1997, p. 152). Ou seja, indivíduo mesmo dentro do sistema de relações econômicas, não usufrui daquilo que produz, e ainda mais, o indivíduo sente-se obrigado a incorporar o isolamento monádico do pensamento burguês, ficando recluso ao consumo de felicidade, e as falsas necessidades, aquilo que Marcuse denominou de consciência feliz.

20 Segundo a Comissão da Pastoral da Terra do Brasil fundamentada com dados do Ministério do Trabalho, de 1995 até 2016 foram 52 mil trabalhadores resgatados em situação de escravidão.

Buscamos ressaltar a importância da independência da imaginação e da fantasia para a possibilidade de emancipar a ciência e, assim, criar as condições para a busca de um futuro livre da opressão e das falsas necessidades. “Numa situação, em que tal futuro representa uma possibilidade real, a fantasia é um instrumento importante na tarefa de pôr a meta sempre em vista” (MARCUSE, 1997, p. 156). Marcuse, na esteira da tradição da Teoria Crítica, percebe na ciência um papel fundamental na busca do homem pela libertação, devemos extinguir o fetichismo funesto e destrutivo ao qual a ciência está vinculada. Para tanto devemos superar a concepção da razão instrumental da teoria tradicional e da instrumentalização metódica da natureza, e são essas condições que tornam a Teoria Tradicional insuficiente, pois esta se caracteriza somente por descrever o mundo tal como ele é, e não se propõem a transformá-la, tarefa essa que tentamos expor pela concepção de Marcuse e da Teoria Crítica.

Referenciados principalmente nas obras de Marx, e sem tornar os seus conceitos estanque e dogmáticos, Marcuse e a Teoria Crítica viram a possibilidade concreta de um novo Princípio de Realidade. O uso do método dialético é evidenciado na obra *Dialética do esclarecimento* (1944) de Horkheimer e Adorno onde os pensadores apontam os limites da razão e de sua redução a mera utilidade instrumental: uma convicção que Marcuse parece compartilhar com seus colegas por toda a sua vida. Por isso a Teoria Crítica se opõe ao imobilismo e ao quietismo da Teoria Tradicional, alegando que esta se esconde sob um “véu mitológico” da ciência e racionalidade láogica. A Teoria Tradicional se caracteriza pela organização lógica da vida e pela matematização das coisas, seu uso quantitativo é usado para organizar um aparato tecnológico que está a disposição do Princípio de Desempenho capitalista. O que marca a crítica à teoria tradicional pelo viés crítico materialista, é a desumanização das pessoas frente aos avanços das ciências e a possível solução da miséria, da fome e dos males que assolam a terra.

Vimos que uma sociedade livre é aquela de indivíduos liberados, mas o que foi demonstrado pela Teoria Tradicional e pelo iluminismo é somente uma liberdade aparente, uma liberdade que se apresenta diante de opções pré-determinadas pelo aparato. É por isso, que não basta uma mudança qualitativa da ciência, é preciso também superar o seu uso como ferramenta de

dominação da classe dominante, que utiliza a ciência para envenenar a comida e bombardear territórios. A revolução burguesa e seu uso da razão como emancipação do homem é utilizado somente como aparência, e assim vivemos em uma liberdade aparente e limitada pelo propósito do aparato.

A pesquisa buscou evidenciar o diferencial de Marcuse dentro do pensamento da Teoria Crítica, a descoberta de um Princípio de Desempenho capitalista e os possíveis potenciais sociais de superação deste princípio. Marcuse ao atribuir dimensões críticas ao pensamento de Freud e revelar assim novas formas de dominação do sistema capitalista, revela também novos lugares sociais que negam o Princípio de Desempenho. Por não conceber a psicanálise como ciência, e assim dinamizar historicamente os conceitos de Princípio de Prazer e Princípio de Realidade de Freud, Marcuse percebe que os valores culturais derivados da socialização e das relações sociais entre os indivíduos são substituídos ou restringidos por valores culturais que interessam a ordem dominante.

Fazendo das categorias da psicologia categorias políticas, Marcuse percebe que os processos psíquicos dos indivíduos agora são absorvidos pelo estado e pelo processo de produção e de consumo. Marcuse se utiliza das categorias marxista para se contrapor a relativização da universalidade de Freud, para isso utiliza um termo já desenvolvido nas críticas de Marx que é o lugar social. O lugar social fornece o fundamento histórico de lugar do indivíduo, suas determinações sociais e o que determina que é ou não aberrante em suas relações. O que percebemos é que, o lugar social proporcionado pelo Princípio de Desempenho e que se contrapõe a este (negação da negação) se confunde com o lugar social da repressão, vivemos em uma situação onde parte da população aparentemente satisfaz adequadamente as necessidades enquanto é obrigada a ignorar, negar e reprimir outras²¹.

A imposição de uma cultura repressiva aflora na sociedade atual, como se fosse necessária para a manutenção da civilização. Marcuse, no entanto, já nos alertava do contrário: que os sacrifícios exigidos são antes forma de

21 Citemos, para tanto, apenas a situação do salário mínimo brasileiro que, estipulado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), deveria ser de 3,93 vezes a mais do que o salário atual em vigor, dados de janeiro deste ano.

bloqueio ao desenvolvimento pleno de nossos potenciais: instrumentos de manipulação de opressão. A observação de Marcuse sobre a dessublimação repressiva mostra claramente a eficácia de um controle ideológico de dominação e da aceitação da desigualdade e da servidão voluntária. A internalização da culpa, atribuída por Freud na alegoria do parricídio dos irmãos e no surgimento do pai enquanto totem, é para Marcuse o simbolismo que também representa a dominação da administração e do progresso tecnológico, que faz com o indivíduo reproduza sua própria repressão, “a autoconsciência e a razão fez do homem à imagem e a semelhança da repressão, interna e externa” (MARCUSE, 1975, p. 67). Freud faz o mal estar da civilização ser necessário para o processo civilizatório, tornando a liberdade inalcançável para a civilização.

Ao contextualizar o sacrifício dos sentidos pela busca da civilização, Marcuse diagnostica uma repressão instrumentalizada e o enfraquecimento do Eros. A mais-repressão que, modelada pelo Princípio de Desempenho, dessexualiza o Eros e o redireciona os instintos de destruição, revela um trabalho contrário à civilização e não seu fortalecimento. Sua eficácia está na administração e instrumentalização das pulsões, controlando a população pela dimensão do trabalho, do lazer, e de toda maquinaria política, cultural e tecnológica. Procuramos demonstrar como este instrumento de dominação acontece, principalmente pelo gerenciamento de dominação da cultura, da linguagem, do pensamento, da sensibilidade e da técnica.

O Princípio de Desempenho, ao administrar a libido gerencia com maestria e eficiência os indivíduos, não necessitando mais dominá-los pela força. Ao fazer da cultura uma ferramenta de dominação, fez dela uma mercadoria, usando como adorno no aburguesamento da classe trabalhadora que falsamente não sente mais as correntes que os prendem, mergulhado numa falsa consciência feliz e distante da consciência de classe e da organização da classe trabalhadora. A cultura ao servir aos ideais da classe dominante, vende a felicidade nos limites estipulados pelo Princípio de Desempenho.

No entanto, assim como em outras dimensões, é preciso indicar para o significado da cultura para além do significado restrito que lhe é atribuído no âmbito da lógica do Princípio de Desempenho. A cultura é mais que uma

ideologia, pois “falamos de cultura (passada ou presente), como existente apenas quando os objetivos e os valores representativos foram (ou não) reconhecidamente traduzidos na realidade social” (MARCUSE, 2001, p. 70), ou seja, ela representa a conservação da vida humana e organização produtiva e qualitativa da sociedade. Mas, observamos que sua administração a torna um fetiche, impedindo o surgimento de tendências sociais que negam o Princípio de Desempenho. Essa inversão dos valores culturais, e a lógica do Princípio de Desempenho, consegue assimilar os movimentos antagônicos, sua eficiência está em introjetar os ideias de dominação com uma linguagem administrativa e operacional fazendo parecer inútil ir contra o princípio de dominação. A linguagem e o pensamento são invadidos por elementos autoritários que operam de forma mecânica, ocultando inclusive a linguagem popular que carrega uma afirmação do homem com a natureza. Ousemos referir alguns exemplos:

Temos no Brasil o problema da concentração de terras na posse de poucos, e o agronegócio como uma falsa consciência de que é ele o grande produtor de alimento e de riqueza. Nesse contexto vemos a vinculação de propagandas dizendo que o *agro é pop*, *agro é tech*, *agro é tudo*,²² salientando que o agro (agronegócio) é a indústria de riqueza no Brasil. Marcuse chamaria isso de ritualização autoritária, pois, como os atuais meios de comunicação estão sobre o controle de grupos capitalistas, eles autoritariamente obrigam as pessoas a “comprarem” determinadas ideias. Não vamos ressaltar aqui o grande problema causado pelo agronegócio e da concentração de terras causados no Brasil, como resultado da redução da natureza a um simples material a disposição das pretensões de lucro e exploração. Outro exemplo linguístico de dominação do agronegócio é intenção de modificar nome agrotóxico, por agente fitossanitário, a intenção clara nessa situação é maquiagem os danos causados pelo envenenamento do agrotóxico, como se a mudança do nome solucionaria o problema do envenenamento da população.

Marcuse salienta que a linguagem operacional é uma linguagem radicalmente anti-histórica. A sociedade racionalista industrial elimina o tempo e a memória histórica, e a importância da lembrança é um modo de quebrar o poder de dominação presente, um exemplo disso é resgate da memória da

22 Conforme propaganda vinculada nos meios de comunicação social.

ditadura civil militar que aconteceu no Brasil de 1964 a 1985. Como movimento de negação surge no Brasil *A comissão da Verdade*, com o intuito de resgatar a memória e os estragos causados pela ditadura. É uma disputa de linguagens e narrativas, onde uma busca ir além da lógica instituída pelo Princípio de Desempenho.

Ao tratar como obscena a abundância de mercadorias e o aumento sistemático de desperdícios e a destruição da natureza para gerá-los, Marcuse deixa claro a insensibilidade e o cinismo daqueles que controlam o Princípio de Desempenho. É a própria abundância de produtos que gera a privação da satisfação das necessidades vitais de grande parte da população. “Obsceno não é a gravura de uma mulher nua que expõe os pelos do púbis, mas a de um general completamente vestido que exhibe as suas medalhas de recompensa numa guerra agressão” (MARCUSE, 1977, p. 20), a sociedade do desempenho trata como obscena a natureza do corpo mas não se sensibiliza diante do atual trabalho escravo, ou diante de um sistema educacional que de maneira elitista e seletiva organiza um tipo de ensino para aqueles que serão patrões e outro para aqueles que serão empregado. A educação é para Marcuse fundamental para a superação do Princípio de Desempenho e para a construção de um novo Princípio de Realidade, Eros e educação devem estar juntos no processo de emancipação da humanidade. É essa busca dos movimentos sociais quando questionam: pra que(m) serve seu conhecimento? Se observa a falta de autonomia das instituições educacionais, a decadência das ciências humanas e a superioridade de investimento privado na educação técnica e científica.

Percebemos uma cultura baseada no sacrifício, incorporamos o conhecimento do progresso técnico e opressor ou estamos errados, tratados como lunáticos e utópicos. O real interesse de dominação do progresso técnico é o uso do Eros para satisfazer falsamente as massas enquanto eles mesmos reproduzem sua miséria, o real interesse está na produção de satisfações e da própria infelicidade. E desse modo nos sacrificamos para continuarmos insatisfeitos. Estamos diante do extermínio de importantes biomas, reservas naturais, de sementes crioulas, beneficiando ainda mais o obsceno ciclo financeiro gerado pelo agronegócio e suas sementes transgênicas.

Marcuse indica os movimentos sociais como sendo potencialmente capazes de negar o Princípio de Desempenho e ir concretizando um Novo Princípio de realidade qualitativamente diferente. O movimento dialético que constitui esses movimentos é o processo do trabalho e a interação do homem com a natureza e a exteriorização do homem, e percebendo que a classe trabalhadora ainda é potencialmente a classe revolucionária, subjetivamente ela está incorporada na dessublimação repressiva do Princípio de Desempenho. Desse modo, se torna evidente a necessidade da revitalização da *praxis* revolucionária desde um horizonte emancipatório qualitativamente diferenciado

A possibilidade de libertação, e a possibilidade da satisfação das necessidades básicas são mais realistas e possíveis no momento, grandes descobertas das ciências, a possibilidade de distribuição de terras e de produção de alimento, e um conhecimento tecnológico avançado. Temos a necessidade e possibilidade real de dessublimar o progresso técnico e racional e ir rumo a um novo Princípio de Realidade. Tal utopia é possível com grupos catalizadores de revolução, que negam a imposição do capitalismo como totalidade. E estes movimentos catalizadores demonstram que o capitalismo é uma parte e não a totalidade da sociedade, e que um outro modelo de sociedade é possível, estes movimentos sociais protestam por uma democracia direta e por mudanças qualitativas na sensibilidade, buscam uma razão sensível que possibilite uma libertação da natureza humana.

Os movimentos que negam o Princípio de Desempenho atual são aqueles que buscam instigar ou resgatar novos desejos e sensibilidades que são tratados como decadentes pela sociedade industrial. O momento da mística nos movimentos sociais é um momento de relação sensível entre os iguais, e um momento de demonstração de sentimento e afeto em uma sociedade embrutecida pela competição e pela desigualdade. No instante da mística é momento de resgate das dimensões estética qualitativamente diferenciadas, percebemos o resgate da natureza humana, da sensibilidade que é descartada pelo mito da racionalidade instrumental. Nesse sentido vemos que os movimentos sociais, que lutam por um novo Princípio de Realidade buscam combater a poluição física e mental e assim romper com a sensibilidade mutilada pela sociedade unidimensional.

A emancipação do homem não deve ser somente no sentido econômico, mas também uma emancipação da sensibilidade e dos sentidos. A razão sensível do homem emancipado fará o homem perceber a natureza como um ser da espécie, a apropriação da natureza pelo homem será como um ser-objeto, já que ela é parte do homem e o homem parte dela. A natureza possui uma liberdade cega, “forças do acaso” que possibilitam a libertação do homem, ela, a natureza, também espera pela revolução, como afirma Marcuse.

Marcuse é enfático na importância da imaginação e da memória, estas potencialidades humanas acompanhadas de uma sensibilidade emancipada possibilitam ver as coisas que estão ocultas pelo “embotamento” do qual estamos submetidos pelo Princípio de Desempenho de ver as coisas somente pelas suas funções. Além disso, Marcuse observa que devemos pensar em uma sociedade mais fêmea, superando a sociedade patriarcal que vê o homem masculino como imune a sensibilidade, vendo desse modo o movimento também como um movimento de negação “torna-se radical à medida que visa, não só a igualdade dentro do emprego e da estrutura de valores da sociedade estabelecida, mas, antes, a uma mudança na própria estrutura” (MARCUSE, 78, p. 1981).

Potencial libertador da sensibilidade só é possível com a transição da técnica em arte, e na transformação da realidade em realidade artística, resgatando valores e técnicas que foram esquecidos pela industrialização, como a arte do cultivo por exemplo. A estética e a nova sensibilidade representam de modo exemplar a nova *práxis* que possibilita deixarmos o sentimento de culpa formador da civilização repressiva e concretizar um novo Princípio de Realidade. A estética tem o potencial de invocar a imaginação, e assim carregar o potencial utópico em direção a nova realidade, inclusive, como observa Marcuse, uma nova linguagem seria necessária para comunicar os novos valores estabelecidos. A estética enquanto reconcilhamento entre razão e sensibilidade recorda os arquétipos da civilização e os símbolos que representam a receptividade criadora do homem, é tão necessária reconciliação erótica do homem e a natureza “onde a ordem é a beleza e o trabalho é a atividade lúdica” (MARCUSE, 1975, p. 159). A intuição sensível estética infere qualidades universalmente válidas como a intencionalidade sem

intento que define a estrutura do belo, e a legitimidade sem lei que define a estrutura da liberdade.

A intuição estética é presente em todas as pessoas e por ser livre é o lugar onde o ser aparece como ele e, e por isso liga natureza, liberdade, prazer e moralidade, pois, estarão todos entrelaçados sem a ordenação mecânica e racional da sociedade instrumental. O *ethos* estético se caracteriza pelo livre jogo das potencialidades, “O que a sensualidade reconhece, ou pode reconhecer, como verdadeiro, a estética pode representar como verdadeiro, mesmo que a razão o rejeite como falso” (MARCUSE, 1975, p. 164), a arte invoca a lógica da gratificação contra a lógica da repressão, e a lógica não repressiva é a possibilidade de uma razão sensível, e isso só é possível mediante o potencial libertador do impulso lúdico. A arte quando rompe com a consciência dominante fazendo renascer a rebeldia, a arte como ferramenta crítica reproduz um mundo fictício mais “real que a própria realidade”, tendo a capacidade de dizer o indizível e de mostrar o invisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESCORSIM, Netto Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. 5º ed. São Paulo: Brasiliensis, 2004.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. V. 18. Além do princípio de Prazer. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.
- _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. V. 21. Futuro de uma ilusão e mal estar na civilização. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.
- JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. Trad. Maria Elizabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007.
- _____. *A grande recusa hoje*. Trad. Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. *Cultura e psicanálise*. Trad. Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Cultura e sociedade*. Vol. I. Trad. Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. RJ: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Cultura e sociedade*. Vol. II. Trad. Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. RJ: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Trad. Álvaro Cabral. 6 Ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.
- _____. *Razão e Revolução: Hegel e o Advento da teoria social*. Trad. Marília Barroso. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Editor Douglas Kellner. Trad. Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo, SP: Ed. Boitempo, 2008.

NOBRE, Marcos. *Curso livre de teoria crítica*. Campinas – SP: Papirus, 2008.

SCHÜTZ, Rosalvo. *O deslocamento do lugar social da negação em Herbert Marcuse*. Argumentos. Ano 4, p. 188-198, 2012. Disponível em: http://www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/educacao_8/17_%20parte_2_deslocamento_do_lugar_social.pdf

_____. *Por um outro princípio de realidade: novos lugares e motivos sociais de negação segundo Herbert Marcuse*. Educação e filosofia. Uberlândia, V. 27, n. 54, p. 699-718, jul/dez. 2013. ISSN 0102-6801. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/educacaofilosofia/article/view/17344/12709>>

_____. *Trabalho alienado e propriedade privada: desvendando imbricações ocultas*. Revista eletrônica Espaço acadêmico, V.87, p. 87, 2008.

VALE, Maria Ribeiro do. *Reforma ou Revolução? Hannah Arendt e Herbert Marcuse nos anos 60*. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/1.pdf>